

*ENTRE O MAR
E A MONTANHA:*
Esporte, aventura e natureza
no Rio de Janeiro



Cleber Augusto Gonçalves Dias
Edmundo de Drummond Alves Junior

*ENTRE O MAR
E A MONTANHA:*
Esporte, aventura e natureza
no Rio de Janeiro



EdUFF

Editora da Universidade Federal Fluminense
Niterói, RJ / 2007

© 2007 by Cleber Augusto Gonçalves Dias & Edmundo de Drummond Alves Junior

Direitos desta edição reservados à EdUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 – anexo – sobreloja – Icaraí – Niterói – CEP. 24220-900
– RJ – Brasil – Tel.: (21) 2629-5287 – Fax: (21) 2629-5288 – www.eduff.uff.br –
E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Capa e projeto gráfico: Marcos Antonio de Jesus

Copydesk/revisão: Ricardo Borges

Normalização: Caroline Brito

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541 Dias, Cleber Augusto Gonçalves
Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro/
Cleber Augusto Gonçalves Dias, Edmundo de Drummond Alves Junior,
Niterói: EdUFF, 2007.

152 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografias
ISBN: 987-85-228-0455-9

1. Esporte na natureza. 2. Esporte de Aventura. 3. Lazer.

CDD 796

Ministério do Esporte

Ministro

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Universidade Federal Fluminense

Reitor

Roberto de Souza Salles

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Humberto Fernandes Machado

Pró-Reitor de Extensão

Sídio Werdes Machado

Pró-Reitor Acadêmico

Sidney Luiz de Matos Mello

Pró-Reitor de Planejamento

Miriam Assunção de Souza Lepsch

Chefe do Departamento de Educação Física

Waldyr Lins de Castro

Coordenador da Rede Cedes na UFF

Edmundo de Drummond Alves Junior

Editora da Universidade Federal Fluminense

Diretor da EdUFF: Mauro Romero Leal Passos

Divisão de Editoração e Produção

Ricardo Borges

Divisão de Desenvolvimento e Mercado

Luciene Pereira de Moraes

Assessoria de Comunicação e Eventos

Ana Paula Campos

Comissão Editorial

Presidente: Mauro Romero Leal Passos

Gesmar Volga Haddad Herdy

Gisálio Cerqueira Filho

Hildete Pereira de Melo

João Luiz Vieira

José Walkimar de Mesquita Carneiro

Lívia Reis

Márcia Menendes Motta

Maria Laura Martins Costa

Mariângela Rios de Oliveira

Silvia Maria Baeta Cavalcanti

Vânia Glória Silami Lopes

Editora filiada à



EdUFF

SUMÁRIO

Agradecimentos / 07

Prefácio / 09

Apresentação / 11

Introdução / 15

Conceitos / 19

Ser ou não ser esportivo? / 25

Afinal, o que é um esporte? / 32

Os espaços / 39

Cidade e Natureza: os esportes como mediação de representações / 41

Questões de método / 48

Mapas espaciais dos esportes na natureza no Rio de Janeiro / 51

Usos e abusos territoriais / 59

Barra da Tijuca / 65

Território e territorialidade / 69

Localismo nas praias cariocas / 76

As instituições / 83

Mapa institucional / 86

O vôo livre no Rio de Janeiro: uma visão panorâmica / 97

O vôo livre no Rio de Janeiro / 100

Abertura da temporada de montanhismo: notas etnográficas / 105

Metodologia / 106

Descrição etnográfica e trabalho interpretativo / 107

Simbolismo territorial / 108

Os bandeirantes pós-modernos: tribos urbanas / 111

Associativismo esportivo e mercantilização: conflito estruturante / 113

Montanhismo e ecologismo / 115

Considerações Finais / 117

Referências / 119

Anexo 1 / 127

Anexo 2 / 135

Anexo 3 / 145

AGRADECIMENTOS

Aos surfistas, montanhistas, parapentistas e voadores de asa delta – cuja menção nominal seria impossível aqui –, que sempre se dispuseram a ajudar, guiando-nos pelos labirintos de códigos e costumes que compõem cada uma dessas modalidades. Especial referência ao nome do amigo Júlio César Paes de Mello, atual diretor técnico do Centro Excursionista Rio de Janeiro e vice-presidente da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro, que de maneira paciente e fraternal se empenhou em facilitar ao máximo nossos trabalhos, colaborando decisivamente para sua realização. Do mesmo modo, à Ananda de Amaral, Caroline Pelegrino, Luis César Costa de Oliveira, Rafaela Bentes, Raquel de Moraes, Raquel Pinto Linhares e Zenaide Mariano, que constituem nosso grupo de estudo sobre esportes na natureza e que se dedicaram à leitura e discussão de alguns de nossos textos. Muito do que se disse em nossos encontros está incorporado neste trabalho.



PREFÁCIO

Diante da exuberância das matas que se derramam por encostas, o verde em contraste com o azul do céu e do mar, emoldurando a “cidade maravilhosa”, quem de nós não desejou um dia a aventura épica de galgar estes cumes, ou tão somente percorrer romântica e serenamente cada detalhe de nossa entrecortada orla?

Embora nos pareçam tão contemporâneos, o desejo de percorrer e conhecer a intimidade deste sítio urbano inconfundível vem de longa data. Os viajantes naturalistas já assinalavam, sobretudo no século XIX, as maravilhas de nossa paisagem natural. Mais que assinalar, muitos deles adentraram a Floresta da Tijuca, palmilharam nossos rochedos costeiros, investiram sobre nossas cachoeiras.

Um destino especial nestas aventuras, em busca de deslumbrantes vistas panorâmicas, era o Morro do Corcovado, tão freqüentado até que finalmente ganhou, em 1884, um caminho de ferro: a primeira ferrovia turística do Brasil. O motivo – desfrutar de mais um belvedere que esta cidade oferece. Certamente muitos daqueles aventureiros sonharam um dia ganhar asas e sobrevoar a cidade, em êxtase, num autêntico “vôo livre”.

A urbe carioca cresceu se espremendo entre mar e montanha, num sítio pouco apropriado à funcionalidade urbanística e à racionalidade dos fluxos, mas extremamente bem dotado de beleza cênica, a seduzir seus moradores e visitantes. Razão pela qual, tantos praticam os esportes de aventura junto à natureza nesta cidade, num sítio hoje repleto de trilhas.

Parapente, montanhismo, surfe, kitesurfe, rapel são inúmeras possibilidades de curtir e celebrar a natureza na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Uma forma bem mais cômoda e certamente prazerosa, para os menos aventureiros, é deslizar em canoagem por estas páginas. Linguagem acessível, texto fluido como um passeio de barco pelas águas mansas da Baía Guanabara.

Por isso, em muito boa hora nos chega às mãos a valorosa contribuição de Edmundo de Drummond Alves Junior e Cleber Augusto Gonçalves Dias. Como membro do Instituto Virtual dos Esportes - IVE/FAPERJ, rede multidisciplinar de pesquisas e reflexão sobre os esportes, tive a oportunidade de conhecer e conviver com os autores, em especial com Edmundo, coordenador do IVE no biênio 2005-2007. Na esteira da vertiginosa expansão da indústria do entretenimento inserem-se as práticas esportivas aqui estudadas. Um esforço acadêmico e editorial que vem ajudar a suprir certas lacunas persistentes sobre as identidades esportivas e a força destas práticas socioculturais no Rio de Janeiro.

O momento da publicação é bem apropriado, dentre outras razões, pelo uso explícito da imagem e da tradição esportiva do Rio de Janeiro para, ao acolher importantes competições internacionais, legitimar gastos governamentais excessivos. Recursos públicos que se mostram insuficientes na provisão de serviços essenciais ao cidadão carioca, como a saúde, a educação e, para citar o assunto predominante no momento em que se redigem estas linhas, a preservação da vida através do monitoramento de nossas encostas.

A verdadeira “cidade esportiva” (título de reconhecida obra de outro brilhante companheiro, Victor Andrade de Melo), não se restringe ao circuito competitivo de alto rendimento. Para muito além do esporte-espetáculo, a cidade esportiva se revela nas centenas de milhares de praticantes anônimos, que, nas mais distintas modalidades e nos mais inusitados espaços, elaboram e atualizam, no plano da vida cotidiana, a identidade esportiva do carioca.

Ao lidar com tema tão rico, que envolve natureza, técnica, e cultura, Edmundo e Cleber optaram sabiamente pelo enquadramento multidisciplinar, reunindo contribuições de autores da Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Ecologia, Economia e até mesmo da Educação Física! Sem medo, recorreram a clássicos como Bourdieu, Habermas e Braudel, para buscar compreender as nuances e interpretar as motivações culturais deste emergente campo esportivo. O resultado é um retrato panorâmico, abrangente e atualíssimo, das práticas de esporte de aventura na natureza, na cidade do Rio de Janeiro.

Tarefa arriscada como a dos alpinistas. Terrenos incertos, tropeços, pedras no caminho, ventos fortes e abismos ameaçadores. Mas abrir e vislumbrar horizontes panorâmicos tem seu preço. Vale a pena!

Professor Dr. Gilmar Mascarenhas
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

Seguindo indicações de Fernand Braudel, “as ciências sociais falam a mesma língua ou podem falá-la.”¹ Nesse sentido, nosso esforço de aproximação e observação dessas práticas tem incluído: a) o monitoramento da arena pública através das notícias vinculadas pelos órgãos da imprensa, especialmente os jornais, como forma de tentar capturar a maneira pela qual grupos estranhos a essas subculturas costumam representá-las; b) freqüentes incursões aos locais mais utilizados, tentando observar códigos que orientem o uso desses espaços; c) participação-observante em eventos pontuais como reuniões, festas e competições; d) realização e análise de entrevistas com praticantes e dirigentes das instituições; e e) como não poderia deixar de ser, acompanhamento do que vem sendo produzido academicamente sobre o tema, bem como consultando livros e revistas especializadas – o que no jargão antropológico poderíamos chamar de “literatura nativa”.

Interessante assinalar que, em se tratando especificamente do estudo desta atividade esportiva –, iniciativas nessa perspectiva têm sido insinuadas. Destacase o trabalho de Nick Ford e David Brown, que abordando a temática do surfe e a teoria social, une esforços de pesquisa geográfica e sociológica, respectivamente, para fazer referências simultâneas à dimensão histórica, corporal, cultural, geográfica e “sensível” de tal fenômeno.² Alcyane Marinho e Heloísa Bruhns também já teceram alguns comentários a respeito da necessidade de se considerar a interdisciplinaridade na condução de estudos sobre as atividades de lazer na natureza. Nas suas palavras: “Compreender o movimento atual das viagens à natureza requer uma diversidade de enfoques.”³ As autoras organizaram uma ini-

¹ BRAUDEL, Fernand. *A escrita da história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

² FORD, Nick; BROWN, David. *Surfing and social theory*. New York: Routledge, 2006.

³ MARINHO, Alcyane; BHRUNS, Heloísa. Apresentação. In: MARINHO, Alcyane; BHRUNS, Heloísa. (Org.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006. p. viii.

ciativa editorial em que pesquisadores de diversas especialidades foram convidados a expor suas idéias sobre essas atividades. Ainda que não haja um problema comum e claramente definido entre eles, não deixa de ser interessante observar as inúmeras possibilidades de abordagem que o tema oferece.⁴

Nos parece certo também que essas “abordagens múltiplas” realizar-se-iam de forma muito mais adequada através de um empreendimento coletivo, em que os especialistas tivessem a oportunidade de trabalhar efetivamente juntos num mesmo projeto, contrastando seus pontos de vista, à luz dos seus respectivos arsenais teóricos. Sob esta perspectiva, nosso caso foi uma experiência muito mais isolada, o que até certo ponto explica os silêncios desse trabalho.

Outro aspecto a destacar é a permanente preocupação em explicitar dados: expor sistematicamente indícios e vestígios que pudessem servir como evidências concretas dos nossos posicionamentos e conclusões, sem que isto signifique a reprodução dos velhos argumentos empiricistas. Considerando o atual estágio de pesquisas nesse campo, isso parece particularmente importante. Ao mesmo tempo, a circunscrição da investigação ao âmbito do Rio de Janeiro, especificamente, é uma precaução à generalização precipitada, ainda que equívocos de interpretação induzidos por outros motivos possam ter ocorrido.

Última vicissitude que gostaríamos de comentar preliminarmente diz respeito ao modo de organização dos textos. A maioria dos capítulos que compõem este livro já foi publicado de alguma forma: anais de congresso, coletâneas de seminários ou periódicos. Na revisão desta publicação, no entanto, alguns foram submetidos a uma reconfiguração tão grande que já não se trata mais do texto original. Outros, em contrapartida, encontram-se tal como foram apresentados inicialmente.

Esta conformação se deve ao fato de este trabalho se referir, à publicação dos resultados finais de uma pesquisa que se estendeu por mais de dois anos. Naquele período, relatórios parciais foram elaborados com uma dupla finalidade: a) ir progressivamente prestando contas junto ao órgão financiador; e, b) submeter as idéias e conclusões que estávamos desenvolvendo às críticas da comunidade científica, a fim de extrair-se sugestões e comentários, bem como de reorientar os caminhos a serem trilhados. Tudo isso só pode ser feito, evidentemente, pelos canais de comunicação formais e específicos do mundo acadêmico, que incluem a participação em eventos e exposição das idéias em *papers*. Portanto, mesmo sem terem sido redigidos com essa finalidade, sempre houve um encadeamento lógico possível em cada um dos textos publicados em separado; uma espécie de linha condutora, um elo que uniu cada um deles servindo-lhes como elemento de coerência geral. Este elemento foi, amiúde, as próprias etapas da pesquisa, que este texto final busca reconstituir a integridade.

⁴ Ibid.; ver também MARINHO, Alcyane; BHRUNS, Heloísa. (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri: Manole, 2003

Não parece então ser o caso de ter que assinalar pormenorizadamente aqueles casos em que as alterações tornaram o texto inicial irreconhecível, identificando-lhe fragmentos, citações ou justaposições. Isto seria exaustivo demais. Além disso, esses mesmos textos foram vinculados na Internet e estão, em sua maioria, disponíveis na *home page* do grupo de pesquisa Anima.⁵ No outro caso, que corresponde à publicação do texto como o fora na versão original, limitamo-nos a assinalar tal ocorrência no início do capítulo e isso é tudo.

Além destes, decidimos incluir em anexo mais três textos que não foram produzidos propriamente para esta pesquisa, mas que estão relacionado à temática abordada. São trabalhos sobre as possibilidades dos esportes na natureza como ferramenta educativa. Cada um dos três ensaios a que nos referimos podem ser vistos como a materialização de outras inquietações, ligadas a nossa trajetória de formação e nossa inserção profissional no campo da Educação Física, dos Estudos do Lazer e da Animação Cultural, áreas sobremaneira comprometidas com a operacionalização pedagógica de idéias.

Apresentações e comentários para além do que fizemos aqui nos parecem desnecessários. O texto como um todo deve ser capaz de falar por si.

Uma boa leitura.

Os autores

⁵ Ver <<http://www.lazer.eefd.ufRJ.br>>.



INTRODUÇÃO

A utilização de ambientes naturais para prática de esportes, fenômeno popularmente conhecido como “esportes radicais” ou “esportes de aventura”, está profundamente articulada com a criação de novos e promissores símbolos de consumo da cultura esportiva. Esses símbolos estão associados a imagens de aventura, coragem, audácia e jovialidade. Cada uma dessas imagens vem crescentemente sendo utilizada pelos meios de comunicação e ainda mais particularmente nas estratégias publicitárias. Como exemplos desse processo, temos (maio de 2006) o lançamento do Woohoo, o primeiro canal brasileiro com programação destinada especificamente a esses esportes. Além desse, pode-se testemunhar regularmente a vinculação de produtos que vão de achocolatados a repositores energéticos tentando explorar o simbolismo desses esportes para incrementar suas vendas.

Somente a indústria que gravita em torno do surfe e de outras atividades na praia, atualmente agrupadas sob o nome de *surfwear*, movimentam anualmente em todo o país mais de dois bilhões de reais com a produção e comercialização de calçados, artigos de vestuário e acessórios. O Brasil já se apresenta como o segundo maior país consumidor desses artigos no mundo.⁶

Nos esportes na montanha, a estimativa é de que o número de praticantes de escalada seja da ordem de 10 milhões somente nos Estados Unidos. Um número que está em torno de 50 milhões quando também se considera a caminhada.⁷ No Brasil, a Confederação Brasileira de Montanhismo estima que o número de praticantes desta modalidade já atinja 10 mil.⁸

⁶ CASTELO BRANCO, Adriana. Uma perfeita para quem já passou dos cinquenta. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 25, 24 jul. 2005.

⁷ MACFARLANE, Robert. *Montanhas da mente: história de um fascínio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

⁸ PINHO, Cláudio. Tigre domado. *Isto é*, São Paulo, 25 ago. 2004.

O crescimento econômico de todo o setor parece estar acompanhando o aumento de interesse por esse tipo de esporte. Para além do surfe ou do montanhismo, estima-se que a venda de equipamentos, vestuários e calçados desses novos esportes já movimentem 300 milhões de dólares por ano no País. No resto do mundo, as estimativas de vendas relacionadas a esse segmento já ultrapassam os 10 bilhões de dólares.⁹

Esses números ilustram que não estamos diante de um fenômeno social desprezível, liderado por um grupo de jovens inconseqüentes e viciados em adrenalina. Na verdade, estamos diante de uma promissora indústria do entretenimento que, além de alcançar uma margem de lucro bastante alvissareira, tem sido capaz de forjar um sistema de valores muito peculiar no que diz respeito ao modo de se representar e se relacionar com o mundo.

A própria expansão no número de adeptos em todas as modalidades esportivas simbolicamente ligadas à aventura e à natureza, demonstra que esse crescimento não serve apenas ao desenvolvimento econômico, mas também vai atraindo novos adeptos que buscam nesses esportes um suporte para suas vivências de lazer, cujo crescimento do número de praticantes chega a atingir mais de 20% ao ano.¹⁰

Extrapolando os argumentos puramente economicistas, tem-se aí uma relevante interface com aspectos sociológicos mais amplos. Essas atividades têm se destacado pela sua capacidade de gerar poderosos símbolos de identificação coletiva. Em outras palavras, esses esportes têm se apresentado como importantes ferramentas na edificação de identidades de grupos urbanos. Praticar um desses esportes significa associar-se a um conjunto de símbolos definidores de identidade.

Todas essas questões abrem uma série de desafios e perspectivas. Do ponto de vista mercadológico, tem-se uma feroz disputa acerca de quais atores serão responsáveis por coordenar as diretrizes de organização desse segmento de mercado. A indústria do turismo tem se mobilizado no sentido de tomar a dianteira desse processo e ter o direito de explorar comercialmente essas atividades. Mais do que isso, os empresários do setor querem definir os padrões de normas e de organização que devem orientar esse complexo (e quase infinito) conjunto de atividades. Por outro lado, as federações e associações esportivas também se movimentam para reforçar suas prioridades nesse processo de regulamentação.

Academicamente, o aumento de relevância que essas atividades assumem diante do conjunto da vida social influencia o crescimento do número de traba-

⁹ ADRENALINA... e venda em alta nos esportes radicais. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 30, 20 ago. 2005.

¹⁰ LAJE, Amarílis. País cria regras para esportes radicais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2005. Folha Cotidiano, p. C1.

lhos científicos a esse respeito. Desde o ano 2000 multiplicou-se o número de dissertações e teses que têm seu foco central de análise nos esportes praticados em ambientes naturais. Numa busca rápida no banco de dados da CAPES pode-se encontrar mais de 30 trabalhos sobre essa temática, datados a partir do ano 2000, contra três registrados antes desse período. Esse exponencial aumento do interesse pelo estudo dessas atividades coloca, evidentemente, uma série de novas questões de ordem teórica e metodológica. Qual o melhor arranjo para o estudo dessas atividades? Haveria uma perspectiva teórica “mais adequada?” Seria correto empregar um mesmo termo para descrever tantos esportes que guardam diferenças significativas entre si? Inversamente, seria mesmo tão grande a diferença entre cada uma dessas modalidades a ponto de não ser apropriado uma conceituação comum? Do ponto de vista do mercado de trabalho, quem seria o profissional mais qualificado para atuar junto a essas atividades? Que tipo de formação esse profissional demanda? Que conhecimentos e habilidades têm de ser desenvolvidas e estimuladas para garantir uma atuação digna e competente? Essas são questões latentes, mas que escapam em muito aos limites deste trabalho.

As reflexões que apresentaremos aqui dizem respeito a um estudo cujo objetivo mais geral foi compreender o desenvolvimento dessas modalidades e alguns dos seus significados, iniciamos a partir de dois dos mais importantes municípios do Estado do Rio: Niterói e Rio de Janeiro.

Na verdade, trata-se da publicação de um conjunto de estudos que tiveram como alvo compreender os significados culturais de diversas manifestações esportivas que acontecem na natureza. Sua condução se deu no âmbito do que está sendo investigando na Universidade Federal Fluminense (UFF), mais especificamente no Departamento de Educação Física (GEF), onde se implantou um dos núcleos do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES), que visa o desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer.

A Rede Cedes é um programa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), do Ministério do Esporte. Suas ações em Niterói, sede da UFF, estão a cargo do Grupo de Pesquisa Envelhecimento e Atividade Física (GPEAF) e visam estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico. Esta proposta é fundamental para a criação de uma rede de promoção de pesquisas, ensino e divulgação científica na área dos Estudos do Esporte, sempre a partir de uma perspectiva multidisciplinar.¹¹ Graças e essa iniciativa e apoio institucional, este estudo se tornou possível.

Durante o triênio 2005/2006/2007, também tivemos a chance de conviver com pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento durante nossas pesquisas no Instituto Virtual do Esporte: História, Economia, Geografia, Sociologia,

¹¹ Para maiores informações ver: <<http://www.uff.br/gef/index>>.

Antropologia, Educação Física, Comunicação e Ciências da Saúde, essa possibilidade de intercâmbio com este projeto da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), mostrou-se incalculavelmente frutífera para a formulação de novas interrogações, constituindo ambiente intelectual bastante produtivo e motivador.

No que se refere aos resultados propriamente ditos, podemos dizer que este trabalho foi impulsionado por alguns questionamentos e resultou em algumas hesitações. A primeira delas – e talvez a mais importante de um ponto de vista teórico – é a do seu enquadramento disciplinar. O leitor, a exemplo dos próprios autores, pode ter certa dificuldade em classificar este estudo em tal ou qual área. Trata-se de um experimento que se quer, simultaneamente, a meio caminho de várias delas, da antropologia à geografia, da história à sociologia. Na sua condução, procedimentos investigativos de cada uma dessas disciplinas foram evocados e em certa medida colocados em ação, embora quase nunca isso seja anunciado de maneira explícita. A única exceção talvez seja a geografia e numa medida um tanto menor a antropologia. Os ecos dessas disciplinas se fazem notar de maneira um pouco mais óbvia, tanto por intermédio da centralidade que a questão espacial ocupou ao longo de todo o trabalho, tendo, inclusive, algumas linhas dedicadas a discussões de ordem metodológica, quanto por algumas rápidas declarações, também de ordem metodológica, feitas no capítulo seis a respeito da etnografia. No mais, não houve da nossa parte, para o bem ou para o mal, nenhuma preocupação de delimitação nesse sentido. De certo modo, a lista de referências utilizadas denuncia esse desejo de transitar entre várias esferas.

Mas esse ecletismo provavelmente tem a ver com o próprio processo contemporâneo de redefinição de fronteiras disciplinares. Uma época em que sociólogos são vistos realizando etnografias; quando se vê (ou revê) antropólogos trabalhando em arquivos ou historiadores dedicando-se a entrevistas. Nesses tempos de indefinições onde se pergunta quem é, afinal, o antropólogo? Em que trabalha, precisamente, um historiador? O que significa historiar o tempo presente? São dilemas expressos de alguma maneira nesse trabalho.

CONCEITOS

O início desta pesquisa, como acontece freqüentemente, deu-se através de uma fase exploratória. Tateávamos as melhores maneiras de iniciar uma abordagem, permitindo que o próprio contato com o universo cultural que visávamos apresentasse questões. Sabíamos apenas que nosso interesse estava centrado na compreensão dos significados assumidos contemporaneamente por práticas esportivas desenvolvidas em ambientes naturais na cidade do Rio de Janeiro. Para resumir, agrupávamos esse conjunto de modalidades sob o conceito de esportes na natureza.

Precisávamos então estabelecer quantas e quais eram as modalidades desse tipo que se faziam presentes na cena esportiva carioca para, finalmente, darmos início a algum tipo de investigação mais sistemática. Nesse momento, deparamo-nos com questões aparentemente elementares que não havíamos cogitado até então: Quais modalidades afinal poderiam ser consideradas como sendo “desenvolvidas em ambientes naturais?” Vela, surfe, remo, vôlei de praia, natação em mar aberto, vôo livre, *rafting*, montanhismo, submeter-se-iam todas a uma análise conjunta? Integrariam um mesmo fenômeno social? Responderiam a um mesmo conjunto de circunstâncias históricas? Estabeleceriam, de fato, relações simbólicas entre si? Seria adequado tentar elucidá-las com um mesmo modelo explicativo? Eram todas questões que precisaríamos responder preliminarmente.

Tínhamos de detalhar o que estávamos chamando realmente pelo nome esportes na natureza. Certamente, trata-se de um conceito que diz respeito a um campo muito amplo e variado de expressão do fenômeno esportivo. Sob a sua tutela encontraríamos modalidades muitíssimo diferentes entre si. No limite, sequer estávamos convencidos que era essa a terminologia mais apropriada para descrevê-las. Ao fim, encontramos-nos envoltos numa complexa discussão conceitual.

Problemas conceituais são recorrentes nas abordagens sociológicas sobre esporte. Esses problemas podem ser tributados, em alguma medida, à relativa atualidade do esporte no âmbito das ciências sociais, bem como ao caráter eminentemente polissêmico do próprio conceito. Tais problemas podem ser ainda mais flagrantes diante de “novas” modalidades esportivas em contato com a natureza. Nesse caso, de uma maneira geral, reflexões desenvolvidas e razoavelmente aceitas pela comunidade científica a respeito do esporte podem ter dificuldade em sua aplicação a essas modalidades. Surgem novos problemas que exigem novos olhares.

Ao evocar a expressão esportes na natureza, tínhamos em mente um fenômeno social relativamente bem determinado, embora precariamente definido. Referíamos-nos ao processo moderno de busca da natureza para prática esportiva. E embora a constituição histórica desse fenômeno social esteja articulada a constituição do campo esportivo mais geral (processo deflagrado de maneira inequívoca no século XIX), tem-se também algumas particularidades. Cada um desses esportes foi-se configurando como prática dotada de um *ethos* peculiar, com uma série de simbolismos que lhes são muito próprios. Entre eles, destaca-se a busca pelo contato com a natureza (uma das suas principais motivações), além de um certo sentido de aventura, onde não importa saber se a atividade é perigosa ou não. Importa que há (quase sempre) o desejo de se expor, deliberadamente, a uma situação avaliada ou percebida como arriscada.

Mark Stranger aponta para a busca da emoção proveniente de situações de risco como um dos principais elementos impulsionadores para a adesão ao surfe. Segundo o autor, é a presença do aspecto risco que dota essas atividades de um caráter transcendental, fazendo com que as mesmas assumam grande importância na vida dos seus praticantes. Entrevistas realizadas junto a surfistas australianos apontam que 81% deles indicaram a emoção como o ingrediente mais atrativo no surfe.¹² De maneira geral, mas no mesmo sentido, David Le Breton destaca que “os mais jovens, interrogados sobre sua paixão por essas atividades, evocam uma procura por adrenalina”.¹³

Para confirmar as assertivas, basta observar alguns relatos desenvolvidos pelos praticantes de alguns desses esportes. Aí, pode-se ver constantemente a exaltação dos sentidos de aventura. Mais que isso, para muitos são as noções de risco e incerteza que se apresentam como os maiores atrativos dessas atividades. Um escalador declara: “Eu sentia que tinha de haver um elemento de risco, tinha de ser difícil”.¹⁴ Um pára-quedista afirma que: “quando a porta do avião abriu e olhei para baixo,

¹² STRANGER, Mark. The aesthetics of risk: a study of surfing. *Internacional Review For The Sociology of Sport*, London, v. 34, n. 3, p. 265 – 276, 1999.

¹³ LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 94.

¹⁴ Apud KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 41.

gelei. Mas respirei fundo e joguei-me no ar. Ainda sinto muito medo. Se não sentisse, não teria a menor graça”.¹⁵ Ainda no mesmo sentido, um escalador que diz:

Eu sempre soube que escalar montanhas era uma atividade de alto risco. Eu aceitava que o perigo era um componente essencial do jogo – sem ele, escalar seria o mesmo que uma centena de outras diversões corriqueiras. Era emocionante confrontar o enigma da mortalidade, dar uma espiada de leve em suas fronteiras proibitivas. Eu de fato acreditava que o alpinismo era uma atividade magnífica, justamente pelos perigos inerentes ao esporte e não apesar deles.¹⁶

De maneira mais geral, referindo-se aos esportes de aventura como um todo, podemos citar os comentários de Al Alvarez:

Quanto mais improvável a situação e maior o esforço exigido, tanto mais doce é o sangue que nos flui depois, liberando toda a tensão. A perspectiva do perigo serve apenas para aguçar o controle e a atenção. E talvez seja esse o motivo racional de todos os esportes de risco: você eleva, deliberadamente, o grau de esforço e concentração, com o objetivo, digamos assim, de limpar a mente das trivialidades.¹⁷

André Ilha, montanhista, diz que:

Os dois elementos básicos motivadores do fascínio que tais esportes exercem sobre seus praticantes: a incerteza e o risco calculado. Com efeito, o que um escalador, um parapentista ou um surfista procuram é enfrentar os desafios naturais tais como eles se apresentam, colocando corpo e mente para trabalhar em harmonia de forma a superar os seus limites pessoais e, se bem-sucedidos, desfrutar a satisfação única proporcionada por sua performance. Em contrapartida, ao lidar com a natureza em seus próprios termos, estes esportistas, assim como aqueles de tantas outras modalidades congêneres, estão dispostos a aceitar eventuais fracassos e a correr o risco de acidentes graves, até mesmo fatais, pois é precisamente na incerteza e no risco (minimizados por técnicas e equipamentos cada vez mais sofisticados) que reside à aventura – esta faceta indômita da psique humana que as facilidades da vida moderna procuram eliminar, mas que permanece como uma necessidade primordial para tantos de nós¹⁸.

¹⁵ PRAZER e perigo. *Veja*, Rio de Janeiro, ano 36, n. 28, p. 73, 16 jul. 2003.

¹⁶ KRAKAUER, Jon. *No ar rarefeito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 267.

¹⁷ Apud KRAKAUER, Jon. *No ar rarefeito*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 83.

¹⁸ ILHA, André. *Leis de mais, aventuras de menos. Agência carta maior*, [S.l.], [200-?]. Disponível em: <<http://agenciacartamaior.uol.com.br/>>.

Interessante é que essas aspirações de risco e aventura vão-se realizar basicamente através do contato com a natureza. Nas palavras de Cláudio Consolo, presidente da Associação Brasileira de Parapente, “entendemos que a interação com a natureza proporcionada pelas práticas esportivas de aventura é o elo que une todos os ‘radicais’ a seus esportes.¹⁹ Nesse sentido, tem-se a relação com a natureza como um outro elo fundamental na caracterização dessas práticas.

Os elementos naturais não servem apenas de palco para a prática esportiva; não são apenas figurantes ou um suporte da aventura; é ela própria, a natureza, que vai determinar todos os acontecimentos esportivos. O caso do surfe parece-nos um bom exemplo para ilustrar esta situação: o surfista ao identificar a formação de uma onda que lhe parece adequada para suas manobras posiciona-se em condições que lhe permita aproveitar o impulso da onda e no momento certo inicia a remada até o momento em que a onda – o elemento da natureza – o empurra em velocidade, sendo seu esforço propulsor já desnecessário. Agora é a onda que vai lhe guiar; são as forças da natureza que vão lhe empurrar. Esta característica funcional é, muito provavelmente, a responsável pela criação de um imaginário que associa tais práticas esportivas aos discursos de preservação ambiental, que estabelecem uma ‘relação subjetiva do esportista com a natureza’²⁰.

O olhar para essas características ia oferecendo possibilidades de definição, embora ainda bastante frágeis e precárias. O mais importante do ponto de vista metodológico é que um rascunho de definição, centrado na questão de relação do esportista com a natureza, já permitia uma sensível redução no número de modalidades a serem consideradas, tornando a pesquisa mais viável. Práticas como o vôlei de praia, por exemplo, embora se desenvolvam num ambiente natural, estariam fora dessa investigação. Neste estudo, centrado na cidade do Rio de Janeiro, teríamos montanhismo, vôo livre, surfe e seus congêneres (*kitesurfe, windsurfe e bodyboarding*) como as modalidades mais significativas (as que agregam o maior número de praticantes). Portanto, mais que o fato de acontecerem em ambientes naturais, importa um certo sentido comum que vai dotando cada uma dessas modalidades de um determinado nível de compartilhamento de significados. Assim, a despeito das diferenças, alguns esportes encontram aproximações entre si e vão formando um mesmo campo simbólico.

¹⁹ CONSOLO, Cláudio. *Cartas. Veja*, Rio de Janeiro, p. 24, 23 jul. 2003.

²⁰ DIAS, Cleber; ALVES JUNIOR, Edmundo. Caracterização conceitual dos esportes na natureza. In: ISAYAMA, Helder; GOMES, Christianne; SILVA, Silvio (Org.). *Coletânea do VII seminário o lazer em debate*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 329-338.

O campo dos esportes na natureza configura-se como uma subcultura esportiva, mas sem nunca deixar de caracterizar-se como um esporte. Ao mesmo tempo, suas especificidades esportivas dotam-lhes de uma relativa autonomia diante do campo esportivo mais geral.

Tal autonomia relativa evidencia-se à luz de certos traços atribuídos ao fenômeno esportivo. Por exemplo: “uma das necessidades para o desenvolvimento das práticas esportivas era a construção de instalações adequadas”.²¹ Se antes a formação e o desenvolvimento de um campo esportivo estavam condicionados a construção de instalações arquitetônicas específicas, e isto era mesmo uma das suas necessidades, os esportes na natureza operam algum nível de reordenação desses traços definidores. Não que esportes como surfe, montanhismo ou vôo livre não tenham nenhum tipo de territorialidade. Ao contrário, sabemos bem que a construção de qualquer código cultural depende de uma espacialidade. A questão é que a construção da territorialidade desses esportes se faz muito mais pela via simbólica do que pela material. Ou seja, o processo de marcação de fronteiras para esses espaços esportivos dispensa barreiras físicas, como um estádio, um velódromo ou um hipódromo.²² Logo, esses esportes, tais como todos os outros, continuam dependendo de um espaço ritual específico, com a diferença de que a construção desses lugares opera sob outra lógica, outra territorialidade, mais instável, mais fluída, mais imprevisível.

Também podemos observar essa autonomia relativa no modo como tais esportes costumam ser classificados. Quem pretende aludir a qualquer uma dessas modalidades não está autorizado a fazê-lo recorrendo tão somente ao conceito de esporte. Este, quando empregado sozinho, quase nunca é suficiente para designá-los. Uma descrição mais precisa costuma requerer um adjetivo que, dependendo do interlocutor, poderá ser “radical”, “de aventura”, “na natureza”, “extremo”, “alternativo” ou o que mais se puder inventar. Não é por acaso que, tanto o surfe, quanto o montanhismo (duas das mais representativas modalidades desse campo), se viram – e por vezes ainda se vêem – envoltos em algum tipo de polêmica com relação ao seu pertencimento à cultura esportiva. A idéia de incluir o montanhismo no programa de provas olímpicas, por exemplo, gera controvérsias desde 1896. Nessa época, por ocasião da realização da primeira olimpíada moderna, as competições de montanhismo, que estavam previstas, foram canceladas. Desde então, o entendimento do montanhismo como um esporte olímpico, e mesmo como um esporte, não tem sido ponto pacífico, embora muitos montanhistas já tenham sido contemplados com medalhas olímpicas.²³ No Rio de Janeiro, foi

²¹ MELO, Victor. *Dicionário de história do esporte*. São Paulo: Autores Associados, 2007. p. 7.

²² MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003.

²³ UIAA. *Climbing the olympic mountain*. [200-?]. Disponível em: <<http://www.uiaa.ch/article>>.

comum durante muitos anos o tratamento dessa prática como um “esporte diferente”, uma espécie de passatempo excêntrico e extravagante.²⁴

No surfe, alguns atletas profissionais declaram não se sentirem plenamente reconhecidos como esportistas. Kelly Slater, oito vezes campeão mundial de surfe, sugere já ter sentido certo mal-estar por conta dessa falta de reconhecimento. Nas suas palavras:

Até colocar o meu rosto na caixa de cereal Wheaties, a marca de qualquer atleta de sucesso, estava fora do meu alcance. Os caras da revista *Eastern Surf*, na Flórida, publicaram o endereço da General Mills para que os leitores pudessem enviar seus pedidos para que eu aparecesse na caixa. Eu não soube, mas Bryan, meu empresário, também fez contato com a empresa. Eles lhe disseram: “Nós só apresentamos atletas genuínos em nossas caixas”. Para eles, eu era apenas um vagabundo de praia²⁵.

Mesmo entre os mais prestigiados surfistas australianos, onde o surfe é um esporte muito popular,²⁶ não há um sentimento consolidado com relação à condição de atleta. Mark Occhilupo, quando perguntado se chegava a se comparar a atletas de outras modalidades foi taxativo: “não, realmente não.”²⁷

Ron Semiao, idealizador dos *X-Games*, a maior competição de “esportes radicais”, também comenta esse processo de falta de legitimidade esportiva referindo-se a esportes de aventura de maneira geral. Sua declaração, vinculada no documentário *Ultimate-X*, dirigido por Bruce Hendricks e que exhibe, além dos bastidores dos jogos, depoimentos de várias personalidades do mundo radical, tais como Trevis Pastrana, Bob Burquinst e Tony Hawk, é bastante ilustrativo:

Faço uma analogia com os anos 60 quando o *rock and roll* apareceu. Muitos críticos de música e pais disseram que não eram músicos, que não era música de verdade e que não ia durar. Mas as crianças adoraram. Com o tempo o *rock and roll* passou a fazer parte da nossa cultura musical. Quando o *X-Games* foi iniciado, críticos do esporte e pais diziam que não eram esportes de verdade, que não eram atletas. Mas as crianças fincaram pé.

²⁴ DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História Comparada)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007d.

²⁵ SLATER, Kelly. *A biografia de Kelly Slater: pipe dreams – com Jason Borte*. São Paulo: Gaia, 2004. p. 109.

²⁶ Demonstração da importância que o surfe assume na cultura esportiva local está no fato de que há, até mesmo, um noticiário televisivo (Sports Tonight) que exige diariamente informes e boletins sobre a condição das ondas e o cotidiano dos competidores mais famosos da Austrália, seus dias de treinamento, suas performances nas competições locais e internacionais e assim por diante.

²⁷ OCCHILUPO, Mark. *Ocy: o ano do touro*. São Paulo: Gaia, 2006. p. 207.

Diante desse quadro de caracterização geral, julgamos que seria útil aprofundarmos as discussões de ordem conceitual.

SER OU NÃO SER ESPORTIVO?

Determinar em que medida o montanhismo é um “esporte diferente” ou os atletas de surfe são apenas vagabundos da praia, tem a ver com as definições mais usuais a que o esporte e o esportista estão submetidos. Em uma rápida revisão bibliográfica pode-se encontrar uma certa “nebulosa conceitual” no que diz respeito à definição dos esportes praticados em contato com a natureza. Os termos utilizados para designar e caracterizar essas práticas são difusos, imprecisos e pouco consensuais. A dificuldade de se elaborar um conceito que possa definir e caracterizar com alguma precisão essas práticas acaba criando uma dificuldade adicional para suas investigações.

Na verdade os diversos conceitos de significado têm tornado as questões semântico-linguísticas um tema cada vez mais complicado e complexo, transformando um conceito nuclear em semântica – significado – num termo vazio, porque excessivamente ambíguo. Todo termo que admite interpenetrações múltiplas aleatórias equivale a noções tão variadas e tão amplas, que seu emprego resulta praticamente inútil numa área de conhecimento. E, situação mais séria ainda, passa a desviar a atenção dos fatos de real pertinência para a discussão estéril de questões terminológicas.²⁸

No caso dos esportes na natureza, a tentativa de suprir essas demandas tem levado ao emprego disperso de um sem-número de conceitos. O fato concreto é que são muitos conceitos empregados para designar um mesmo objeto de estudo, o que mais confunde do que esclarece.

Kiko Guzman e León Boyero, referindo-se ao que eles chamam de “novas tendências esportivas”, propõem a expressão “esportes de deslize” (*deportes de sliz*).²⁹ Flávio Lauro e Marcello Danucalov têm sugerido o termo “esportes de prancha” (*boardsports*), onde o equipamento utilizado (prancha) é apontado

²⁸ MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 20.

²⁹ GUZMÁN, Kiko León; BOYERO, Parra. Nuevas tendencias deportivas: deportes de sliz. *Lecturas*, Buenos Aires, año 6, n. 30, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Ver também: GUZMÁN, Kiko León. Deportes de sliz: equilibrio y acrobacia - clasificación. *Lecturas*, Buenos Aires, año 7, n. 34, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>; GUZMÁN, Kiko León. Modalidades deportivas de sliz. *Lecturas*, Buenos Aires, año 7, n. 37, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

como o principal traço definidor.³⁰ Concentrando-se em outros aspectos, como o local preferencial para a realização das atividades, encontra-se menção ao termo “esportes ao ar livre” (*outdoor sports*).³¹ Focando também na espacialidade diferenciada desses esportes, praticados em ambientes mais ou menos imprevisíveis e demarcados com menos rigores, estaríamos autorizados a falar de “esportes alternativos”.³² Nesse caso, exalta-se a dimensão da liberdade de movimentos, onde a regulamentação é, em tese, menos coercitiva e onde prevalece a pulsão lúdica. Próximo a esses elementos, tem-se ainda a consideração das associações entre o esporte e os ideais da contracultura, bem como a promoção de uma filosofia hedonista, que vive o presente fluindo o prazer do momento. Destacando-se a origem geográfica e cultural desses simbolismos, chega-se a sua classificação como “esportes californianos”.³³ Por fim, poderíamos ainda mencionar o uso acadêmico da idéia de “esporte radical” (*radical sports*) ou “esportes extremos” (*extreme sports*).³⁴ De origem norte-americana, as expressões têm relação com a organização de eventos esportivos tais como *X-Games*, onde a letra X substitui e faz alusão à palavra inglesa *extreme*. A ênfase estaria nas “sensações extremas” proporcionadas por manobras acrobáticas e de inversões vertiginosas do corpo.

Cada um dos conceitos mencionados procura, apesar das diferenças, expressar um significado semelhante. Reconhece-se, inclusive, uma certa proximidade significativa entre eles.

O termo “radical” nesses esportes vem sendo associado, tanto na literatura acadêmica como em senso comum, a outros como “de aventura”, “de natureza”, “de verão”, “outdoor”, “extremos” e “alternativos”. Parece haver uma tentativa de fugir do termo radical nessas atividades buscando uma conotação mais light para a sua prática, sob pena de perder um público não familiarizado ao risco, certamente presente em tais modalidades. Em nosso entendimento, todas as distintas atribuições ao

³⁰ LAURO, Flavio; DANUCALOV, Marcello. O elemento aventura no meio universitário: a formação acadêmica pelos esportes de prancha. In: UVINHA, Ricardo. *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 103 – 136.

³¹ A noção de esportes ao ar livre está muito atrelada ao desenvolvimento das indústrias de fabricação de equipamentos esportivos, sobretudo no seu segmento de roupas e acessórios. A fabricação de equipamentos foi, e é ainda, um mercado bastante especializado, onde a inserção em mais de um segmento é pouco comum. Desse modo, fabricantes de pranchas de surfe não têm colocação, por exemplo, junto ao mercado de fabricação de equipamentos de escalada. Por outro lado, as roupas e acessórios utilizados por um esquiador podem ser aproveitadas por um montanhista e vice-versa. Cria-se a compreensão de um mercado de materiais *outdoor*.

³² Cf. RINEHART, Robert; SYDNOR, Synthia (Ed.). *To the extreme: alternative sports, inside and out*. New York: New York Press, 2003.

³³ Termo usado com certa fluência pela sociologia francesa. Cf. POCIELLO Christian. *Sports et sciences sociales*. Paris: Vigot, 1999.

³⁴ C.f. UVINHA, Ricardo. *Juventude, lazer e esportes radicais*. São Paulo: Manole, 2001.

termo “radical” verificadas anteriormente, em muito se aproximam e podem ser entendidas como sinônimos, já que, em tese, mostram-se praticamente idênticas. Se verificarmos na literatura estrangeira especializada, academicamente, tanto a palavra “radical” como os demais termos anteriormente mencionados aparecerão sem significativas distinções.³⁵

Diante dessa multiplicidade conceitual e, ao mesmo tempo, dessa proximidade significativa, importa para as finalidades desse estudo ter o conceito seguramente definido. Importa certificar-se de que há algum nexo em tratar distintos esportes sob uma mesma rubrica. E a principal justificativa nesse sentido vai ao encontro das proposições de Pierre Bourdieu. Nas suas palavras:

Para que uma sociologia do esporte possa se constituir, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o conjunto das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que seja ele, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes.³⁶

Dentro dos limites que este estudo se propõe, nos interessa uma posição particular que esses esportes ocupam dentro do espaço esportivo mais geral. Trata-se, nomeadamente, do esporte entendido como uma prática que se aproveita ou que interage intensamente com os elementos naturais. E na medida em que é a própria natureza que os motiva e os torna possíveis, seus simbolismos serão permeados por uma espécie de mitologia do reencontro com a natureza selvagem, um discurso e um imaginário ambientalista, que altera as sensibilidades diante da natureza. Daí nossa opção por chamá-los, simplesmente, esportes na natureza.

No entanto, certas características presentes nessas modalidades costumam causar problemas de definição ainda mais constrangedores. Por exemplo: pode-se dizer que essas práticas imprimem uma ruptura radical com algumas das características mais fundamentais do conceito tradicional de esporte, a ponto de não as considerarem como tais. Aqui, as questões que se apresentam dizem respeito à possibilidade da compreensão dessas atividades como esporte. Essas práticas podem mesmo ser consideradas como esporte?

Meditando a respeito dessas questões, Javier Oliveira Bétran afirma que o esporte é a prática social mais relevante do período moderno; uma espécie de

³⁵ UVINHA, R. R. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L. G.G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. p. 437-447.

³⁶ BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 207-220.

equivalente sociocultural da modernidade; o símbolo que a identifica. Em contrapartida, as novas práticas corporais na natureza seriam

práticas originais da atualidade e concepções físicas recreativas diferentes do esporte, pelo modelo corporal em que se baseiam, pela motivação e as condições de prática, pelos objetivos a serem conseguidos ou pelo meio utilizado para seu desenvolvimento.³⁷

Embora aceitemos a idéia de que os esportes na natureza identifiquem-se com um quadro social mais atual, que do ponto de vista acadêmico tem sido frequentemente designado como pós-modernidade, também acreditamos que o fenômeno esportivo refere-se a uma prática social concebida no seio da sociedade, e em alguma medida é por ela determinada. Esse debate traz à tona a ambigüidade presente na própria idéia de pós-modernidade, cabendo-nos a indagação de como é aqui compreendido o termo. Porque, se for entendido como a inauguração de um novo período histórico; demanda, quase que obrigatoriamente, compreender práticas culturais que se identificam com essas transformações sociais sem nenhuma relação com “práticas modernas”. “Conceitos costumam vir em pacotes de pressupostos que precisam de análise minuciosa”.³⁸ Portanto, sem pretender negar *a priori* tal ou qual conceituação, coloquemos-nos a estudá-la.

Sem a pretensão de firmar posições conclusivas sobre esse denso debate teórico, que é a caracterização da pós-modernidade, concordamos com uma perspectiva mais intermediária. Essa perspectiva vê um certo exagero na sua compreensão como uma nova Era, ao mesmo tempo em que percebe as inegáveis transformações em andamento nas arenas culturais.

O acréscimo do prefixo “pós” faz alusão à própria idéia de modernidade. Ou seja, é algo que vem depois; que se segue. Assim, os esportes na natureza, ainda que associados ao quadro pós-moderno, seriam transformações no fenômeno esportivo; seriam esportes que vêm depois; mas que de alguma maneira dão continuidade aos processos deflagrados anteriormente, isto é, na modernidade. Lembremos que alguns desses esportes foram codificados e institucionalizados entre meados do século XIX (montanhismo) e início do século XX, (surfe). Práticas mais contemporâneas (*kite surfe*, *windsurfe* etc), são somente combinações e justaposições de técnicas e concepções com inventividade bastante relativa.³⁹

³⁷ BETRÁN, Javier Oliveira. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa. *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003. p. 164.

³⁸ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 69.

³⁹ Ver DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História Comparada)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007d. Especialmente conclusões.

Para irmos mais longe, poderíamos dizer que nos esportes na natureza – ainda que identificados ao quadro da pós-modernidade – não há imposição de nenhuma ruptura teórico-conceitual significativa com os esportes modernos ou tradicionais a ponto de justificar uma outra conceituação. E mais ainda, ousaríamos dizer: o que ocorre nesses “novos esportes” é tão somente um aprofundamento do processo de esportivização inaugurado pela modernidade. Segundo Elias, esse processo diz respeito, em primeiro lugar, a transformação de elementos da cultura corporal em esporte, ou seja, a regulamentação dos passatempos.⁴⁰ Em segundo lugar, tem-se a orientação dessas práticas, já transformadas em esporte, por pretensões cosmopolitas e universais, através da criação de regras rígidas seguidas da burocratização de suas instituições. Um processo que o desenvolvimento dos esportes na natureza parece reproduzir e que nos habilitaria a tratá-lo como um esporte, pois é isso mesmo que parece ser.

Mesmo no caso de esportes que aparentemente não têm regras ou regulamentos, como é o caso do montanhismo, existem outras formas bastante coercitivas de estabelecimento de códigos de conduta, ou seja, de “regulamentação do passatempo”. Dessa forma, entre os montanhistas tem-se uma ética, onde aqueles que a desprezam ou a contestam podem ser mal vistos e, em casos extremos, até marginalizados. Como veremos no capítulo As Instituições, há, no montanhismo, uma rígida estrutura hierárquica que determina a maneira mais ou menos correta de escalar. O esporte, nesse caso, mais do que uma técnica corporal, torna-se a projeção de um ideal normativo e regulador, passível de disputas, mudanças e questionamentos ao longo da história do esporte.⁴¹ Olivier Hoibian tece comentários a esse respeito. Segundo o autor:

O alpinismo apresenta a particularidade notável de ser um esporte sem regulamento e sem árbitro (pelo menos até estes últimos anos), o que implica o costume de dispor de princípios éticos suscetíveis de guiar e determinar “a boa maneira de realizar escaladas”. A história do alpinismo é assim permeada por debates e pela pergunta sobre os seus princípios ou, para dizê-lo diferentemente, por um trabalho coletivo de produção e legitimação ética.⁴²

No surfe, do mesmo modo, mesmo entre os praticantes ocasionais, existem as normas que determinam quem tem ou não tem a prioridade sobre as ondas. O descumprimento dessas regras pode facilmente transformar-se em foco de tensões e de

⁴⁰ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

⁴¹ STRUMINSKI, Edson. A ética no montanhismo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S.l.], n. 7, p. 121-130, jan./jun. 2003.

⁴² HOIBIAN, Olivier. De l'alpinisme à l'escalade libre: l'invention d'un style? *Staps*, Paris, v. 995, n. 36, [199-?].

disputas. Sem mencionar o ambiente das competições, claramente regulamentado.

Contudo, não estamos propondo uma leitura homogeneizadora, afinal, o esporte não tem um sentido unívoco. E no caso desses esportes na natureza em especial. Nesse caso, veremos grande variabilidade de concepções e valores atribuídos. Tomando o montanhismo como exemplo.

Salta aos olhos a diversidade de representações possíveis [...] O montanhismo, como uma prática cultural transnacional, não é uma entidade homogênea, não é um bloco monolítico [...] É perfeitamente possível que escaladores ou escaladoras de um mesmo sexo, de um mesmo país ou de um mesmo círculo de relações, encarem estas atividades de modo singular. A maneira como cada escalador ou escaladora dá sentido às suas experiências esportivas – ou as opções e preferências acionadas ao longo dos períodos de prática – são bastante pessoais. Esse nível de subjetividade traz a necessidade de se considerar a pluralidade e multiplicidade de sentidos possíveis às representações desses esportistas. Ou seja, devemos tentar compreender a experiência dessas atividades à luz da diversidade de grupos envolvidos nessas atividades. A heteronímia do esporte e especificamente do montanhismo, deve ser apreendida como uma ‘estrutura-estruturante’.⁴³

Ainda assim, mesmo diante de uma crescente profissionalização e espetacularização, cada vez mais evidente, também não parece muito adequado tratá-lo somente na perspectiva da institucionalização e regulamentação esportiva. A “marginalização” esportiva dessas modalidades convive harmoniosa e contraditoriamente com um processo de mercantilização imposto desde os primórdios desses costumes.

Em suma, não devemos subestimar o fato de que muitas modalidades dos esportes na natureza foram elevadas ao estatuto de estilo de vida, fornecendo princípios gerais de organização de toda uma forma de existência cotidiana, o que as dotam de significados distintos e múltiplos, sendo a ambigüidade uma estrutura permanentemente presente. Nesse sentido, cita-se a declaração de Jon Krakauer a respeito das suas próprias impressões sobre o montanhismo, onde afirma que

uma das coisas atraentes no esporte era que não importava porcaria nenhuma o que os outros pensassem. Fazer o plano decolar não dependia de conseguir a aprovação de um diretor de pessoal, ou de um comitê de seleção, ou de um grupo de juízes com cara de maus.⁴⁴

⁴³ DIAS, Cleber. Convergências, divergências e interseções: diálogos sobre o montanhismo. *Esporte e Sociedade*, ano 2, n. 7, nov./ mar. 2007a. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufjf.br/espoc/>>.

⁴⁴ KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 18.

As problematizações expostas até aqui quando agrupadas em categorias mais gerais, dizem respeito ao desafio de analisar mudanças sociais. E remetem-nos a velha discussão sobre as teses de continuidade e descontinuidade na história social do esporte. De maneira tanto grosseira quanto vulgar essas teses são ligadas e reduzidas, respectivamente, a compreensão do esporte como uma natureza essencial ou inversamente, como uma natureza histórico-social.

Dito de outra forma, os esportes respondem a demandas sociais muito precisas e determinadas. A forma de se praticar esportes e/ou de se exercitar é compatível com as condições culturais da população que os pratica, pois o esporte é uma representação lúdica e simbólica do modo de viver de uma determinada sociedade. Daí nossa opção teórica em adotarmos o princípio de compatibilidade entre esporte e cultura. Enquanto um produto cultural o esporte é dinâmico, sofre mutações no seu desenrolar histórico, acompanhando as mudanças estruturais por que vem passando a sociedade contemporânea. Devemos então fugir a tentativa de canonização de uma determinada forma de expressão do esporte e compreender que essa manifestação cultural, como todas as demais, é fluída. Mudanças ocorridas na forma do esporte se manifestar socialmente compõem, nada mais, nada menos, uma nova configuração do fenômeno esportivo, sem com isso descaracterizá-lo como tal, pois são apenas adequações e apropriações à própria (re) configuração que a sociedade e todas as suas práticas culturais estão sujeitas. Trata-se, em última análise, de uma atualização; uma adequação das práticas esportivas, antes condicionadas ao contexto da modernidade, às condições pós-modernas de vida.

Do mesmo modo, devemos também fugir dessa execrável tentativa de sacrossantificar determinados modelos teóricos de análise. Se existe dificuldade na interpretação de um determinado fenômeno social a partir de um certo modelo interpretativo, a inadequação não está no fenômeno investigado, mas sim no modelo, que dá sinais de fraqueza. Lembremos que são os modelos de análise teórica que devem se ajustar ao objeto de estudo e não o contrário. Insistir neste tipo de idéia é tão inconveniente quanto inadequado. Representa mesmo uma inversão da lógica investigativa.

A confusão proveniente da identificação do fenômeno cultural, passível de inúmeras apropriações e ressignificações, com as instituições “oficiais” e que representam apenas um modelo de prática dos muitos que seriam possíveis é emblemática. A recusa generalizada que se observa hoje em aceitar essas novas práticas como compondo mais uma manifestação esportiva, deve-se, provavelmente, a esse inexorável atrelamento às instituições esportivas hegemônicas, sendo estas últimas, decisiva e verdadeiramente influenciadas por uma excessiva valorização da competição. Traços que, segundo dizem, não se faria presente nos esportes na natureza.

O caso é que se associa, linearmente, o esporte em geral com as instituições

que o representam, desconsiderando outras formas de prática e de atribuição de significados. Assim, o sentido do esporte será aquele determinado, única e exclusivamente, por um determinado grupo de praticantes ou dirigentes, geralmente vinculados ao universo da performance e do alto rendimento. Essa será então a medida-padrão para a interpretação e caracterização do esporte. Tudo que se afaste de tais cânones poderá ser qualquer coisa, menos esporte. Desse modo, práticas como o montanhismo, sem confronto direto entre praticantes, serão vistas como “desvios”. Nesse caso, o entendimento de tais práticas como sendo ou não sendo um esporte de fato tem pouca relação com o real contexto histórico e social que os produziu, isto é, tem pouca relação com as possíveis diferenças entre modernidade e pós-modernidade. Para longe disso, trata-se muito mais da reificação de determinados parâmetros de cultura, no caso, da cultura esportiva.

As conseqüências dessas interpelações teóricas nos parecem suficientemente evidentes, a ponto de as recusarmos. Tomar como premissa que o surfe e o futebol, por exemplo, pertencem a culturas diferentes é no mínimo exagerado. É certo que estas modalidades pertencem a subculturas diferentes, mas com referências mínimas em comum. O que se torna ainda mais evidente nos dias de hoje, onde a distância cultural entre as duas modalidades parece diminuir cada vez mais. O vertiginoso movimento de esportivização de elementos da cultura corporal dá provas disso.

No nosso caso, estamos tentando nos reportar ao fenômeno social esportivo como um todo, ou seja, a manifestação e expressão de um símbolo cultural que é muito maior do que às pretensas instituições que tentam representá-lo. Pretendemos pensar o esporte além do olhar institucional. E sendo assim, seria um enorme reducionismo compreender esse objeto à luz exclusivamente do elemento competitivo ou a partir das representações forjadas por este modelo hegemônico. Sem desconsiderar a relevante contribuição de Javier Oliveira Bétran para o estudo dos esportes na natureza, nos sentimos à vontade para tecer críticas e recusar seu conceito de AFAN. E nesse sentido, o que estamos propondo é mais que a aceitação dos esportes na natureza como sendo um esporte. Estamos fundamentalmente propondo uma compreensão ampliada do próprio conceito de esporte.

AFINAL, O QUE É UM ESPORTE?

Ainda em tempo, devemos destacar também que o problema colocado pela definição mais usual de esporte, que se concentra em destacar sua dimensão competitiva,⁴⁵ gera outros descompassos. A apreensão direta desse tipo de conceituação para a interpretação dos esportes na natureza cria algumas dificuldades.

⁴⁵ Segundo Valter Bracht (*Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 14), “refere-se a uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo”.

Pois, nesse caso, a competição apresenta-se como um elemento excessivamente marcante na sua caracterização, o que, segundo alguns, não ocorreria nas práticas corporais na natureza. Afirma-se mesmo o contrário, que nestas práticas pode-se encontrar um caráter cooperativo e colaborativo.⁴⁶ Daí decorrem dois equívocos. O primeiro é o de vislumbrar o esporte tão somente como uma prática de caráter competitivo. O segundo é a interpretação dos esportes na natureza como não dotados de competição. Ambas as concepções pecam por desconsiderarem a pluralidade de significados inerentes ao próprio conceito de esporte.

No primeiro caso, nota-se a manifestação de uma herança teórica freud-marxista, mais particularmente aquelas desenvolvidas por Jean-Marie Brohm, que reduzem o esporte invariavelmente a competição.⁴⁷ Nesses termos, o esporte seria a reprodução fiel do mundo do trabalho, sendo os elementos lúdicos totalmente eliminados. O esporte seria “a poesia da hierarquia”; guiado única e exclusivamente pelo princípio de rendimento. Estas análises funcionais fazem uma concepção de estrutura rígida e mecânica onde a realização de estudos estáticos e a manutenção das estruturas funcionais prevalecem em detrimento das mudanças, que se diga, são permanentes. Comentando essas posições, o historiador Peter Burke já dissera que:

Não há necessidade de se agarrar ao pressuposto de que todas as instituições de uma determinada sociedade possuem uma função positiva, sem incorrer em custos. Não há necessidade de tomar como premissa que determinada instituição é imprescindível ao desempenho desta ou daquela função.⁴⁸

Nas Ciências Sociais é cada vez mais corrente a idéia de que as leis da interpretação funcional-estruturalista só se aplicam sob certas condições. E em se tratando do esforço interpretativo do fenômeno esportivo, pode ser ainda maior o nível de tensão oferecido por essas proposições. É preciso considerar que existem múltiplas formas de organização do campo esportivo. Existem múltiplas maneiras do esporte se manifestar. Os “moldes olímpicos” constituem apenas uma das possibilidades. Assim, no esporte não encontramos somente a competição e o princípio de rendimento. É certo que o encontramos também, mas não somente ele.

⁴⁶ Cf. MONTEIRO, Sandoval Villaverde. *Modernidade, formas de subjetivação e amizade: potencialidades das experiências de lazer e aventura na natureza*. Tese (Doutorado em Educação Física)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

⁴⁷ BROHM, Jean-Marie. *Sport: a prison of measured time*. Londres: Pluto, 1978. Ver também os comentários de PRONI, Marcelo W. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo W.; LUCENA, Ricardo (Org.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

⁴⁸ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 152 – 153.

Mas neste tipo de interpretação, as significações heterogêneas são desconsideradas e o esporte é tomado como uma prática cultural que possui um sentido unívoco. Aliás, isto é um tipo de equívoco teórico comum nas investigações do campo esportivo, que pecam por negligenciar a apropriação cotidiana e micros-social de que são passíveis as manifestações esportivas. Marco Stigger alerta para as conseqüências disso: a maioria das pesquisas prioriza os grandes eventos esportivos, enfatizando as análises macrossociais, desconsiderando os contextos culturais específicos e particulares. Nas palavras do autor “o esporte tem sido investigado com interesses voltados aos grandes eventos esportivos”.⁴⁹

A partir daí, gostaríamos de sugerir que o esporte não pode ser reduzido exclusivamente à competição, pois trata-se de uma atividade especificamente humana que expressa as manifestações mais fundamentais da própria vida; todos os seus conflitos e perplexidades. É, nos termos de Christian Pociello, uma plêiade de tipos de enfrentamentos e de técnicas elaboradas em vista da competição; um conjunto de incríveis proezas realizadas graças à “máquinas lúdicas” em que se explora todos os registros da motricidade humana, permitindo ao homem colocar em prática todas as suas capacidades.

Mesmo em modalidades altamente penetradas pelo modelo competitivo de busca da performance, como o são os esportes profissionais, futebol, por exemplo, sempre há margem para a manifestação de um comportamento colaborativo. Pois, ao mesmo tempo em que os jogadores de uma equipe são obrigados a competirem contra outros, dada a natureza da dinâmica do jogo, eles têm também de se ajudarem mutuamente, do contrário, sua equipe tem grandes chances de sair perdedora da competição. Isso para não mencionarmos outras lógicas de organização esportiva que acontecem, em geral, à margem da “oficialidade”, como as “peladas” ou o “futebol de várzea”.

No caso dos esportes na natureza, especificamente, podemos tomar o surfe como exemplo. Embora seja um esporte devidamente estabelecido dentro do modelo competitivo mais convencional, com um circuito de competições internacionais etc., há também a presença de um “comportamento desviante”. A figura do *free surfer* encarna esse arquétipo. Trata-se de um praticante regular que não aceita submeter-se a competições e que encara o surfe apenas como divertimento, possibilidade de prazer ou enriquecimento espiritual. Existem inclusive surfistas que se tornaram famosos pela maneira quase fundamentalista como lidam com essa situação, mostrando ojeriza as competições, e acusando-as de “desvirtuarem o verdadeiro sentido do surfe”.

No segundo caso, e inversamente, nota-se a associação dos esportes na natureza ao comportamento cooperativo. Essas interpretações são possíveis graças

⁴⁹ STTIGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, SP: Autores Associados/CBCE, 2002. p. 10.

à efetiva presença de um tipo de deslocamento do elemento competitivo do outro, do adversário, para si mesmo. Este deslocamento parece mesmo acontecer, e constitui esses esportes como sendo uma espécie de autocompetição.⁵⁰ Norbert Elias, ao meditar sobre o sentido de confronto que perpassa o esporte de maneira geral, teceu comentários a esse respeito, tomando, exatamente, o montanhismo como exemplo: “Assim é o montanhismo, em que os seres humanos podem ser derrotados por uma montanha ou, depois de muitos esforços, podem atingir o topo e gozar a sua vitória”.⁵¹

De uma outra forma, estes deslocamentos podem acontecer na direção dos elementos naturais. Nesse caso, é a natureza que se torna o adversário da disputa. A pesquisa de Fabiana Souza sobre os praticantes de *rafting* demonstra claramente isso quando afirma que “o discurso desses praticantes de *rafting* tem como marca a força, o poder, a luta para se alcançar o que se quer. “No imaginário desses atores, segundo a autora”, o rio precisa ser vencido, pois ele representa uma força superior, engolidora, e que será abatida por eles através da cooperação de todos da equipe e, também com a utilização de sua arma, o remo”.⁵²

Além disso, mesmo em modalidades tidas como potencializadoras de relação de amizade e de cooperação, como é o montanhismo, encontra-se alguma dimensão de competição. Segundo declarações de Krakauer:

a escalada pode ser um esporte implacavelmente competitivo. A ausência de canais competitivos formais torna difícil estabelecer uma hierarquia precisa de escaladores, mas existe um sistema surpreendentemente acurado, ainda que esotérico, para avaliar as dificuldades de escalar uma rocha [...] que permitem aos montanhistas ter uma noção de em qual categoria se incluem.⁵³

Têm-se outros exemplos nos últimos acontecimentos desse universo esportivo, onde ambições particulares, a ganância pelo lucro em expedições comerciais, aliados a pressão colocada pela cobertura da mídia em alguns destes empreendimentos “lançam uma ducha fria naqueles que acreditavam que o montanhismo fosse uma atividade altamente humana onde reinasse o altruísmo e o companheirismo”.

É comum a inimizade entre membros de uma equipe de escalada. Nesse sentido, a maneira como Jean-Jacques Annaud retratou a antipatia mútua entre Heinrich Harrer e os demais

⁵⁰ Cf. COSTA, Vera L. M. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.

⁵¹ ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 84.

⁵² SOUZA, Fabiana R.de. *O imaginário no rafting: uma busca pelos sentidos da aventura, do risco e da vertigem*. São Paulo: Zouk, 2004. p. 119.

⁵³ KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 39.

integrantes da expedição alemã ao Nanga Parbat, no filme *Sete Anos no Tibet*, é um bom exemplo. De maneira igualmente ilustrativa pode-se mencionar a insolúvel polêmica envolvendo Walter Bonatti surgida durante a expedição italiana ao Aconcágua em 1954. Nesse episódio, Bonatti fora acusado de ter exposto Hunza Mahdi, seu companheiro de escalada, a uma situação excessivamente perigosa. Ao regressar a Itália, os integrantes da equipe se envolveram numa intensa troca de acusações e as polêmicas provenientes do incidente desencadearam até mesmo um processo judicial, ao qual Bonatti fora absolvido. Mas o mal-estar perdura até os dias de hoje.⁵⁴

O documentário *Extremo-Sul*⁵⁵ também é um exemplo bastante ilustrativo nesse sentido. Ao exhibir os desentendimentos entre um grupo de montanhistas que pretendiam escalar o Monte Sarmiento, que resultou no fracasso da empreitada, o filme é uma clara demonstração que interesses menos nobres que o altruísmo e o espírito de equipe também podem fazer parte do universo desses esportes.

Todo movimento humano é, de alguma maneira, competitivo a medida que ele se desencadeia como um exercício de superação de resistência, pois ele se coloca como uma busca de equilíbrio, de harmonia, de beleza. A competitividade não deve ser entendida como competição na demonstração de superioridade. O movimento parece ser sempre um para o encontro, para a aproximação, buscando superar distâncias, obstáculos, sejam físicos ou psíquicos.⁵⁶

Para Christian Pociello “o esporte parece responder historicamente a criação de uma moral nas relações conflituosas e combativas”.⁵⁷ Ao mesmo tempo, enquanto prática social, ele “escapa de uma definição unívoca”, sendo “um objeto cultural ambíguo”.⁵⁸

De acordo com a definição sugerida por Georges Hebert, criador do método ginástico, o que faz a essência do esporte “é a idéia de luta, de esforço considerável e a superação de si, através da busca da melhora da sua performance”. Segundo ele,

⁵⁴ DIAS, Cleber. *Convergências, divergências e interseções: diálogos sobre o montanhismo. Esporte e Sociedade*, [S.l.], ano 2, n. 7, nov./ mar. 2007a. Disponível em: <<http://www.lazer.cefd.ufrj.br/epsoc/>>. p. 5.

⁵⁵ Lançado em 2005, o filme tem a direção de Mônica Schmiedt e Sylvestre Campe.

⁵⁶ SANTIN, Silvino. *Educação Física no terceiro grau: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Ijuí: Unijuí, 1987. p. 36.

⁵⁷ POCIELLO, Christian. *Les cultures sportives*. Paris: PUF, 1995. p. 32.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 37.

o esporte é toda espécie de exercício ou de atividade física que tem como alvo a realização de uma performance e cuja execução repousa essencialmente sobre a idéia de luta contra um elemento definido, uma distância, uma duração, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um animal, um adversário, e, por extensão, contra si mesmo.⁵⁹

E é nesses termos que estamos tratando dos esportes na natureza enquanto esportes.

Grosso modo, ao falarmos do conceito de esportes na natureza estamos falando então de um conjunto de modalidades cuja posição dentro do espaço esportivo mais geral corresponde a um jogo regulamentado realizado na natureza e assentado na proeza física, em que níveis variáveis de seriedade e ludicidade, cooperação e competição, amadorismo e profissionalismo, sensibilidade e insensibilidade ecológica, intervêm simultaneamente, variando de acordo com a especificidade da atividade, mas sem nunca escapar a esse esquema geral. Tal definição diz respeito, portanto, ao fenômeno social mais geral e não se restringe às técnicas corporais.⁶⁰

Por tudo, parece claro que o estabelecimento de fronteiras rígidas entre as múltiplas dimensões que compõem e caracterizam o fenômeno esportivo parece cada vez mais inadequado para sua definição e, conseqüentemente, para análise. Em outras palavras, se apreendidas de forma linear, interpretações excessivamente esquemáticas jogam pouca luz à compreensão dos esportes na natureza. Pois, na medida em que se reitera um esquema de análise dual que compartimenta o fenômeno esportivo em sendo, por um lado, uma manifestação do espetáculo e do rendimento, e por outro, uma expressão do lazer e da ludicidade, oblitera-se o acesso à complexidade e ambivalência, sempre presentes nessas práticas.

A prática esportiva que se desenrola no mundo real não pode estar dividida entre a pura gratuidade ou a severa seriedade; a funcionalidade e o desinteresse. Existem jogos e práticas com predominância em certos aspectos, mas não exclusividade. Ou seja, não há um esporte absoluto e univocamente competitivo ou ao contrário, cooperativo. O que existe é uma predominância em um ou outro desses aspectos.

Além disso, mesmo que a idéia de “pureza dos jogos vertiginosos” fosse verdadeira, não se pode subestimar a força da sociedade do espetáculo, que via de regra, não deixa nada incólume e rapidamente ampara esses esportes através da

⁵⁹ Apud POCIELLO, Christian. *Les cultures sportives*. Paris: PUF, 1995. p. 38.

⁶⁰ Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, dez. 2007c. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/licere/home.html>>.

mídia, o transformam em competição e o potencializam comercialmente, modulando-o também ao formato mais convencional, incorporando-os a cultura esportiva dominantes e, dessa forma, tornando-os mais adequados à transmissão televisiva. Mauro Betti, comentando esses processos, exemplifica-os exatamente, através dos “esportes radicais”:

Quase sempre são apresentados em sua forma “incorporada” – uma competição esportiva como outra qualquer, com vencedores e perdedores, prêmios e recordes. Às vezes, são referidos como ‘aventura’, ‘prazer’, ‘emoção’, ‘liberdade’, sem alusão a situações competitivas. Por exemplo, na matéria sobre bug, um tipo de pára-quedaismo de aventura e exibição: ‘Bug significa encontro, lazer, confraternização; nada de competições, todo mundo salta pelo prazer da aventura. O barato é curtir o visual deslumbrante em conjunto’. Contudo, o instrutor é uma ‘fera’, que tem ‘sete títulos brasileiros e um pan-americano’. Contradição suprema, no programa de esportes, o off-road é apresentado como um passeio ecológico com motos: ‘Não é um esporte, não é uma competição, é puro lazer, curtindo a natureza’.⁶¹

De maneira ainda mais fundamental, não acreditamos que estas duas categorias – jogo e esporte; lazer e rendimento – possam continuar sendo pensadas separadamente, ainda mais no caso dos esportes na natureza. É preciso urgentemente resgatar a idéia de uma dialética entre jogo e esporte, onde apesar de se reconhecer a diferença entre essas duas categorias, nas regras, no tempo e no espaço, ambas mantêm, por um lado, as características fundamentais do jogo, e por outro, as características fundamentais do esporte. Em outras palavras, o esporte é o jogo transformado, ampliado e estabilizado. Se essa relação entre jogo e esporte não existisse o esporte não atingiria o atual nível de popularidade,⁶² pois o prazer de competir também é lúdico. E inversamente as práticas de “jogo puro”, se é que existem, também guardam e recebem aproximações e interferência do esporte. É nesse sentido que a compreensão dessas modalidades como subcultura mostra-se um pouco mais útil, pois uma subcultura é parte integrante da cultura dominante, mas que mantém e produz expressões culturais alternativas e residuais.

⁶¹ BETTI, Mauro. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 121.

⁶² ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

OS ESPAÇOS

Estabelecidos alguns traços conceituais que nos permitissem definir, ainda que de maneira provisória, o que entenderíamos por esportes na natureza, avançamos para uma segunda etapa. A essa altura, como vimos, já havíamos identificado quais modalidades ocupariam papel de destaque nessa pesquisa.

A partir daí, iniciamos a construção de um mapa espacial dessas modalidades na cidade. Onde se realizavam? Quais os critérios para a escolha dos lugares? Que atributos deveriam ostentar? Quais as lógicas que determinavam os modos de uso e apropriação desses espaços esportivos?

No Rio de Janeiro, nota-se uma primeira e significativa particularidade na distribuição dessas práticas: em geral, os espaços de cada uma delas encontram-se no interior da malha urbana da cidade. Os aventureiros tornam-se personagens urbanos e têm a possibilidade de se exibirem cotidianamente aos olhos do cidadão comum. Não é por acaso que esses esportistas fazem parte da paisagem da cidade, integrados as imagens de cartões-postais e outras formas de representação.

Parte dessas características explica-se pelo próprio imaginário urbano do Rio de Janeiro, profundamente marcado por uma idéia de predileção pela sociabilidade pública, que ocorre em espaços abertos e, muitas vezes, na natureza, como na praia ou na caminhada pelo passeio público. Dito de outro modo, os códigos urbanos de conduta do Rio de Janeiro produziram-se a partir de um sem-número de cirurgias urbanísticas que permitiram à própria fisionomia da cidade integrar-se a paisagens naturais. Assim, nos anos 1920, cria-se o bairro da Urca, nascido basicamente de aterros. Do mesmo modo, com os restos da remoção do Morro do Castelo, em fins dos anos 1940, unem-se várias ilhas da Baía de Guanabara que, juntas, darão lugar a uma única e grande ilha, a Ilha do Fundão. Na mesma época, com o desmonte do Morro Santo Antônio, viabiliza-se uma área de 1.200.000 m² onde se construiu o Aterro do Flamengo. Com a desmontagem de granito aperfeiçoa-se Copacabana,

e assim por diante. Em suma, sob um intenso e progressivo processo de apropriação e domesticação da paisagem edifica-se uma cidade que encarna sensações contrastantes ou como nos diz Carlos Lessa: “o lugar mágico que permite combinar o banho de mar desinibido, o estar ao sol ou praticar jogos na areia com a sofisticação das roupas a rigor dos *night-clubs* ou com jantar à luz de velas em restaurantes”.⁶³ Ainda nas palavras do autor:

O balneário integrado à intimidade da metrópole, a mata atlântica, as lagoas, a restinga, a silhueta das ilhas oceânicas e as praias desertas tropicais estão no Rio à disposição de qualquer um. A cidade teria realizado o opus magnum de domesticação da natureza. O viver sofisticado de metrópole combinado à natureza apropriada e domesticada [...] O Rio Paraíso Tropical permite explorar a natureza sem dispensar nenhum dos deleites da civilização, ao combinar o bucólico com a agitação e a adrenalina da vida metropolitana.⁶⁴

O Rio de Janeiro, portanto, é uma cidade que desenvolveu um modo de vida muito particular, onde a exibição pública dos corpos e particularmente o esporte, desempenhariam um papel-chave. Pode-se mesmo dizer que a construção das suas identidades, desse famoso jeito de ser carioca, esteja relacionada a essas formas específicas de se apropriar de espaços físicos tão peculiares.

Foi exaltada a extroversão como traço típico do comportamento carioca. O clima e a disponibilidade de praias abertas, lagoas e florestas reforçam essa tendência. Ao considerar o espaço público uma extensão da sua residência, foram desenvolvidos a cordialidade e a descontração no convívio.⁶⁵

Assim, nessa cidade que conta com três florestas mananciais, mais de 60 quilômetros de praias e que se orgulha de ter a maior floresta urbana do mundo, usufruir a natureza parece um elemento central na constituição das identidades locais. Ir à praia, por exemplo, é, para muitos cariocas, quase uma devoção. Desse modo, parte importante da “cosmologia carioca” se concretiza através de práticas que permitem o fruir da natureza. A partir dessas considerações, não é difícil entender a avidez de uma parcela dos estratos médios cariocas pelo consumo de esportes na natureza; não é difícil entender porque a cidade tente ostentar o título de “capital brasileira das montanhas” ou “a cidade de praia do mundo”, que “pariu os ídolos, símbolos e referências do surfe nacional”.⁶⁶

⁶³ LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 245.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 246

⁶⁵ *Ibid.*, p. 16.

⁶⁶ ALMA Surf, [S.l.], ano 7, n. 38, *Especial Rio de Janeiro*, maio/jun. 2007.

Por tudo, tornou-se óbvio que a dimensão espacial e as relações estabelecidas com a cidade teriam papel central na condução desse trabalho. Convencemo-nos de que teríamos de pensar o fenômeno esportivo na natureza em interface com a problemática urbana.

Reconhecemos, no entanto, que é uma idéia que à primeira vista pode parecer contraditória, na medida em que a cidade é, em tese, um profundo isolamento da natureza. Por outro lado, todos esses esportes se desenvolvem em ambientes com a mínima interferência do homem, ou seja, em ambientes os mais naturais possíveis.

É claro que essas dissociações não são absolutas, especialmente no Rio de Janeiro. Aqui, ambos os tipos de espaços se inserem no contexto mais geral da cidade e dialogam entre si, e os esportes, por sua vez, mesmo quando praticados em “ambientes naturais”, se articulam com o contexto das atividades urbanas de lazer. Mais ainda, o esporte, compreendido enquanto prática cultural moderna, enquanto produto da modernidade, parece sempre ter-se relacionado de alguma forma com o desenvolvimento da cidade. Assim, o esporte foi-se constituindo historicamente como um elemento muito poderoso, capaz de forjar representações acerca do estilo de vida na cidade. E o mesmo podemos dizer da sua associação à contemporaneidade.

CIDADE E NATUREZA: OS ESPORTES COMO MEDIAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES

O processo de urbanização, enquanto um “tipo ideal”, seria, como dissemos, a manifestação exacerbada do impulso de domesticação racional das paisagens naturais. O sentido do urbano contém o sentido da dominação técnica e racional sobre a natureza. Urbanização e racionalização fazem parte de um duplo processo que fornece condições e meios para sociedade urbana. Como diz Lefevre (2004) “a razão teve na cidade seu lugar de nascimento, sua sede, sua casa”.⁶⁷

A separação cidade natureza corresponde à instauração desse processo de racionalização, que ocasiona não só apartir desses termos, mas a própria totalidade social; a dissociação da inteireza do próprio ser humano: *physis – logos*, teoriaprática, corpo/espírito, razão/emoção, natureza/cultura. Tudo funciona separadamente.

Nossa sociedade pratica a separação e a dissociação de termos. Da confrontação dessas imagens nascem grandes simbolismos, dentre os quais o da cidade como expressão e palco privilegiado de uma racionalidade planejada. A própria representação da cidade em áreas, setores e zoneamentos, já implica a separação.

⁶⁷ LEFEVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 76.

São setores repartidos segundo um plano racional. Não por acaso, a cidade moderna está fortemente associada ao processo de industrialização, de generalização das trocas comerciais e da constituição do capitalismo concorrencial,⁶⁸ sendo também estes setores grandes porta-vozes da racionalidade iluminista. Desta forma, a cidade torna-se, em si mesma, uma entidade especializada, associada, justificada e regida pela razão.

Em contraste a estas imagens temos as representações de natureza como algo que escapam das ações e dos empreendimentos racionais. A natureza quase sempre é representada como caótica e muitas vezes hostil, como nos fala Norbert Elias:

nem sempre é fácil convencer as pessoas do final do século XX de que a “natureza” em estado bruto não é particularmente adequada às necessidades humanas. Só depois que as florestas primaveras foram abertas, quando os lobos, onças, cobras venenosas, escorpiões – em suma, todas as outras criaturas que poderiam ameaçar os homens – foram exterminadas, só depois que a “natureza” foi domesticada e fundamentalmente transformada pelos humanos é que ela começou a parecer para populações que viviam geralmente nas cidades como bela e benigna para a humanidade. Na realidade, os processos naturais seguem seu curso distribuindo cegamente coisas boas e más, as alegrias da saúde e as terríveis dores da doença, aos seres humanos.⁶⁹

Daí – após a descoberta da beleza das grandes paisagens naturais ainda no século XVIII –⁷⁰ o desejo de torná-las um pouco mais seguras; o empenho de, às vezes furiosamente, transformá-las em algo dócil e estável.

A compreensão do contexto geral da modernidade, o contexto em que surge a cidade moderna, pode ser muito esclarecedora dessa oposição. Nesse sentido, a modernidade pode ser caracterizada, ao gosto da sociologia weberiana, como o “desencantamento do mundo”,⁷¹ ratificando, em última análise, a confrontação dessas noções.

⁶⁸ LESSA, Carlos. Trajetórias da cidade moderna. In: VIEIRA, Fernando; ROEDEL, Hiran (Org.). *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

⁶⁹ ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 94.

⁷⁰ A esse respeito ver: CORBIN, Alain. *Território do vazio: a praia e o imaginário social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Ed. 70, 1990; MACFARLANE, Robert. *Montanhas da mente: história de um fascínio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005; THOMAS, Keitch. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁷¹ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2003. Ver também: PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

A aceitação de algumas destas prerrogativas será fundamental para a identificação de importantes dinâmicas em andamento tanto no âmbito dos esportes na natureza quanto da própria cidade, desde que não sejam tomadas de maneira literal. “A vida urbana compreende mediações originais entre cidade, campo e natureza”.⁷² As representações sobre a cidade não podem ser compreendidas sem referência às representações imaginárias de natureza, campestre ou selvagem. Neste sentido, parques, jardins, bosques e florestas, são exemplos dessas mediações.

Ao mesmo tempo, não existe ligação unívoca entre termos. É daí a necessidade de buscarmos elementos de mediação que vamos apresentar a partir da identificação e a da análise dos principais locais usados para vivências de lazer que utilizam a natureza. Uma observação mais detida sobre os espaços em que essas atividades se desdobram pode surpreender, pois, ao contrário do que pode parecer à primeira vista ou pela sugestão do nome esporte “na natureza”, estes locais não representam uma natureza tão selvagem quanto querem fazer acreditar algumas das suas idealizações. E isto é particularmente verdadeiro no Rio de Janeiro.

Dentro de determinados modelos de apreciação paisagística – criados e recriados permanentemente – lugares onde o homem não pudesse encontrar abrigo seguro ou que, do mesmo modo, escapassem à ação do homem, simbolizavam a desordem. Tais lugares não poderiam, portanto, se prestar à contemplação estética, que é um dos componentes que acompanham a prática dos esportes na natureza.⁷³

Algum nível de dominação ou domesticação dos espaços selvagens é pré-requisito para sua coroação como lugar esportivo ou como campo destinado aos negócios. As empresas especializadas na oferta de aventuras em meio à “natureza selvagem” sabem disso e investem em pacotes que conciliem aventura e conforto. Suas propagandas já anunciam: “dias de sofrimento e privação? Que nada”. Seus serviços são permeados por alguns afagos até bem sofisticados, e aparentemente “indispensáveis” para uma expedição inóspita como, por exemplo, colchões infláveis com 20 cm de espessura, banheiros químicos portáteis e cardápio com crepe flambado em meio a um acampamento no Jalapão.⁷⁴ Ou ainda, viagens pelos rios da Amazônia, sem mosquitos.

⁷² LEFEVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 68.

⁷³ De acordo com Antônio Carlos Diegues [*O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994], os lugares naturais estabelecidos como belo e foco de preocupações ambientalistas são, regra geral, aqueles de maior apelo paisagístico. Pântanos e outros ecossistemas ligados a representações de sujeira e etc, nem sempre recebem o mesmo tratamento.

⁷⁴ Uma região do Estado de Tocantins, com fartas belezas naturais, e que vem crescentemente sendo explorada como importante destino, nacional e internacional, para o ecoturismo e turismo de aventura.

O contato com a natureza e a busca por adrenalina abrem caminho para uma temporada na Amazônia. E férias na maior floresta do planeta são sinônimo de passeios de barco, pescaria, visita a macacos e “caçada” a jacarés. Programa de índio? Só se for ao pé da letra, para visitar uma tribo e dançar com eles. Desvendar a selva não significa se embrenhar pela mata e passar apertos. A aventura vista apenas em livros de história ou em filmes sobre a região podem ser vividas em confortáveis — e divertidos — roteiros de lazer montados por agências e hotéis.⁷⁵

Descidas nas corredeiras de rios sempre com *decks* e *piers* para qualquer eventualidade. Trilhas nas montanhas muito bem sinalizadas, e se possível com infra-estrutura adequada: banheiros, restaurantes ou até mesmo, chalés. Mesmo nos lugares mais inóspitos, como o Everest, tem-se um impulso de domesticação da paisagem.

Em contraste absoluto com a aspereza do meio ambiente, havia uma infinidade de pequenos confortos [...] nosso refeitório, uma imensa barraca de lona, fora equipado com uma enorme mesa de pedra, um aparelho de som, uma biblioteca e iluminação fornecida por energia solar; a barraca adjacente, que funcionava como centro de comunicação, abrigava um telefone e um fax operando via satélite [...] o fato de minha mulher pudesse discar um número de treze dígitos em Seattle e conversar comigo no Everest era espantoso para mim.⁷⁶

Nas últimas temporadas de escalada, o Everest tem-se projetado na mídia internacional como “um dos picos de balada mais exclusiva do mundo – uma puta festa do cacete”.⁷⁷ Depois da simpática presença da coelhinha polonesa da *Playboy*, foi a vez de se destacar, em 2006, a inauguração de uma mesa de pingue-pongue no acampamento base. No mesmo sentido, Frank Bass e Dick Wells, referem-se às instalações do longínquo Kiliminjaro:

Cada casal tinha barraca privativa com camas estreitas de lona, mosquiteiros, tapetes no piso e uma ante-sala extra para a pessoa pendurar roupas e fazer toalete. O dia começava quando alguém do pessoal do serviço levava água de lavar para a bacia portátil na barraca, para a higiene matinal, e cada grupo de duas pessoas tinha uma tendinha portátil própria e barraca-banheiro separada nos fundos. Sempre

⁷⁵ BRUNO, Cássio. Na selva, mas sem sustos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jan. 2006. Caderno Boa Viagem.

⁷⁶ KRAKAUER, Jon. *No ar rarefeito*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 70 – 94.

⁷⁷ EVEREST: *viajando alto*. Go Outside, São Paulo, n. 26, jul. 2007.

havia de 25 a 30 nativos africanos no acampamento para dar assistência, caso a pessoa precisasse de algo adicional. O desjejum era servido na barraca refeitório numa longa mesa coberta por toalha xadrez vermelha: frutas frescas, café do Quênia recém-coado, ovos, lingüiça, presunto, bacon. Depois eles embarcavam num dos veículos de tração nas quatro rodas.⁷⁸

Em suma, “mesmo quem se dirige a esse tipo de lugar, tido como um dos recônditos mais afastados do planeta, parece não querer abrir mão das benesses da civilização”. Como exemplo, cita-se Sandy Pittman, que na sua tentativa de escalar o Everest, “levou consigo uma televisão portátil, um videocassete, dois *laptops* IBM, uma impressora, uma câmera de vídeo, três máquinas fotográficas de 35mm e, é claro, uma máquina de café expresso”.⁷⁹

O fato é que desde os primórdios da conformação do hábito de visitar a natureza, nota-se uma tendência de artificialização dos ambientes e dos comportamentos. No início do século XIX, a rainha Maria Antonieta freqüentava uma casa de verão em Versalhes que simulava uma aldeia normanda e era dotada de vários artifícios para “imitar” uma paisagem natural. Nas duas viagens anuais que fazia ao local, tentava “fazer de conta que era uma camponesa, tomando sorvete numa mesa de mármore, colhendo flores no jardim ou segurando uma vara de pescar na beira do lago artificial”.⁸⁰ Outro exemplo, mais atual, é a Halley VI, uma estação de pesquisa britânica em construção atualmente e que deverá ser alojada no coração do Pólo Sul.

Essa estação estará longe de se parecer com os contêineres iluminados por luz fluorescente que serviram como centro de pesquisas polares no passado. A base, que começará com oito módulos que podem ser expandidos, será construída sobre esquis de aço, para que as unidades possam ser reconfiguradas, levantadas ou abaixadas conforme a altura da neve, e rebocadas para um terreno mais seguro caso o gelo comece a rachar. O módulo central, com dois andares, terá parede de escalada, sala de TV, cozinha, academia, sala de jogos, sala de música e sauna; um átrio de vidro que simula luz natural para ajudar a combater a depressão durante os meses escuros de inverno; e um jardim de vegetais hidropônicos que irão

⁷⁸ BASS, Dick; WELLS, Frank; RIDGEWAYS, Rick. *Sete picos*. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 198.

⁷⁹ DIAS, Cleber. Convergências, divergências e interseções: diálogos sobre o montanhismo. *Esporte e Sociedade*, [S.l.], ano 2, n. 7, nov./ mar. 2007a. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/epsoc/>>.

⁸⁰ RYBCZYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 149.

substituir os vegetais enlatados das estações anteriores. Quatro geradores movidos a combustível de avião abastecerão a base de energia e virão equipados com conexões para futuras unidades movidas à energia solar e eólica.⁸¹

No Rio de Janeiro, ofertas muito semelhantes vão sendo feitas; evidentemente reservadas as devidas proporções. A prática do surfe, por exemplo, conta com um ônibus totalmente adaptado para as necessidades de locomoção dos surfistas: o *Surf Bus*. Com uma capacidade para 30 passageiros, nele encontra-se lugar para transportar mais de 40 pranchas, além de uma televisão que transmite vídeos de surfe ininterruptamente.⁸² Ainda no universo do surfe, temos serviços que chegam ao exagero de prover um “hotel de pranchas”: o *Surf Center*, situado no Recreio dos Bandeirantes.⁸³ Assim, apesar da centralidade que o imaginário da viagem ocupa nestas atividades, vê-se um impulso de domesticação das paisagens. A viagem à natureza perdida apresenta-se de forma muito mais imaginada que real.

Todos esses serviços têm em comum a nova demanda por comodidade e praticidade nesses esportes que outrora foram símbolos de rebeldia e contestação radical aos símbolos da “cultura Ocidental materialista”. O sucesso alcançado pode ser expresso em números. O *Surf Center* “hospeda” mais de 400 pranchas enquanto que o *Surf Bus* transporta cerca de 240 passageiros por dia, dos quais 25% são turistas. Definitivamente, “foi-se o tempo em que praticar turismo na natureza era sinônimo de desconforto e risco”.⁸⁴

Desta maneira, temos mais um importante elemento para a análise dos esportes na natureza no contexto da cidade do Rio de Janeiro: a maioria dos locais utilizados por estas modalidades é servida pela ampla estrutura urbana de lazer e de serviços de que goza a cidade. Ou seja, a grande maioria dos lugares destinados a práticas esportivas na natureza, acaba sendo parte dos equipamentos de lazer urbano da cidade. É nesta condição que estes locais são alvos de criativas investidas da indústria do lazer e do entretenimento que reconhecem neles, um importante nicho de mercado e o que é mais notável, de acesso relativamente fácil. A proximidade da natureza à estrutura urbana é, certamente, uma boa oportunidade de incrementar os serviços oferecidos, na medida em que seu acesso é facilitado e sua visitação ampliada.

De fato, a proximidade da estrutura urbana representa uma extraordinária possibilidade de desenvolvimento dos esportes na natureza, quer seja do ponto de vista turístico (como, por exemplo, o caso dos vôos duplos de asa delta e

⁸¹ PINGÜINS de luxo. *Go Outside*, São Paulo, n. 25, jun. 2007.

⁸² CALIL, Guilherme. *Surf Bus* vira atração turística. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 fev. 2006.

⁸³ SANTOS, Mariana de Almedia. Nas ondas da comodidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 jan. 2006.

⁸⁴ ECOTURISMO. *Globo*, Rio de Janeiro, 03 fev. 2005. Caderno Boa Viagem.

parapente, dos mergulhos nas proximidades das ilhas da cidade ou dos pacotes à Floresta da Tijuca, todos já oferecidos por operadores de turismo), quer seja do ponto de vista propriamente do lazer cotidiano da população. A tendência de desenvolvimento destes esportes aponta na direção de privilegiar locais próximos aos grandes centros urbanos com ampla rede de oferta de serviços e que possuam uma geografia acidentada,⁸⁵ ambos os elementos muito presentes na cidade. A astúcia empresarial expressa na fala do proprietário de uma agência de turismo especializada neste setor, parece confirmar essa tendência: “o pessoal tem buscado fazer essas coisas sem ter que ir pra muito longe, porque viajar é caro”.⁸⁶

Pierre Parlebas⁸⁷ refletindo sobre os espaços lúdicos utilizados para as atividades esportivas, tece algumas considerações muito pertinentes ao nosso estudo. Temos, por um lado, o espaço estável e normatizado diferente de outro em que sua prática ocorre num meio natural, não domesticado, onde prevalece a incerteza do espaço. Sobre estes, o autor observa ainda uma tendência da instituição esportiva impor-lhes maior domesticação, já que servem de palco e espaço que demandam imposições cada vez mais restritivas. Se a segurança e os balizamentos possibilitarão melhores maneiras de medir as performances, também acrescentarão uma certa dose de conforto para os que buscam o turismo e o lazer; ou monotonia e frustração àqueles que buscam o risco e a aventura. Aqueles últimos acontecimentos no Everest, por exemplo, como a instalação das mesas de pingue-pongue, têm sido avaliados pela comunidade internacional do montanhismo como “bastante horrível”, um “teatro a céu aberto”. Do outro lado, um crescente afluxo de pessoas continua se dirigindo a lugares mais ou menos afastados dos grandes centros nos fins de semana, convencidos de estarem verdadeiramente em contato com uma natureza selvagem.

Portanto, o nível de controle e domesticação do espaço é sempre relativo e variável, difícil de ser estabelecido. O homem moderno, ao mesmo tempo em que se motiva a embrenhar-se na natureza, incorporando um nível de incerteza e improvisação, deseja também manter o conforto e a seguridade de um ambiente pouco ameaçador ao controle geral. “Geralmente, nessas atividades, o risco é um simulacro, brinca-se mais com sua idéia do que com suas mordidas. Alguns, caso aconteça um ínfimo acidente, procuram a justiça e se voltam contra os organizadores. Deseja-se o risco, mas sem o risco”.⁸⁸

⁸⁵ MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003.

⁸⁶ LAJE, Amarilis. País cria regras para esportes radicais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2005. Folha Cotidiano, p. C1.

⁸⁷ Apud BRUHNS, Heloísa. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, Célia (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000. p. 25-46.

⁸⁸ LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 96.

Estamos diante de um quadro ambivalente que comporta a co-existência de duas qualidades aparentemente contraditórias: de um lado, o conforto associado à estabilidade e a segurança, de outro, o imprevisto ligado à incerteza e ao perigo. A ambivalência desta situação expressa e reforça a idéia de que termos antagônicos, como cidade e natureza, não são nem associados nem dissociados de maneira unívoca. E os esportes na natureza estão a meio passo, tanto de um, quanto de outro, servindo-lhes de elo de ligação, transitando entre os dois limites. Ainda mais quando consideramos os espaços esportivos do Rio de Janeiro, uma cidade cuja composição natural se inscreve na materialidade urbana; onde a natureza constitui um fragmento de cidade, onde o “jardim está dentro da máquina”.

QUESTÕES DE MÉTODO

Numa perspectiva de articulação e mediação entre termos antagônicos, dois locais se destacam no cenário de lazer na natureza no Rio de Janeiro. Trata-se do litoral e dos maciços e morros da cidade. Cada um desses ambientes presta-se a um certo tipo de esporte. Nas montanhas, encontraremos, além do montanhismo, o vôo livre. Nas praias, o surfe e suas modalidades.

Antes de descrevermos esses espaços é preciso tecer algumas notas acerca da metodologia. Ainda que inicialmente nos concentremos na descrição das dimensões físicas, não se trata apenas de fazer um mapeamento dos elementos visíveis, mas também das qualidades simbólicas da paisagem. Trata-se de tentar interpretar os significados sociais de uma determinada concentração, ou ainda, os significados culturais atribuídos aos espaços pelos grupos que os freqüentam.

Do ponto de vista metodológico, é importante sublinhar os diálogos entabulados com as abordagens da geografia que estuda primordialmente as relações entre o homem e ambiente. E mais: através de um subcampo disciplinar mais específico, o da geografia cultural, que se concentra no estudo da influência da cultura sobre a maneira de se ocupar um espaço. Neste tipo de abordagem, o conjunto das formas culturais em uma área específica não só é investigado como é privilegiado. Estuda-se tanto a gênese de uma área quanto à reconstrução das condições de apropriação e utilização do seu espaço. É o “descobrimento do conteúdo e do significado dos agregados geográficos”.⁸⁹

Ainda sob o ponto de vista propriamente metodológico destaca-se o mapeamento da distribuição, do arranjo e da organização dos lugares utilizados. Pois assim, revelam-se padrões ordenados e coincidências regulares. Revela-se, enfim, o “padrão organizacional”.

⁸⁹ SAUER, Carl. O. *Geografia cultural*. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 25.

Lembremos: o que vai caracterizar a geografia cultural não é tanto um tipo específico de objeto, mas a forma de abordá-lo. Um estudo da distribuição espacial dos esportes na natureza não constituiria, por si, um estudo de geografia cultural. É a sua abordagem que lhe dará essa definição.⁹⁰ É o interesse na compreensão dos significados de um processo de ocupação e apropriação que identifica um estudo de geografia cultural. Concentra-se, portanto, na forma como um espaço será utilizado, e como essa utilização reflete e testemunha a presença de certos elementos simbólicos; de certos padrões culturais.

Parte-se do entendimento teórico de que disposição, distribuição e forma de utilização de um determinado espaço refletem a presença de um determinado *modus vivendi*. Considera-se a compreensão de que o homem confere expressão para os lugares que ocupa. A maneira como são utilizados os espaços, marcam um caminho para se compreender todo um modo de vida. Não só refletem, mas reforçam códigos de uma dada configuração social. Na prática, a especificidade de uma subcultura se expressa e se manifesta na paisagem. É a identificação, a descrição e a classificação dos aspectos ambientais e características espaciais típicas de uma determinada cultura. Neste caso, de uma subcultura esportiva que se desenvolve no ambiente urbano.

Nesse sentido, uma proposição de Gilmar Mascarenhas torna-se particularmente importante: “somente compreendendo a organização e a dinâmica territorial dos esportes de aventura é que podemos iniciar com agentes e lugares um debate no sentido de avaliar os possíveis impactos de cada atividade” (p. 95).⁹¹

A partir daí, um estudo sobre os significados desses esportes deve considerar muito seriamente “os modelos espaciais”, retomando os ensinamentos de Fernad Braudel, que dizia: toda redução da realidade social é necessariamente uma redução à realidade espacial que ela ocupa. Os modelos de análise seriam então modelos espaciais, e ainda segundo Braudel, “a última família de todos os modelos”. Modelos espaciais, como dizia o autor, “são mapas onde a realidade social se projeta e parcialmente se explica”.⁹²

Em que pese o tom geograficamente determinista dessas assertivas, pretendemos operar análises culturais rumo a uma concepção mais geográfica da realidade urbana e desses contextos esportivos em particular. Trata-se de levar em consideração, com muita seriedade, os problemas que o espaço nos coloca. Trata-se de colocar o espaço em relevo para o estudo das sociedades, pois, as características geográficas não devem ser subestimadas quanto a sua influência para

⁹⁰ CORRÊA, Roberto L. A geografia cultural e o urbano. In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 172.

⁹¹ MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003. p. 95.

⁹² BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 61.

a compreensão de significados culturais. Ao contrário, estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais devem considerar o permanente processo de interação entre humanidade e ambiente como produtores de artefatos culturais. Podemos dizer ainda que as características geográficas de uma região ocupada por determinada sociedade não só têm simbolismos culturais, mas fazem parte dos símbolos e significados produzidos por determinada cultura; que se constituem espacialmente. Logo, não são apenas sistemas de significados e valores. Tornam-se concretas, exatamente por meio de padrões de organização espacial.⁹³

As dimensões da identidade de um grupo e os modos de vida de uma cultura estão contidas na paisagem, que é um conjunto compartilhado de idéias, memórias e sentimentos. São elementos importantes do processo de reprodução cultural. Na verdade, são repositório de símbolos. A cidade e a sociedade tornaram-se duas realidades co-extensivas.⁹⁴ As formações sociais estão inscritas no espaço. Cada espaço exige uma forma de comportamento, uma maneira de se vestir, falar e se movimentar. Assim, o próprio espaço é evocado para articular e reforçar tal ou qual comportamento. Ele estrutura e é estruturado pelos comportamentos. Temos assim um entendimento que co-relaciona cultura e paisagem, onde a configuração de uma paisagem reflete e influencia todas as referências culturais.

Nossas freqüentes e sistemáticas visitas aos espaços utilizados para estas práticas nos permitiram uma clara percepção de que esses espaços são dotados de um rico conteúdo simbólico, com todo um conjunto de valores e regras particulares. Ainda que o geógrafo cultural não esteja preocupado em descrever, explicar o funcionamento interno e os padrões de comportamento de uma dada cultura, é inegável que os procedimentos investigativos adotados na própria geografia cultural guardam uma série de interfaces com os métodos da antropologia, sobretudo a etnografia. “Há um parentesco entre a antropologia e a geografia cultural porque os dois estudos se relacionam a aspectos diferentes e complementares dos mesmos problemas concretos”.⁹⁵

Isso nos conduz a um recorrente problema em torno das práticas científicas: a disponibilidade à renegociação de algumas fronteiras, que já havíamos mencionado na introdução. Qualquer análise que pretenda verdadeiramente tratar a problemática urbana e/ou esportiva, precisa levar em conta a multidimensionalidade dessas questões. E é nesse intuito que passamos a descrever e analisar a materialidade espacial dos esportes na natureza.

⁹³ CORRÊA, Roberto L. A geografia cultural e o urbano. In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 172.

⁹⁴ LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

⁹⁵ WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da geografia cultural. In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 49.

MAPAS ESPACIAIS DOS ESPORTES NA NATUREZA NO RIO DE JANEIRO

No que diz respeito ao ambiente de montanhas, a cidade conta com uma complexa e acidentada cadeia. Evidentemente, isso é um condicionante que ajuda a consolidar uma significativa opção de lazer esportivo para os cariocas. As formas diversas de ocupar algumas dessas montanhas já constituem uma tradição para passatempos e divertimentos – caminhadas ecológicas (*trekking*) e escalada em rocha.

Dentre as muitas montanhas da cidade, destaca-se o maciço da Tijuca, onde se encontra o Parque Nacional da Tijuca (PNT). O parque é dividido em quatro setores: A, B, C e D. Nem todos são abertos a visitas. De acordo com o plano de manejo do parque, alguns setores dedicam-se a pesquisa ou a conservação; caso dos setores C e D, que não estão voltados a utilizações de lazer. O setor A é o de maior importância para as atividades ligadas ao montanhismo. Esse setor é mais conhecido como Floresta da Tijuca. É nele que funciona o parque para os visitantes, com muitas trilhas, churrasqueiras, banheiros, administração e restaurantes. No setor B, onde se encontra a Pedra Bonita, tem-se o único local da cidade a abrigar uma rampa destinada a decolagem para o vôo livre (ver capítulo O vôo livre no Rio de Janeiro).

O PNT foi a primeira área da cidade transformada em parque em meados de 1960, além de gozar do reconhecido *status* de maior floresta urbana do mundo e primeira área de reflorestamento sistemático ocorrido ainda no tempo do império.⁹⁶ Por tudo isso, lá concentram-se os atrativos mais reconhecidos e um grande número de equipamentos destinados ao lazer na natureza, acompanhados de uma infraestrutura mais adequada, capaz de possibilitar atendimento diversificado no que toca os interesses dos frequentadores. Logo, não é de surpreender que o lugar seja muito explorado turisticamente. Em nossas visitas, é comum encontrarmos vários grupos de turistas estrangeiros, levados por guias de diversas empresas que já se especializaram neste tipo de serviço. Para se ter idéia do papel do PNT para o turismo da cidade, basta observar algo que ocorre com a Hellisight (empresa especializada em passeios panorâmicos de helicóptero) que concentra 30% de todos os serviços desse tipo realizados no país. Sobrevoar a Floresta da Tijuca está em “todos” os roteiros turísticos oferecidos pela empresa. A explicação, segundo a proprietária, é: “os turistas internacionais querem ter a noção do verdadeiro tamanho da floresta”.⁹⁷

⁹⁶ Sobre a história da floresta da Tijuca ver: HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1995; PÁDUA, José Augusto. O Jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.

⁹⁷ NATUREZA em alta atrai investimentos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08 ago. 2002. Caderno Zona Sul, p. 12-16.

Além das trilhas para caminhadas em geral, quase sempre bem conservadas, tem-se também possibilidades de escalada em rocha. Sob este aspecto, o Campo Escola 2000 é um dos lugares de maior destaque. Lá tem-se a possibilidade de escalar no verão, à sombra de árvores, além de trilhar algumas das rotas esportivas mais difíceis do país.⁹⁸

Com relação a outros espaços de montanha capazes de oferecer possibilidades de escalada, tem-se ainda algumas montanhas da Zona Sul, de Guaratiba, do Parque Estadual do Grajaú e, fundamentalmente, do complexo da Urca.

Na Zona Sul, destacam-se algumas de suas montanhas, como o Corcovado, Dona Marta, Pedra e Agulhinha da Gávea. Existem também áreas como a das Paineiras, das Aderências do Sumaré, do “Primatas”,⁹⁹ da Barrinha e do Platô da Lagoa. Como esta é uma das regiões de maior adensamento populacional da cidade, lá também encontram-se muitos dos principais problemas urbanos do Rio de Janeiro. A violência tem desencorajado a visita de muitas das suas vias de escalada. Antônio Paulo Faria narra episódios em que escaladores “já foram alvos de tiro”.¹⁰⁰

Na região da Zona Oeste há possibilidades de escalada, principalmente no bairro de Guaratiba. André Ilha, autor do *Guia de escaladas de Guaratiba*, descreve 122 vias na região entre o Recreio dos Bandeirantes e Barra de Guaratiba.¹⁰¹ O interessante é que “a descoberta” desse lugar tem relação com a consolidação de novas concepções e mentalidades esportivas no montanhismo carioca entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Essas novas concepções dizem respeito a um certo predomínio de escaladas feitas com equipamentos móveis, ou seja, escaladas realizadas através de fendas e pequenas fissuras na montanha. Assim, muitas das vias de Guaratiba dizem respeito a escaladas íngremes em falésias de granito.

No que toca ao Parque do Grajaú, fundado em 1978, também concentram-se muitas possibilidades de escalada, particularmente aquelas possíveis de serem feitas em pequenos blocos de rocha e sem a necessidade de equipamentos de segurança, os chamados *boulders*. Segundo reportagem do Jornal O Globo:

Os amantes dos esportes radicais têm um endereço certo na Grande Tijuca: o parque do Grajaú. Com suas pedras variadas e mata abundante, o local, encravado entre Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Tijuca, é um dos preferidos dos adeptos da escalada esportiva, uma das modalidades do alpinismo

⁹⁸ FATOR 2. *Rio décimo grau*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 7 – 10, maio 2007.

⁹⁹ Área de falésias e de blocos de rocha no entorno da Cachoeira do Primata no vale do rio do Algodão que desce pela encosta das Paineiras. Acesso pela rua Jardim Botânico.

¹⁰⁰ FÁRIA, Antônio Paulo. *Montanhismo brasileiro: paixão e aventura*. Rio de Janeiro: Montanhar, 2006. p. 221

¹⁰¹ ILHA, André. *Guaratiba: guia de escalada em rocha*. Rio de Janeiro: A. Ilha, 2000.

praticada em rochas de menor altura e, em alguns casos, sem auxílio do equipamento de montanhismo.¹⁰²

Mas entre os locais preferidos dos montanhistas cariocas, certamente destaca-se o bairro da Urca. É lá que encontraremos boa parte das mais de mil vias de escalada em rocha espalhadas na cidade. Mais precisamente, de acordo com Flavio Daflon e Delson Queiroz, encontram-se mais de 270 vias e variantes de escalada.¹⁰³ Além da abundância física, trata-se de um espaço de montanhas com elevada representatividade simbólica para os montanhistas em geral. Conseqüentemente, é lá também que encontra-se a maior concentração deste tipo de esportistas, que conferem enorme importância para aquele espaço em qualquer análise sobre os esportes na natureza que se desenvolvam na cidade. Não por acaso, é neste local que vem sendo realizado anualmente um importante encontro entre os aficionados desta atividade: a abertura da temporada de montanhismo do Rio de Janeiro. Nesse evento todas as associações estão presente unindo-se a dezenas de tendas que procuram divulgar suas marcas ou idéias sobre o montanhismo (ver capítulo Abertura da temporada de montanhismo).

Podem-se dizer que o surfe é um esporte que utiliza o local público de lazer com maior popularidade, freqüência e prestígio da cidade. Talvez, também por isso, o surfe seja, entre todos os esportes na natureza praticados no Rio de Janeiro, o de maiores facilidades para a prática, e também por isso, o mais popular.

O litoral carioca, que totaliza mais de 78 quilômetros de extensão, conta com praias de baía (sem ondas e impróprias ao surfe) e praias oceânicas (com ondas). Essas, que apresentam os melhores índices de balneabilidade,¹⁰⁴ são provavelmente por isso mesmo, as mais procuradas pela população em geral. Elas possuem aproximadamente 33 quilômetros de extensão. Além dos razoáveis índices de balneabilidade, tipo de formação geológica, formação de bancos de areia, ou proximidade com morros e canais que vão facilitar ou dificultar a entrada de ventos e ondulações, elementos importantes na constituição desses territórios como privilegiados para a prática esportiva. Nesta catalogação, circunscrevemos, aqueles trechos da orla já estabelecidos na cultura surfista carioca como *point*. Isso implicou em que algumas praias fossem deliberadamente negligenciadas.¹⁰⁵

¹⁰² SOARES, Natália. *Rumo ao topo da montanha no Grajaú*. O Globo, Rio de Janeiro, 05 abr. 2007. Tijuca, p. 8.

¹⁰³ DAFLON, Flávio; QUEIROZ, Delson de. *Urca: guia de escalada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Montcamp, 2002. p. 7.

¹⁰⁴ Contudo, não se podem menosprezar os recentes e contumazes episódios de aparição de 'gigogas' e 'línguas negras' nas praias. Produtos diretos do despejo de esgoto sem tratamento nas águas, que além de prejudicarem a qualidade das areias, afetam profundamente os índices de balneabilidade, notadamente na altura do píer na Barra da Tijuca, Ipanema e Leblon.

¹⁰⁵ Exemplos concretos são as praias do Abricó, que é uma pequenina praia localizada entre a Praia e o Grumari, do Inferno, Funda, Do Meio e Do Perigoso, intencionalmente negligenciadas neste estudo, por não possuírem uma freqüência considerável, de surfistas ainda que apresentem ondulações atraentes, segundo relatos.

As praias oceânicas da cidade são formadas, em sua grande maioria, por praias de fundo de areia, denominadas pelos surfistas como *beach breaks*. Em trechos muito restritos, podemos observar um tipo de fundo mais diferenciado – trechos de praias que possuem fundo de pedras (*point breaks*). Com poucas exceções, a maioria delas apresenta ondulações regulares, tanto na direção quanto na altura, que variam entre 1/2 e 1m (exceto nos dias com ventos fortes ou “ressacas”, em que a altura das ondas pode atingir até os 3m). Essas são características que justificam, em alguma medida, a preferência dos esportistas.

No entanto, os motivos e as razões para essas escolhas podem assumir formas mais diversas. Um primeiro é a constituição histórica do hábito de permanência em certos trechos das praias. A demarcação de áreas é um hábito antigo, remontando a meados de 1918, data a construção dos primeiros postos de salvamento na praia de Copacabana. Desde então, os frequentadores passaram a ter estes postos como referência.¹⁰⁶ Hábito que se observa até os dias de hoje. Partindo da Zona Sul da cidade (mais precisamente, da praia vermelha, no bairro da Urca) em direção à Zona Oeste, tem-se toda a orla sinalizada e identificada por grandes postos de salvamento do Corpo de Bombeiros, que são numerados crescentemente neste mesmo sentido e que serão importantes pontos de referência.

É interessante observar que a ocupação de determinadas faixas de areia ou trechos da praia se dá por tribos urbanas muito particulares. A constituição e o estabelecimento de “zonas territoriais”, ocupadas por tribos muito precisas (gays ou pessoas de baixa renda), são, ao mesmo tempo, exemplos de desdobramentos e conseqüências destas demarcações territoriais. No caso do surfe, algo muito parecido acontece entre as diversas modalidades: os adeptos do pranchão, da pranchinha e do *bodyboarding*. As demarcações não acontecem sempre de maneira harmônica, ao contrário, às vezes são objetos de disputas e mesmo de pequenos conflitos. Nos trechos da praia predominantemente frequentada por *bodyboarders*, muitas vezes a presença de “pranchões” pode não ser bem aceita. E do mesmo modo, em trechos que haja um forte espírito bairrista, os surfistas que não são “locais”¹⁰⁷ podem ser alvo de pequenas hostilidades; ou pelo mau acolhimento de surfistas iniciantes em locais frequentados por surfistas mais experientes. Provavelmente estas disputas são motivadas muito mais pelo desejo de atribuição de valores e significados aos próprios espaços físicos do que pelo desejo de monopólio territorial.

Vejamos agora como se distribuem os surfistas pelas praias cariocas.

¹⁰⁶ GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca: história e cultura*. Rio de Janeiro: Metalivros, 2004.

¹⁰⁷ Sobre este jargão de linguagem, utilizado pelos surfistas para se referir a surfistas que frequentam determinadas praias com muita frequência e assiduidade, ver capítulo Usos e Abusos Territoriais.

Copacabana. Famosa e prestigiada praia carioca; possui faixa de areia de aproximadamente 4 km, que se estende do morro do Leme ao forte de Copacabana. Os freqüentadores costumam dividir esta faixa de areia em duas praias: a praia do Leme compreendida entre o morro do Leme e a Avenida Princesa Isabel e a praia de Copacabana propriamente dita, compreendida entre a Avenida Princesa Isabel e o forte de Copacabana. Os pontos mais freqüentados por surfistas são: o canto do Leme; os postos de salvamentos dos bombeiros de números cinco e seis, localizados nas proximidades da rua Xavier da Silveira e no canto sul da praia, respectivamente.

Praia do Diabo. Pequena faixa de areia entre a ponta de Copacabana e a pedra do Arpoador. Seu nome, dado pela população, deve-se a uma junção de fortes correntes marítimas, tornando-a “diabolicamente perigosa”.¹⁰⁸ O tipo de formação das ondas privilegia o *bodyboarder*, bastante atraído a esta praia.

Arpoador. Com 800m de extensão, fica no bairro de Ipanema. Mais precisamente entre a ponta do Arpoador e o entroncamento das ruas Francisco Otaviano com Francisco Bhering e o início da Avenida Vieira Souto. Seu nome deve-se “aos rochedos debruçados sobre o mar, que serviam para arpoar baleias quando estas se aproximavam da costa para procriar”.¹⁰⁹ É um dos mais tradicionais *points* do Rio, pois foi nesta praia que os precursores do esporte na cidade ensaiaram suas primeiras manobras. Interessante é que a freqüência da *jeunesse dorée* da Zona Sul Carioca ao Arpoador durante as décadas de 1950 e 1960, atribui-lhe poderosos símbolos de identificação de classe. Pouco depois, o lugar, outrora palco das elites, foi “invadido” por populares, que passaram a freqüentar aquele trecho da orla. Atualmente, iniciativas como o Favela Surf Clube, projeto social com sede numa escola pública de Ipanema e que tenta viabilizar meios para que jovens moradores da favela tenham condições de praticar este esporte, vão intensificando a alteração da paisagem. Assim, jovens do Cantagalo, Vidigal, Rocinha e Cruzada já se tornaram *habitués* do Arpoador.

Ipanema. Situada entre o final da praia do Arpoador e o canal do jardim de Alah, teve seus encantos proclamados em verso e prosa nas músicas de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, especialmente na canção “garota de Ipanema”, o que ajudou a projetar a praia e o bairro internacionalmente. Um ponto que merece ser destacado é o local em frente à rua Teixeira de Melo, mais conhecido como “castelinho”. Ali encontram-se pedras submersas que possibilitam ondulações excepcionalmente boas.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

Leblon. É uma extensão da praia de Ipanema separada apenas pela lagoa Rodrigo de Freitas. Fica entre o canal do Jardim de Alá e o início da avenida Niemeyer. Seu nome é um tributo ao nobre francês Emmanuel Charles Toussiant le Blon.¹¹⁰ Surfistas mais experientes se aglomeram no “canto ou pontão do Leblon”. Local conhecido pela dificuldade e pela força das suas ondas que chegam a ultrapassar, com certa frequência, os 3m de altura.

Praia do Vidigal. Fica entre o bairro do Leblon e o cabo dois irmãos, na altura do Hotel Sheraton, famoso ponto de referência inaugurado em 1972. O nome da praia é uma homenagem ao major Nunes Vidigal, exímio perseguidor de comunidades quilombolas que morou naquela região. É nesta mesma área que se encontra um dos pontos mais procurados pelos surfistas: “a laje do Sheraton”, tida como “a onda mais difícil do Rio de Janeiro”, pela inconstância, irregularidade, tamanho, rapidez e distância da praia, atraindo somente os mais experientes.

São Conrado. Forma-se no fim da avenida Niemeyer e estende-se até a Joatinga. Este último, aliás, é um trecho muito prestigiado entre os surfistas, pois trata-se de uma praia de formação rochosa com ondas grandes e regulares. O trecho reservado à aterrissagem de vôo livre é (na água) muito freqüentado por *bodyboarders*. Não por acaso o local costuma sediar campeonatos desta modalidade. Ocasionalmente também se realiza competições de *bodysurf* ou surfe de peito, popularmente conhecido como “jacaré”.

Barra da Tijuca. Com cerca de 18km é a maior praia da cidade indo do canal da Barra da Tijuca até ao pontal do Recreio dos Bandeirantes. Como a praia atravessa dois bairros, este trecho da orla também costuma ser dividido. É ponto de encontro de várias tribos. Entre os locais mais freqüentados estão: “quebra mar”, (no começo da praia) com a presença de um *pier* que alinha os bancos de areia, colaborando para uma boa formação das ondas, sendo, por isso mesmo, muito freqüentado; o “meio da barra” (trecho entre os postos de salvamento número 2 e 9), a “reserva”, (trecho com cerca de 4km onde há uma reserva biológica) e o “canto do Recreio”, (lado esquerdo do morro no final da praia do Recreio dos Bandeirantes), o que protege o local dos ventos, melhorando as ondas.

Praia da Macumba. Entre as pedras de Tapuã e do Roncador, seu nome deve-se ao fato de ser pouco freqüentada, e por isso mesmo ser usada para rituais de Umbanda, popularmente chamados de “macumba”. Os pontos mais freqüentados por surfistas são: a) CCB, chamado assim por estar bem em frente ao “Camping Clube Brasil” e b) Secreto, canto direito da praia antes da subida para Prainha, explorado sobremaneira pelos *bodyboarders*.

Prainha. Pequena faixa de areia situada entre a praia da Macumba e a praia de Grumari. É uma das poucas praias da cidade que mantêm a vegetação do seu entorno. A presença da população nesta praia é extremamente recente (início

da década de 1970), quando foi construída a primeira estrada de acesso, pois até então o mesmo só podia ser feito a pé. Esta particularidade motivou os frequentadores, entre os quais destacam-se os próprios surfistas, a uma intensa campanha para sua transformação em área de proteção ambiental, o que ocorreu em 1989. Ao lado da Barra da Tijuca é a praia com maior sentimento de pertencimento entre surfistas.

Grumari. Desde de 1985 é patrimônio natural da cidade, pois constitui uma área verde ainda muito bem preservada. Seu isolamento tem atraído recentemente praticantes de *town-in* (surfe rebocado por *jet-skys*). Essa prática tem gerado também inúmeras controvérsias a respeito da segurança dos banhistas e dos surfistas “convencionais” (ou “surfistas de remada”) quando da proximidade dos *jets*.



USOS E ABUSOS TERRITORIAIS

Gostaríamos de esboçar uma análise interpretativa de sentidos e significados dos usos e apropriações dos espaços esportivos descritos no capítulo anterior. E o faremos basicamente através de dois procedimentos. O primeiro, numa tentativa de articular os modos de apropriação desses espaços esportivos com a dinâmica geral da cidade; e o segundo, tentando interpretar o processo de criação e difusão de regras e regulamentos acerca dos modos de se utilizar esses espaços, notadamente através de um comportamento chamado “localismo”.

Nesse sentido, salta aos olhos o fato de que tanto nos esportes de montanha, quanto nas modalidades de praia, a importância e a representatividade dos locais utilizados estejam sempre ligadas à sua acessibilidade, ou seja, a disponibilidade de equipamentos e serviços em suas proximidades. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que estão ligados a sua própria localização territorial.

Já se reconhece que certas áreas de uma cidade concentram maior número de equipamentos urbanos, reproduzindo, espacialmente, os mecanismos de estratificação social. Assim, áreas que concentram população de alta renda tendem a concentrar maiores possibilidades de vivências de lazer ou de equipamentos culturais (museus, teatros e cinemas). O desejo de demonstrar padrões de consumo distintos, de exibir publicamente os próprios traços distintivos de classe, materializa-se através da predileção pela vida em certos bairros mais nobres e, adoção de certos hábitos de lazer.

Gilberto Velho já analisara o papel do lugar de moradia como um símbolo distintivo de classe entre os estratos médios da sociedade carioca, quando da busca desenfreada pela vida em Copacabana a partir dos anos 1950, que resultou na maior taxa de ocupação por metro quadrado da cidade. Naquela ocasião, o autor concluíra que “o mapa da cidade, no caso, passa a ser um mapa social onde as pessoas se definem pelo lugar em que moram [...] a grande ênfase que é dada aos

símbolos transmitidos pelo local de residência e a grande importância estratégica deles na vida da pessoa”.¹¹¹ Na mesma pesquisa, o autor chama a atenção para o fato de que a fartura de serviços e a irrestrita possibilidade de consumo são apontadas pelos moradores como fatores de maior atração pela vida em Copacabana. E de fato, o eixo centro – zona sul do Rio de Janeiro concentra o maior número de equipamentos urbanos em geral e de lazer em especial, como bem o demonstra a pesquisa de Victor Melo e Fábio Peres.¹¹²

Ao lado do lugar de moradia, a disponibilidade de acesso a certos lazeres também se apresenta como veículo de exibicionismo (igualmente eficaz) para reiterar a posição social. O crescimento e a consolidação de certas formas de usufruir o tempo livre vai-se articulando ao desejo de demonstrar padrões de consumo distintos.

É nesse quadro sócio-espacial que vai-se inscrever a distribuição dos esportes na natureza, pois o consumo simbólico de práticas ligadas ao discurso ambientalista (esses esportes), também vai se apresentar como possibilidade de vivência diferenciada, exibição pública de status e prestígio. Nesse sentido, veremos, uma certa correspondência entre a quantidade de áreas verdes disponíveis (em metros quadrados) e a concentração dos demais elementos da estrutura urbana. Desse modo, os bairros mais nobres, que possuem maiores ofertas de serviços e equipamentos, são também aqueles que têm mais possibilidades de uma vida em contato com o verde, onde a prática de esportes na natureza é certamente um instrumento privilegiado para a concretização dessas disposições.

Áreas residenciais de grande prestígio social, como o são a Zona Sul e a Barra da Tijuca, têm fartura em áreas verdes disponíveis. Segundo Zenaide Mariano, cada uma dessas áreas concentra 21% e 72%, respectivamente do total de áreas verdes construídas de toda a cidade.¹¹³ Juntas concentram 93% das áreas verdes, sendo que suas áreas territoriais quando somadas correspondem a 33% do total da área da cidade. Com isso, estamos tentando assinalar que a distribuição espacial da natureza é fortemente determinada por um critério econômico, desempenhando, por conseguinte, um papel-chave na construção desse tipo de lugar esportivo.

No montanhismo, por exemplo, qualquer morro ou montanha disponível pode, a rigor, tornar-se um lugar de lazer para esses esportistas. No entanto, não é isso o que ocorre. Geografias acidentadas não são suficientes para potencializar

¹¹¹ VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989. p. 80.

¹¹² MELO, Victor; PERES, Fábio. Espaço, lazer e política: desigualdade na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael (Org.). *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 83-110.

¹¹³ MARIANO, Zenaide. *Acesso aos parques públicos do Rio de Janeiro e seu uso*. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

um lugar como espaço ritual específico dos montanhistas, do contrário, no Rio de Janeiro, a quase inexplorada cadeia de montanhas do maciço do Gericinó, na Zona Oeste deveria exercer grande fascínio entre aqueles esportistas cariocas ávidos por realizarem aventuras pioneiras ou por lugares que não foram amplamente “desbravados”. Ao invés disso, muitos deles preferem viajar até o Parque Nacional de Itatiaia ou da Serra dos Órgãos, localizados no interior do estado, e já constituídos simbolicamente como um “lugar para escalar”. Seria interessante tentar explorar os possíveis nexos entre essas escolhas e sua constituição histórica, o que não será possível nesse momento.

Aqui, estamos apenas tentando argumentar que a visão de realização transcendental que uma viagem à natureza pode proporcionar é produto de um intenso trabalho de legitimação simbólica, e nesse sentido, arbitraria. Objetivamente, qualquer espaço natural se prestaria a isso. No entanto, a transformação de uma ida à natureza só se concretiza em símbolo de recompensa à medida que esse ato está associado a um universo social mais abrangente e, ao mesmo tempo, muito bem determinado. Turistas que contratam sobrevôos de helicópteros por sobre a Floresta da Tijuca, visando ter uma dimensão do seu tamanho, não se sentem atraídos por fazerem o mesmo no Parque Estadual da Pedra Branca, três vezes maior que o Parque Nacional da Tijuca. É a “invenção cultural de um lugar” que o torna atraente e não um possível conjunto de características imanentes.

No caso do montanhismo, esse universo cultural de inventividade parece estar ligado, tanto aos simbolismos de sucesso e de coragem, quanto a outras bases de reivindicação de prestígio, sobretudo, a situação de classe, haja vista que esse era um hábito historicamente associado, nas suas origens, a estratos europeus com pretensões “aristocráticas”. E o já mencionado caso de Petrópolis é um bom exemplo sob este aspecto.

A significância do ápice é imaginada – na realidade, o local não passa de um monte de pedra [...] O comportamento das pessoas em relação às montanhas tem pouco (ou mesmo nada) a ver com os próprios acidentes geográficos compostos de rocha e gelo. Montanhas são só contingências da geologia. Não matam propositadamente; tampouco causam prazer de modo consciente; quaisquer características emocionais que pareçam possuir, a elas são atribuídas pela imaginação humana.¹¹⁴

Logo, quem escala uma montanha não escala apenas a rocha que ali se encontra. Escala também um conjunto de histórias, dramas, feitos heróicos e proezas esportivas, enfim, um sem número de simbolismos que dão sentido e significado ao lugar.

¹¹⁴ MACFARLANE, Robert. *Montanhas da mente: história de um fascínio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p. 27 - 135.

Comentando a experiência de praticar montanhismo no Eiger, Jon Krakauer diz que:

O problema, quando se trata de escalar a face norte do Eiger, é que, além dos dois mil metros na vertical a serem vencidos, de calcário quebradiço e gelo negro, também é necessário vencer uma mitologia descomunal [...] por obra de mais de dois mil artigos de jornais e revistas, os épicos acontecimentos vividos na Nordward penetram na trama do inconsciente coletivo mundial, com a minuciosa exposição de seus detalhes mais sinistros. Capas de livros com títulos do gênero Eiger: a parede da morte não nos permite esquecer que a Nordward “derrotou centenas e matou quarenta e quatro...” Tudo isso faz da face norte do Eiger uma das escaladas mais cobiçadas do mundo.¹¹⁵

No Rio de Janeiro, é essa dimensão simbólica da constituição das montanhas como espaços esportivos específicos que pode explicar, em parte, a preferência dos cariocas. Pois são os lugares previamente preparados e equipados para as atividades de lazer na natureza, e, portanto, constituídos socialmente como espaços de lazer, que serão os mais freqüentados. Além disso, a predominância de pessoas de classe média, ciosas por consumirem lugares de moradia bem determinados como símbolo de prestígio, faz com que muitos dos praticantes desse esporte (precisamente 43%), residam na Zona Sul da cidade.¹¹⁶ Desse modo, explora-se fundamentalmente aquelas montanhas concentradas exatamente no eixo Centro – Zona Sul. Lugares como o parque do Grajaú, a Floresta da Tijuca e Guaratiba, embora com certo afluxo regular de esportistas, ocupam posições mais marginais.

Não deixa de ser curioso que de mais de duas mil vias de escalada no Rio de Janeiro, mais de mil estejam localizadas no perímetro urbano¹¹⁷ e mais particularmente, concentradas na Zona Sul da cidade. Vimos que somente a Urca concentra um quarto desse total.

Algumas escaladas no Rio de Janeiro ficam tão próximas aos edifícios que é possível um observador assistir toda a subida dentro dos apartamentos, podendo ser da sala, do quarto ou da cozinha. Os moradores às vezes até conversam com os escaladores quando estão a cerca de 100 metros de altura.¹¹⁸

¹¹⁵ KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 17-18.

¹¹⁶ Dados obtidos através da aplicação de 125 questionários durante a Abertura da Temporada de Montanhismo do ano de 2007.

¹¹⁷ ILHA, André; DUARTE, Lúcia. *Catálogo de escalada: Estado do Rio de Janeiro*. [200-?]. Disponível em: <www.femerj.org.br>.

¹¹⁸ FARIA, Antônio Paulo. *Montanhismo brasileiro: paixão e aventura*. Rio de Janeiro: Montanhar, 2006. p. 219.

Mesmo nos casos em que a escalada ocorre em lugares mais distantes, como é o caso das vias situadas no interior do Estado, na cidade de Petrópolis, Teresópolis ou Itatiaia, esse sistema de prestígio possibilitado pelo contato com a natureza permanece mais ou menos inalterado. Afinal, desde sempre, a massificação do costume de viajar, sobretudo de viajar ao campo, à natureza, correspondeu a cristalização de um consumo conspícuo,¹¹⁹ onde mais importante do que viajar é comentar a viagem aos amigos. O ato de viajar pura e simplesmente dramatiza a possibilidade de exibir ostensivamente a disponibilidade ao consumo. Na França do final do século XIX, algumas famílias fechavam suas casas e se trancavam em seu interior para simular que estavam numa viagem.¹²⁰

Comentando os estilos de vida da “nova classe média”, condenada a viver no mundo impessoal das grandes cidades, onde as insígnias de reputação não são facilmente identificáveis, Charles Wright Mills chama atenção para o papel desempenhado pelas viagens. Nas suas palavras:

Durante a semana de trabalho, o empregado recebe um determinado grau de deferência de um determinado grupo de pessoas, colegas de trabalho, amigos, familiares e estranhos que conhece casualmente na rua ou na condução. Mas no fim-de-semana, ou uma vez por mês, pode-se intencionalmente subir de *status*: mudam-se as roupas, muda-se o restaurante ou o tipo de alimentação, escolhe-se os melhores lugares do teatro. Não se pode mudar de residência no fim-de-semana, mas numa grande cidade é possível sair dela.¹²¹

No caso da praia, temos um espaço que, por tradição e pouca discussão, é apresentado como um local de acesso democrático onde todas as tribos estariam confundidas, dando-nos a falsa impressão de que todos seriam iguais e que o lazer seria usufruído sem qualquer tipo de empecilho. Nessas representações, é comum a multiplicação de imagens das praias cariocas totalmente lotadas nos domingos ensolarados de verão.

No entanto, a ocupação das praias cariocas sempre foi passível de regulamentações, sendo a prática de esportes um dos elementos que mais marcou a tensão no uso desse espaço. Em 1950 o vôlei de praia, surgido 15 anos antes, fora proibido na praia de Ipanema, sendo liberado novamente alguns meses depois. No mesmo período o frescobol foi proibido em Copacabana, local onde havia sido criado.¹²² No início da década de 80, o surfe também foi alvo de restrições, sendo sua prática limitada entre seis e oito horas da manhã e depois das 16 horas.¹²³ Recentemente,

¹¹⁹ VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

¹²⁰ WEBER, Eugen. *França fin de siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹²¹ WRIGHT MILLS, Charles. *A nova classe média*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979. p. 275.

¹²² GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca: história e cultura*. Rio de Janeiro: Metalivros, 2004.

¹²³ SOUZA, Rico de. *Boas ondas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

em meados de 2005, a vereadora Teresa Bergher encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto de lei que propõe a redução do espaço das praias para prática esportiva.¹²⁴ Alguns anos antes, em 2000, a praia da Barra da Tijuca foi palco de uma intensa disputa, que chegou a envolver o Ministério Público.

As disputas tiveram início com a criação da Associação Brasileira de Kite Surfe (ABKS) que regulamentava esta prática na cidade. No ano seguinte, o prefeito autorizou a prática do esporte numa faixa de areia de aproximadamente 100m de extensão na praia da Barra da Tijuca. A ABKS decidiu então instalar placas de sinalização que alertavam sobre a existência de uma área de pouso e de decolagem de kite surfe. Essa área foi dominada pelas “escolinhas de kite surfe”, credenciadas pela ABKS. Pretendia-se que o acesso a essa faixa de areia fosse restrito aos alunos, devidamente matriculados e, evidentemente, com as mensalidades em dia. Os banhistas, por sua vez, alegaram que, além do perigo oferecido pelas atividades, as placas obstruíam o tráfego na areia e ainda indicavam que era “proibido nadar e fincar barraca naquele local”, fazendo, portanto, uso privativo de área pública. Mais recentemente, um acidente envolvendo banhistas e esportistas após uma tempestade de ventos agravou ainda mais as polêmicas e cogitou-se, inclusive, a proibição definitiva do esporte na cidade, como aconteceu na Suíça em 2002.¹²⁵

Novos usos do espaço público quase sempre demandam a criação de novas leis e o estabelecimento de outras regras de convivência entre os frequentadores do local. As praias da Oceania e da África do Sul, por exemplo, são divididas em áreas exclusivamente destinadas a banhistas ou aos esportistas. Cada uma delas é devidamente sinalizada por bandeiras que indicam que atores estão autorizados a explorar as possibilidades do lugar. De maneira análoga, no Hawaí e na Califórnia, depois de alguns incidentes entre praticantes de *town-in* e surfistas, o poder público decidiu implementar uma série de regras, entre elas, a obrigatoriedade de uma habilitação e a manutenção de uma certa distância de qualquer surfista remando.

Esses episódios ilustram como as tensões entre os desejos de uso entre os vários frequentadores constituem um importante foco de conflitos. Em alguma medida, nota-se também um certo mal entendido entre o caráter público e o uso privado da praia. No caso dos usos atribuídos pelos esportistas, tais como aqueles exemplos do grupo de kitesurfistas, a apropriação de determinados lugares da cidade dramatiza uma série de dinâmicas sociológicas mais gerais, que já estão em curso na cidade de um modo geral, particularmente no que diz respeito à efêmera formulação de símbolos de identificação através do esporte e os nexos dos usos de consumo dos espaços públicos.

¹²⁴ FILGUEIRAS, Mariana. Linha dura até na praia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2005.

¹²⁵ BRANDÃO, Túlio. Em praia de kite surfe, os banhistas perdem a vez na água e na areia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 dez. 2002.

Na medida em que sabemos que hábitos e costumes de lazer são condicionados e construídos historicamente a partir da aceitação, recusa ou modificação de certos modelos de conduta, torna-se evidente que esses conflitos podem impor novos hábitos e envolver a formação de novos costumes.

Como (e se) esses conflitos irão alterar esses costumes é difícil dizer. Por ora, é importante apenas estar atento a eles, destacando o fenômeno tipicamente urbano que instaura uma confusão entre o público e o privado. Uma consequência direta das configurações específicas da cidade contemporânea, posta em jogo em um determinado momento histórico: a progressiva substituição do valor de uso pelo valor de troca, bem ao gosto de Henri Lefevre.¹²⁶ Em outras palavras, um arranjo urbano onde se destaca a utilização comercial e mercadológica dos espaços da cidade em detrimento de outras formas de utilização; onde o mercantil, o financeiro, a busca do lucro, ocupam lugar de destaque nas formas de utilização dos seus espaços. Nesse caso, é o mercado que define e redefine o público e o privado como espaço de segregação, seleção e reestratificação social. Segundo Carlos Lessa, esses elementos são mesmos essenciais para caracterização da malha urbana, que tem implicações diretas sobre suas dinâmicas. “O comércio, de forma peculiar, organiza o espaço urbano”.¹²⁷ Assim, a cidade torna-se um objeto de consumo cultural; lugar de consumo e consumo do lugar.

Sob este aspecto, a Barra da Tijuca, parece ser o bairro do Rio de Janeiro que melhor encarna esse corolário de idéias. Sua tipologia peculiar com vias expressas de alta velocidade, condomínios particulares e letreiros luminosos, exalta o culto hedonista e o prazer no consumo.¹²⁸ Curiosamente, ali também encontraremos o bairro mais significativo para a prática de certos esportes na natureza, sendo emblemático que o kitesurfe e o windsurfe só sejam praticados ali. Além disso, o bairro é o que concentra o maior número de “escolinhas de surfe” da cidade. A questão passa a ser: por que a Barra da Tijuca se apresenta como lugar privilegiado para esse tipo de esporte?

Barra da Tijuca

A invenção da Barra da Tijuca como um novo bairro tem relação com o esgotamento do parque imobiliário da Zona Sul e com o fortalecimento econômico dos extratos médios da população, experimentada a partir de 1964, situação assegurada com rumos políticos impostos com o golpe daquele ano. Esse panorama

¹²⁶ LEFEVRE, Henri. *O direito à cidade*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

¹²⁷ LESSA, Carlos. Trajetórias da cidade moderna. In: VIEIRA, Fernando; ROEDEL, Hiran (Org.). *Rio de Janeiro: panorama sociocultural*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004. p. 12.

¹²⁸ FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael. Comunicação, consumo e lazer: o caso da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. In: _____. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005; LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. Nova sociedade emergente: consumidores de produtos ou produção discursiva? *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 12, p. 11-24, 2004.

mais geral fez com que toda a região da Baixada de Jacarepaguá se apresentasse e potencializasse como lugar privilegiado para a classe média emergente. Região de grande beleza e com geografia bastante atraente, composta de praias, dunas, restingas, manguezais e lagoas; reunia elementos que, somados, satisfaziam o desejo tanto de uma classe média emergente que estava em busca de bairros mais nobres para suas moradias, como da classe média já estabelecida que buscava refúgio dos problemas urbanos que já começavam a assolar alguns bairros da Zona Sul. Desse modo, o local se constitui no palco ideal para o planejamento da expansão da cidade. Em outras palavras, toda a região reservava a possibilidade de expansão metropolitana associada ao desejado e valorizado sistema costeiro, conjugando ampliação das fronteiras urbanas com vida à beira-mar.

Diante disso, o poder público começou a criar infra-estrutura para esta ocupação. Nos anos 1960 constrói-se a auto-estrada Lagoa-Barra, desde então, a principal via de ligação da Barra da Tijuca com a Zona Sul e um dos marcos para a aceleração deste processo de ocupação. Paralelamente elaborou-se um planejamento específico para a ocupação espacial do bairro, de modo que se pudesse fazer sempre de maneira ordenada. Um dos principais traços deste plano seria sua preocupação em promover uma urbanização associada à preservação do meio ambiente.

Sua planificação (Plano-Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá), de autoria do arquiteto Lucio Costa, primou pela preservação das paisagens naturais. Esse modo como o planejamento da ocupação da Barra da Tijuca foi concebido e realizado ajuda a compreender as razões para o rótulo de “vocação ecológica” que o bairro até hoje recebe. As características dos espaços de constru o das habita oes, com a preocupa o de se criar núcleos de urbaniza o, com concep oes diferenciadas de moradia, e que prevêem a cria o de núcleos aut nomos construídos com 1km de distância entre si, com casas, edifícios, escolas, pequenos comércios, serviços, entretenimento e lazer, tentando estabelecer um elevado nível de independência entre os núcleos, e conservar a paisagem, são, até hoje, exploradas nas propagandas imobiliárias que anunciam a vida com possibilidade de contato com a natureza. Assim, estes núcleos acabaram constituindo uma das características mais marcantes da Barra da Tijuca: “os condomínios fechados”. Mais do que marcantes, tais modelos de habita o, com áreas de lazer coletivas entre os núcleos cercados por amplos espaços verdes, introduziram novas maneiras de viver na cidade, um novo estilo de vida marcado, fundamentalmente, pelo desejo de proximidade com a natureza.

Neste mesmo sentido, a ostensiva questão do verde, da natureza, da paisagem, sempre presente no imaginário do bairro, d  conta de mostrar o quão forte e intensa   essa liga o com a busca da natureza. D i talvez o impulso de utilizar esses elementos como estratégias publicitárias para a venda de imóveis, onde vendem-se não são apartamentos em condomínios; vendem-se belas paisagens; um “novo estilo de vida”. Desenvolve-se assim, uma ambiência estimuladora

e propícia à prática de atividades físicas ao ar livre e o que é mais notável, em íntimo contato com a natureza.

Este complexo quadro de mudanças sintonizava o novo estilo de vida da cidade com um comportamento que valorizasse a fruição da natureza, possibilitando o surgimento de “alicerces culturais” que permitiriam, mais tarde, a definitiva incorporação de modalidades praticadas junto à natureza nas cenas esportiva e de lazer carioca. Assim, a cultura esportiva da Barra da Tijuca, associada à própria geografia do lugar, dá coesão ao projeto urbanístico e arquitetônico da “novíssima Zona Sul da cidade”.

Em linhas gerais, a receptividade da população carioca aos esportes na natureza, bem como seu desejo de ocupar o mais novo bairro da cidade, pode ser vinculada ao fato de ambas as dimensões representarem uma via para a concretização de um novo estilo de vida, mais contemporâneo, em sintonia com o desejo de uma parte da classe média carioca, representando todo um “novo ideário burguês” que consiste exatamente no desejo de estar em proximidade e harmonia com a natureza.¹²⁹ Não por acaso, o momento de desenvolvimento de alguns esportes na natureza, como o surfe e o vôo livre, coincidem com a maciça ocupação da Barra da Tijuca. Dali em diante, o *ethos* que se formaria naquele novo bairro estaria sempre atrelado a simbolismos desse tipo, propenso a incorporar hábitos tidos como originais e inovadores, especialmente aqueles que estivessem ligados ao usufruto da natureza, como é o caso dos esportes na natureza.

Logo depois que foi inaugurado, o condomínio Novo Leblon foi palco de uma nova mania que empolgava, sobretudo os mais jovens, o *windsurf*. A lagoa de Marapendi, naquele trecho, deu lugar aos precursores deste esporte. Aos sábados e domingos, o local ficava, durante todo o dia, colorido pelas velas das pranchas, cujos praticantes se aproveitavam da tranquilidade do local para deslizarem pelas águas, empurrados pelos ventos habitualmente fortes [...] A mesma febre de windsurfe, na sua versão terrestre, ou seja, a prancha sobre rodas, nos anos 80 teve também na Barra da Tijuca seu lançamento. Ficava o início da avenida das Américas, logo à direita, depois da ponte, na pista em direção ao Recreio.¹³⁰

Até os dias de hoje, a Barra da Tijuca é um bairro que evoca elementos simbólicos ligados ao binômio esporte/natureza para a constituição de uma identidade específica. Além do destaque que as empresas do mercado imobiliário atribuem as áreas verdes, encontraremos determinados monumentos que explicitam

¹²⁹ DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História Comparada)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007d.

¹³⁰ GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Barra da Tijuca: o lugar*. Rio de Janeiro: Thex, 1999. p. 131.

essa estruturação identitária. No entroncamento da avenida Sernambetiba com a avenida Ayrton Senna, de frente para o mar, encontra-se o “monumento ao *surf*”, escultura do artista plástico Maurício Bentes composta de várias pranchas de surfe. Nas proximidades do posto 2 de salvamento, também à beira-mar, encontra-se uma estátua de bronze representando um praticante de vôo livre em homenagem ao surfista e voador de asa delta Pepê, que morreu durante uma competição.

Assim, a adesão aos novos esportes – cuja identificação como um novo comportamento esportivo em âmbito mundial – pode estar associada ao advento de uma nova sensibilidade ecológica, a exemplo do que já ocorrera em outros momentos com outras modalidades e pode também estar respondendo a um conjunto geral de transformações na vida urbana da cidade.¹³¹ Nesse quadro, a Barra da Tijuca, apresenta-se como um bairro-ícone dos novos arranjos espaciais, através dos seus condomínios fechados, das “ilhas urbanas”, dos *outdoors* luminosos, dos *shoppings centers* que tentam dissimular fugir e dos horrores e da violência metropolitana.

A Barra da Tijuca é um símbolo da apologia ao individualismo consumista, expresso, por exemplo, na privatização de certos trechos da praia com fins da prática esportiva, onde só os que podem pagar têm o direito de usufruir tal ou qual prática ou espaço. É assim com as escolinhas de surfe e de kitesurfe, bem como com as associações de windsurfe, que funcionam dentro de um condomínio fechado de acesso privativo, que exige de quem pretende entrar, identificação e outras credenciais.

É claro que a Barra da Tijuca não é o único bairro da cidade onde tais tendências se manifestam. Ao contrário, a cidade de maneira geral submete-se a esses processos. Mas o fato é que a atmosfera barratijucana impulsiona novas atitudes e valores comportamentais na vida da cidade, assim como todo um conjunto de novas práticas sociais, ao mesmo tempo em que impulsiona mudanças e transformações na própria espacialidade urbana.

Certamente, os esportes na natureza são importantes componentes deste movimento, pois, na medida em que utilizam os espaços públicos da cidade, permitem que as contradições produzidas por essa situação se manifestem mais obviamente nestas atividades. Esta característica (de realizar-se em espaços ao ar livre) promove, além de uma “expansão dos espaços esportivos da cidade”¹³², um comportamento bastante singular e caro a esses esportes: o da disputa e dos conflitos em função da luta pelo direito de se apropriar de certos espaços.

¹³¹ Estamos nos referindo ao remo, que no início do século XX foi a modalidade esportiva que melhor encarnava o arquétipo de modernidade pretendida na ocasião. A esse respeito ver MELO, Victor. *Cidade sportiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹³² MASCARENHAS, Gilmar. *A leviana territorialidade dos esportes de aventura*. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003.

Território e territorialidade

A maioria dos esportes na natureza envolve, ora mais, ora menos, algum tipo de conflito ou de disputa referente à apropriação dos espaços de prática. Nas estações de esqui é comum o conflito entre esquiadores de pista ou entre os chamados esquiadores extremos (praticado fora das pistas balizadas), bem como entre esses dois grupos e os *snowboarders*. “A concorrência é rude, provocando múltiplos conflitos de uso e de civilidade”.¹³³ Na cidade de Wanaka, na Nova Zelândia, uma estação de esqui decidiu, em 1994, que não permitiria a presença de *snowboarders*. Uma placa foi erguida com a sugestiva mensagem: “*snowboarders go home*”.¹³⁴

Em lugares com pista de decolagem para o vôo livre pode haver sutis hostilidades entre os praticantes de asa delta e os de parapente quando estes dividem o mesmo espaço. No caso do Rio de Janeiro, onde o local de aterrissagem fica na praia, soma-se a isso, o fato de que os voadores podem ser mais ou menos mal vistos pelos banhistas, já que um trecho de faixa de areia tem de ser reservado a esses procedimentos, que do contrário, envolveriam riscos, sobretudo para os banhistas.

No montanhismo também existem sentimentos dessa ordem. Eric Léséleuc, realizando uma etnografia em Claret, na França, identificou o “localismo” como um traço característico daquele campo de escalada, marcado pelo uso da violência simbólica e por um intenso processo de normatização do comportamento, que segundo o autor, conduzem a exclusão dos “outros”.¹³⁵

Os escaladores que se autodenominam “os locais”, ou, de forma ainda mais explícita, “Claretmans”, ao mesmo tempo em que referem-se aos outros escaladores como “os estrangeiros”, têm um forte sentimento de pertencimento com relação, ao grupo e ao lugar. Nesse processo de construção de vínculos de pertencimento territorial, procedimentos de criação de fronteiras simbólicas são utilizados. Como exemplo nesse sentido, cita-se uma mensagem que diz “morte aos pentelhos ou estúpidos”.¹³⁶

Ainda que os “elementos fronteirços” não sejam mostrados como tais, cada escalador é capaz de dizer onde começa e onde termina a zona de escalada de Claret. Desta maneira

¹³³ LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 97.

¹³⁴ HUMPHREYS, Duncan. Snowboarders: bodies out of control and in conflict. *Sporting Traditions*, [S.l.], v. 13, n. 1, Nov. 1996.

¹³⁵ LÉSÉLEUC, Eric de. Etnografía de un acantilado: territorialidad en la práctica de la escalada contemporánea. *Lecturas*, Buenos Aires, año 9, n. 60, may 2003. Ver também: LÉSÉLEUC, Eric; GLEYSE, Jacques; MARCELLINI, Anne. The practice of sport as political expression?: Rock Climbing at Claret, France. *International Sociology*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 73–90, March 2002.

¹³⁶ A tradução é livre, pois no original em espanhol usa-se as expressões “pendejos o jilipollas”.

ele sabe situar os limites de um “dentro” e de um “fora”, do espaço de jogo. Logo, um conjunto de fatos, de gestos e de discursos cotidianos, orienta, por intermédio de sistemas de sanções simbólicas negativas e positivas, as ações dos escaladores e define os comportamentos aceitos, delimitando assim um espaço normativo. Finalmente, instaura-se uma diferenciação entre aqueles que pertencem ao grupo (“nós”) e aqueles que são rechaçados (“eles, os outros”), marcando aqui um espaço de identificação.¹³⁷

Com a demarcação de fronteiras invisíveis, maneiras de ser e de pensar vão sendo vinculadas. O compartilhamento de um espaço significa o compartilhamento de algumas convicções, o que está plenamente de acordo com os entendimentos correntes acerca da territorialidade, compreendida como uma tentativa de influenciar pessoas, idéias, acontecimentos e relações através da delimitação e da afirmação do controle sobre um dado espaço geográfico. Trata-se, portanto, de um caráter relacional entre processos sociais e espaço material, tal como descrito por Rogério Haesbaert, onde o autor configura o território com referência às relações sociais, que estão sempre imbricadas de relações de poder.¹³⁸

E no caso da escalada em Claret, Leuselec identifica o impulso de proibição na freqüência de *outsiders* como um desejo de impedir a artificialização daquele espaço natural e também como uma espécie de desejo de objeção a sua utilização mercadológica.

Os “Claretmans” percebem seu lugar de prática da escalada como um espaço relacional onde a identidade se constrói por referência a participação a uma história comum, unindo um grupo a um lugar. Inversamente, eles percebem a “Sociedade” como a forma de um espaço no qual os indivíduos se cruzam sem se conhecerem e onde toda relação está mediada por um contrato monetarizado que leva o indivíduo ao isolamento e a solidão [...]expressam a vontade de resistir, de fato, a expansão deste modelo social, que julgam dominante, construindo um lugar (cidade) mítico, “contra-hegemônico” [...] Dentro destes debates, aparece muito claramente que os escaladores de Claret tem escolhido responder, através de seus comportamentos e de seus discursos com uma defesa em favor do sistema deles e da elaboração de laços sociais em oposição ao sistema de mercado e a liberação do indivíduo percebida como sinônimo de isolamento e de solidão. Destas

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS, Milton et al. (Org.). *Território: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

respostas podemos concluir que se expressa desta maneira, em Claret, a atualização de uma resistência ao projeto da modernidade através da construção de um lugar antropológico e de seu controle, que busca expulsar das suas fronteiras toda intenção de intromissão de categorias de funcionamento da modernidade, participando de processos de individualização do ser humano e da comercialização de suas relações.¹³⁹

Em esportes que dependem da possibilidade limitada de se aproveitar de recursos naturais, a idéia de estabelecer a posse sobre um território, limitando o número de praticantes, e conseqüentemente, tentando impor certa escala de valores, vai ser uma constante. A manifestação desse sentimento de posse sobre um território tem, portanto, relação com a quantidade de pessoas no local de prática esportiva. Na prática, isso significa a possibilidade ou a impossibilidade de manutenção dos ideais que perpassam aquela ocupação. Logo, à medida que cresce o número de praticantes, crescem também as possibilidades de conflito. Vai-se disseminando o sentimento de apreensão provocado pela idéia de que “seremos cada vez mais, para a mesma disponibilidade de natureza” e tudo o que esse lugar representa pode ser alterado.

No montanhismo, aparece com alguma regularidade afirmações que expõem um certo desejo de isolamento: “Não faz sentido deslocar-se para paisagens ermas e lá procurar a companhia de uma multidão”.¹⁴⁰ Para a maioria dos seus praticantes, um dos atributos mais valorizados neste esporte é a possibilidade de contato com uma natureza selvagem, capaz de contrastar com a artificialidade do ambiente das cidades e promover alguns poucos momentos de solidão, de “comércio consigo mesmo”. É o desejo e a crença na possibilidade de refúgio das típicas condições de vida urbana – marcadas pelo superpovoamento e todos os possíveis malefícios e contratempos daí decorrentes – que dota essa atividade de interesse especial para a maioria dos seus praticantes. Provavelmente, essas representações estão ligadas à própria constituição histórica do hábito de se buscar a natureza com finalidades de lazer e/ou de fruição estética. Nesse caso, a natureza se apresenta como o lugar da “experiência autêntica”, único recanto onde o homem moderno (e especificamente moderno) pode se desvencilhar das amarras impostas por um ambiente excessivamente superficial em todas as suas relações. É como se ali, este homem pudesse, finalmente, encontrar-se consigo mesmo.

O filósofo alemão Karl Gottlob Schelle, no seu livro *A arte de passear*, escrito em 1805, chega a dizer que o homem que não sentisse vez por outra a necessidade de se abandonar ao seu próprio espírito e viver consigo mesmo durante um

¹³⁹ LÉSÉLEUC, Eric de. Etnografía de un acantilado: territorialidad en la práctica de la escalada contemporánea. *Lecturas*, Buenos Aires, año 9, n. 60, may 2003.

¹⁴⁰ KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 65.

passaio à natureza era, nas suas palavras, “um ser comum e sem substância”.¹⁴¹ Formulações como essa vão expondo a força e a longevidade de certas tradições, entre as quais o montanhismo, e os esportes na natureza aparecem como os autênticos herdeiros.

Não por acaso, o surfe, a exemplo da maioria dos esportes na natureza, também será fortemente marcado por representações de viagens e de fuga da cidade. A centralidade com que as revistas especializadas vão tratar o tema das viagens, as *surfs trips*, dá provas disso. Do mesmo modo, a forma como essas experiências vão sendo regularmente retratadas vai expondo tais associações. Em uma reportagem da revista *Fluir Girls*, pode-se ler: “Mochila nas costas, prancha na estrada: pegar onda em picos diferentes, conhecer gente nova e só pensar no *surf*. É tudo que uma surfista quer”.¹⁴² De maneira ainda mais marcante, cita-se ainda a revista, onde, em maio de 2007, publicou a “Edição Especial Viagens”: “Surfistas são viajantes por natureza. Não importa se nossa busca nos leva ao outro lado do mundo ou simplesmente à praia ao lado. O que importa é cair na estrada e procurar novas ondas”.¹⁴³

Talvez por tudo isso será possível identificar um tom de frustração quando um praticante de surfe encontra-se diante da multidão, do *crowd*. A natureza selvagem e paradisíaca, apta a fornecer a “experiência autêntica” quando em estado de isolamento, transforma-se em um lugar grotesco quando lotado. O prazer do contato puro com a verdadeira natureza é substituído, simplesmente, por um sentimento de frustração.

O número de pessoas com capacidade de viajar para surfar em ondas “não crowdeadas” cresceu tanto, que transformou lugares paradisíacos como Macaronis, na Indonésia, em uma Disneylândia com lotação máxima. O que não impede que você atravesse o mundo para encarar uma cena grotesca, com vários barcos ancorados e uma incontável quantidade de surfistas disputando o seu tão sonhado tesouro. Ou seja, os picos até que continuam remotos, mas as ondas já estão crowdeadas [...] A cena é comum em qualquer lugar que dê ondas hoje em dia. Ao menor sinal de ondulação, a galera se acumula no *line up*, quem pode toma conta do pico e a maioria fica a ver navios. Nessas horas, a reação mais óbvia é tentar entrar na disputa, remando forte, marcando seu posicionamento na vala, berrando na hora que entra na onda e por fim, rezando para que, depois disso tudo, ninguém invente de te rabear. Algo que nem sempre

¹⁴¹ SCHELLE, Karl Gottlob. *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 42.

¹⁴² EM BUSCA da viagem perfeita. *Fluir Girls*, São Paulo, nov./ dez. 2006.

¹⁴³ FAZENDO a mala. *Fluir*, São Paulo, maio 2007. p. 54.

dá certo. Dia após dia esta rotina se repete, e a galera volta pra casa ou para o trabalho frustrada por não ter surfado tanto quanto imaginava.¹⁴⁴

Como já frisamos, tais estruturas de sentimentos são comuns a vários esportes, mas foi dentro d'água que o comportamento de repulsa à multidão ganhou uma nova proporção. Foi através da tribo do surfe que a noção de localismo ganhou visibilidade pública para além dos círculos dos iniciados. Em “Tequila Bay”, um episódio do seriado de televisão *S.O.S Malibu*, Jimmy Slade, personagem interpretado por Kelly Slater, retrata, de maneira um tanto caricatural, tal comportamento.

Uma gangue de locais da pesada, que se autodenominavam *The Shooters* (Os atiradores), começou a me ameaçar por estar surfando no que eles consideravam o pico deles, e o líder me desafiou para uma competição de surfe. Eu não recuei, mas acabei caindo numa armadilha. Os *Shooters* tinham colocado arame farpado ao longo do *line up* e acabei entrando nele e quase me afogando [...] Tudo bem, não fui eu que ele salvou, e sim Jimmy Slade, meu personagem da série *S.O.S Malibu*.¹⁴⁵

Pode-se dizer que o localismo, com as proporções que conhecemos, começa nos anos 1960, em meio a uma atmosfera de forte cisão no mundo do surfe. Naquela época, um grupo de surfistas, sobretudo australianos, militava a favor de uma profissionalização do esporte, com o incremento da organização e da quantidade de competições, que deveriam contar com prêmios em dinheiro, patrocínios, etc. Outro grupo, identificado ao que se convencionou chamar *soul surfing* (surfe de alma), formado basicamente por californianos e havaianos, alegava que o surfe era um estado de espírito e que esse tipo de iniciativa desvirtuaria os verdadeiros sentidos do esporte.

Competições já aconteciam antes disso, mas com um significado diferente do que se pretendia ao longo dos anos 60. Em 1954, por exemplo, sob a égide do Waikiki Surf Club, realizou-se o primeiro campeonato internacional de Surfe, em Makaha, no Havaí. Mas ainda tratava-se de uma competição que preservava, em alguma medida, a descontração, a espontaneidade e o espírito de ludicidade. Os juizes concediam pontos de acordo com o comprimento e quantidade de ondas, bem como em função da habilidade, da graça e do comportamento do surfista. De maneira geral, segundo Douglas Booth, “o evento de Makaha assemelhou-se mais a um encontro social fraterno do que a uma competição intensa”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ PADARATZ, Teco. Sem tempo para o crowd. *Fluir*, [S.l.], jun. 2006.

¹⁴⁵ SLATER, Kelly. *A biografia de Kelly Slater: pipe dreams – com Jason Borte*. São Paulo: Gaia, 2004. p. 156.

¹⁴⁶ BOTH, David. Ambiguities in pleasure and discipline: the development of competitive surfing. *Journal of Sport History*, [S.l.], v. 22, n. 3, 1995. p. 193.

Dez anos depois, em 1964, se organizaria a Federação Internacional de Surfe, em Manly, na Austrália. A criação dessa entidade representava a formalização de um outro conjunto de expectativas ligadas ao desejo de profissionalização do esporte, onde se acreditava que as competições consolidariam uma nova imagem, não tão atrelada à vagabundagem e a uma vida ilícita.

Esses variados entendimentos sobre o surfe refletiram-se no próprio estilo de surfar. O surfe australiano ia-se caracterizando por uma certa agressividade, enquanto o californiano/havaiano, “dançava com as ondas” de maneira mais fluída.¹⁴⁷ Abriu-se franco debate entre essas duas perspectivas. Em 1966, com a conquista do título mundial pelo australiano Nat Youg, falava-se de uma “nova era”, onde a concepção australiana prevaleceria.

Em 1968, um produtor de televisão e um surfista criam a Associação Internacional de Surfistas Profissionais, coroação definitiva da concepção competitiva do surfe. Em 1970, a nova entidade organiza uma competição entre surfistas convidados de acordo com seu mérito, prestígio e reputação. Nenhum havaiano foi convidado, o que teria afrontado a honra do seu povo. Daí em diante, as relações entre havaianos e não-havaianos (os *haoles*) começam a ficar mais hostis. Na temporada de 1975, o australiano Rabbit Bartolomew, depois de uma boa performance nas ondas havaianas, regressa ao seu país onde escreve um artigo dizendo: “os australianos dominaram no Havaí. Os havaianos se inspiram no nosso *surf*, nós somos os melhores surfistas do mundo”. No ano seguinte, quando Bartolomew voltou ao Havaí, “foi cercado por havaianos sedentos por um acerto de contas. Sem dó, os locais socaram e deformaram a cara do australiano, que perdeu os dentes da frente, teve seu nariz quebrado e sua cara rasgada em vários lugares”.¹⁴⁸ Estava estabelecido o localismo.

Na Califórnia, local gerador de importantes símbolos para a cultura do surfe, Miky Dora, o famigerado surfista de Malibu, também se apresentava como um dos principais difusores de tal comportamento. A popularização do hábito de surfar, em larga medida proporcionada pela massiva distribuição das imagens do esporte através de películas cinematográficas, tais como *Gidget*, de 1959, que atraía uma multidão para as praias, começava a causar descontentamento. O crescente número de praticantes mudava o cenário e dificultava a presença daqueles que, muito antes, já usufruíam os prazeres do esporte. A situação despertava o ódio de alguns, como o próprio Miky Dora, que se lançavam numa furiosa campanha contra a massificação do esporte, que, nesses termos, era o processo acusado de ser o responsável pelo incômodo aumento do número de praticantes.

Anos depois, grupos delinquentes que impediam os desconhecidos de praticar surfe nas praias regularmente freqüentadas por eles próprios, multiplicou-se.

¹⁴⁷ FORD, Nick; BROWM, David. *Surfing and social theory*. New York: Routledge, 2006.

¹⁴⁸ LOCALISMO no século XXI. *Fluir*, São Paulo, jun. 2005.

Valendo-se de artifícios bastante persuasivos, como, por exemplo, deparar o carro do invasor ou dá-lhe uma surra de intimidação, esses grupos conseguiram afastar os *outsiders* das “suas praias”. Entre os grupos mais famosos cita-se os “Hui” e os “Z-Boys”, nos Estados Unidos, os “Wolfpack”, no Havaí ou os “Braboy”, na Austrália.¹⁴⁹

Desde então a transformação do comportamento localista em expressão de violência tornou-se mais ou menos comum em certos lugares, que, inclusive, se tornaram famosos por conta disso. É esse o caso do Havaí, das Ilhas Canárias, de Cabo Blanco, no Peru e de Lunada Bay, em Palos Verdes, Califórnia. No Brasil, cita-se Campeche, em Florianópolis; Atalaia, em Itajaí, Santa Catarina e o Quebra-Mar, no bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Nesse casos existem, inclusive, relatos de surfistas que foram fisicamente agredidos por adentrarem num território do qual não faziam parte.

Num domingo de março resolvi exercer meu legítimo direito de surfar no Quebra-Mar. Mas antes passei na delegacia. Dois guardas ficaram na areia à paisana. Entrei pelo meio da praia e fui remando pro *outside*. Não queria confusão, apenas surfar no meu dia de lazer. Foi patético. Mesmo estando a mais de 200 metros do pico, um cara que eu nunca vi na vida começou a gritar comigo. “Fora, *haole*. Filho da puta. Sai da água agora. Pode ir saindo. Tu não pode cair aqui...”¹⁵⁰

A presença de uma multidão parece ir dando legitimidade para o “comportamento localista”, que busca nisso objetividade e justificativa. Sob o argumento de que o localismo pode impedir a deteriorização ambiental, a mercantilização do esporte ou a superficialização das relações, tenta justificar-se a prática de monopólio de certos espaços, uma espécie de “localismo do bem”. Alguns, como Nick Carrol, editor da revista americana *Surfing* e consultor editorial da *Australian Surfing Life*, diz que o localismo é algo positivo e necessário no *surf*.

Um surfista local que passou anos e décadas aprendendo as nuances e dedicando-se a um mesmo pico, tem o direito de pegar um número maior de ondas. Segundo ele, ‘quando um surfista estabelece um relacionamento duradouro com uma onda e com o grupo de surfistas que a frequênta, essa conexão resulta numa compreensão profunda do oceano e do *surf*. Isso é especialmente positivo quando você utiliza esse

¹⁴⁹ Algumas dessas gangues já se tornaram temas de cinema. Sunny Abberton dirigiu o filme *Bra Boys*, que fala da experiência australiana. Antes dele, Stacy Peralta dirigiu o documentário “Dogtown and z-boys: onde tudo começou”, que narra a formação do grupo Zephyr (os Z-boys). Logo em seguida, o tema foi alvo ficcional através das lentes de Catherine Hardwicke, que dirigiu o filme *Os reis de Dogtown*.

¹⁵⁰ D’OREY, Fred. A lei do *haole*. *Fluir*, São Paulo, abr. 2004.

amplo conhecimento com um propósito – manter a praia limpa, ensinar os grumetes a surfar, cuidar para que ninguém se machuque na água e principalmente usar sua autoridade pra induzir uma hierarquia saudável no *line-up*, para todos possam pegar uma onda. É quando você usa essa autoridade para um fim egoísta que o localismo se torna corrosivo.¹⁵¹

Em geral, a hostilidade dos surfistas frente aos *outsiders* tenta ser justificada pelo número finito de recursos oferecidos pela natureza, ou seja, as ondas. Na lógica dos surfistas, quanto maior o número de pranchas na água, mais difícil torna-se a tarefa de conseguir surfar uma onda. No dizer do presidente da Associação de Surf de Itajaí: “Não é maldade, é que simplesmente a onda quebra no mesmo lugar, então, se vier muita gente, não tem onde pra todo mundo”.¹⁵² Desse modo e sob este tipo de lógica, certos códigos de conduta, e mesmo certos sistemas de valores, vão-se impondo através da “posse” de um território. Mais uma vez, um texto do colunista e surfista Fred D’Orey comentando as dificuldades surgidas do aumento do número de praticantes, ajuda-nos a capturar tais representações:

Esse crescimento do *surf* só é bom pra indústria, que vende mais *short*, camisa, prancha, revista. E pro surfista profissional, que ganha mais grana de salário e premiação. E só. Pro simples mortal, pro surfista comum, o inchaço do *surf* é uma tragédia. *Crowd* é igual a *stress*. É igual a violência. E a tendência é piorar, pois cada vez mais gente pega onda. Façam as contas. Quantas escolas de *surf* existem por aí? Multiplique pelo número de alunos. É uma quantidade assustadora de novos praticantes [...] vamos todos parar de trazer novos surfistas pra praia por cinco anos. Menos gente no pico é igual a mais onda.¹⁵³

Localismo nas praias cariocas

Tal sentimento se retrata, ainda que de forma mais amena, nas praias do Rio de Janeiro, que se apresentam territorializadas entre alguns grupos de surfistas e que, assim, deixam de ser espaço de domínio público e tornam-se espaços dominados por grupos “locais” (nos seus múltiplos sentidos). Assim, temos como exemplo o “Quebra-mar”, o “pico do Barra Mares”, a “praia do Alfa Barra”, a “laje, ou *point break* do Barra Sul”, na chamada praia da reserva, o posto 9, posto 10, o canto do Recreio, seguindo até a Prainha. Em alguns casos, nota-se que os moradores dos condomínios próximos à praia tornam-se, assim, locais, e a praia torna-se a extensão do condomínio, perdendo, de certa forma, o seu caráter público.

¹⁵¹ *Fluir*, São Paulo, jun. 2005.

¹⁵² *Ibid.*, p. 96.

¹⁵³ D’OREY, Fred. *Crowd*. *Fluir*, São Paulo, set. 2006.

Seguindo a orla da cidade no sentido Zona Sul–Zona Oeste, sua última praia (a Prainha), também possui uma territorialidade histórica e diferenciada. Depois de um episódio em que os agentes locais conseguiram impedir a construção de um *apart-hotel* na região como forma de preservar o local, a presença de pessoas alheias aquele grupo foi, de certa forma, intimidada.

Mas é o Quebra-Mar o lugar mais famoso do localismo carioca. Ali, o sentimento de posse do território conduz o comportamento de alguns surfistas à beira da violência.

Belo dia alguns freqüentadores da praia resolveram ‘fechar’ o pico. Resolveram que a praia era só deles. Resolveram atropelar a lei e a ética e passaram a usar de violência para expulsar qualquer um que não fosse ‘local’[...] Eles simplesmente não querem concorrência na disputa das ondas. Tanto fizeram (porradaria, ameaças, pneus furados, covardias) que ‘privatizaram’ uma praia pública em plena cidade do Rio de Janeiro. E essa história já dura bem mais que dez anos. E nunca mais ninguém caiu lá.¹⁵⁴

Os conflitos também se manifesta entre outros praticantes de modalidades de prancha, onde não parece fácil chegar a um consenso sobre quem deve ter prioridade sobre as ondas, se os *bodyboarders*, os kitesurfistas ou os surfistas. Obviamente, essa indecisão gera desentendimentos.

Ricardo Bocão narra um dia de mal-entendidos entre surfistas e kitesurfistas, protagonizado por ele próprio na Barra da Tijuca. Na ocasião, Bocão surfava com seu filho na altura do posto 2, local razoavelmente distante daquele destinado à prática do *kite*, que acontece nas imediações do posto 5. No entanto, com o vento favorável e com grande afluxo de praticantes, alguns kitesurfistas saíram da área que lhes é reservada e passaram a velejar por toda a extensão da praia. Preocupado com a proximidade dos *kites* e com o risco potencial que suas linhas podem oferecer, Bocão começou a se manifestar.

Com o primeiro kitesurfista vindo na minha direção e na do meu filho, comecei a gesticular com os braços e berrar “Ô, Ô, Ô...”, pedindo que ele passasse por fora da gente [...] Em menos de cinco minutos veio outro, e lá fui eu novamente berrando e balançando o braço direito para o lado, pedindo e indicando que ele passasse por fora. [...] Veio um terceiro fazendo mais ou menos o mesmo trajeto e eu comecei a mesma ladainha.

No fim, “os dois estavam nervosos. Ele foi embora velejando, e eu saí da água”.¹⁵⁵ A alegação dos kitesurfistas é que o fundo de areia da parte que lhes é

¹⁵⁴ D’OREY, Fred. A lei do haole. Fluir, São Paulo, abr. 2004.

¹⁵⁵ BOCÃO, Ricardo. O *surf* é o pai de todos os esportes de prancha. Fluir, [S.l.], maio 2007.

destinada nem sempre encontra-se nas melhores condições. Ao mesmo tempo, há dias em que o vento favorece os deslocamentos. Os surfistas, por seu turno, argumentam que o equipamento pode oferecer perigo. O resultado concreto é que “não há praia para todos”.

Além disso, é possível assistir nas praias discussões em que outros esportes também aparecem como ponto de discórdia entre outros agentes freqüentadores deste espaço, especialmente entre os banhistas. Para compreendermos o motivo de tais discórdias, devemos analisar a praia como espaço multifuncional, devido inclusive à diversidade de agentes freqüentadores, onde, em determinados momentos, os interesses de cada grupo podem se cruzar e daí gerar os conflitos. Além disso, devemos identificar qual a finalidade de cada grupo ao freqüentar esse espaço.

Para o banhista, a praia é espaço de uma lazer menos “radical”, onde ele pode relaxar, conversar ou tomar sol. Daí uma certa preferência pelos dias de sol, principalmente nos finais de semana e, se possível, com o mar sem ondas fortes, ainda mais se acompanhado pela família e com crianças. Assim, ele pode usufruir o espaço em questão, que lhe serve funcionalmente, sem maiores problemas. Já o pescador, mesmo que independentemente de o dia estar ensolarado ou não, prefere também dias com o mar calmo. Nestes, os peixes podem avançar para a beira-mar, sendo mais facilmente fígados pelos seus anzóis. Enquanto os outros dois preferem dias de mar sem ondas, o surfista aparece como único agente que busca ir a praia quando as ondas do mar estão grandes.

O problema aparece quando os interesses dos grupos se sobrepõem. Geralmente isso ocorre quando o mar apresenta ondulações pequenas, mas surfáveis. Nesses dias, tanto as ondas quebram mais perto da areia, fazendo com que os surfistas “invadam” o espaço do banhista, quanto fica mais fácil para o banhista nadar longe da praia, “invadindo” o território do surfista, gerando o conflito. Nessa mesma ocasião, um segundo conflito apurável ocorre entre surfistas e pescadores. Com ondas em torno de meio metro, o mar atende aos dois grupos, porém, ao lançar suas linhas no mar, o pescador “invade” a linha de onda do surfista, oferecendo perigo ao esportista, e do mesmo modo ao banhista.

Ao trabalhar o conflito desses grupos é interessante rever o conceito de territorialidade cíclica e flexível apresentado por Marcelo José Lopes de Souza¹⁵⁶, onde o território se faz, se desfaz e se refaz de acordo com o tempo, que pode variar em horas e dias, fazendo, assim, uma correlação com a entrada do vento ou a variação das marés, em meses e anos, podendo fazer ainda, assim, uma correlação com as estações do ano e as fases da lua, que influenciam na variação das marés e na formação dos fundos de praia que podem mudar de ano para ano, alterando, as características das ondas no local.

¹⁵⁶ SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Mas em última instância, o que parece estar sempre em jogo é o domínio sobre os códigos de tal espaço, gerando uma identidade que se quer capaz de destacar tal ou qual grupo dos demais freqüentadores de um lugar. Dessa maneira, territórios vão sendo demarcados.

Ainda na praia da Barra da Tijuca, para recorrer a um exemplo que extrapola o campo esportivo, pode-se perceber dois territórios claramente distintos, no que toca, seu uso geral ou não especificamente esportivo. O primeiro é o da praia do Pepê (território da população de alta renda e freqüentada basicamente por moradores do bairro) o segundo é a área do “Alfa Barra”, na altura do posto 9 de salvamento (território da população de baixa renda, freqüentada, basicamente, pela população dos bairros suburbanos que tiveram o acesso à praia facilitado pela construção da Linha Amarela).

O nível de segregação entre essas “duas praias” é tão grande que os moradores da Barra da Tijuca, ou seja, “os locais”, criaram uma expressão carregada de preconceito para caracterizar os freqüentadores da “outra praia”: os *yellow*s. Numa clara alusão ao fato de usarem a Linha Amarela como meio para acessar a praia da Barra da Tijuca, a presença dos *yellow*s é restrita a um trecho muito preciso e bem determinado, a saber, aquele que está localizado nas imediações do único terminal rodoviário do bairro – exatamente o trecho das adjacências do Alfa Barra.

A condição existencial de um *yellow* resume-se na sua origem: os subúrbios, onde não existem praias; no seu meio de transporte, o ônibus; e na faixa de areia que freqüentam nos fins de semana, o posto 9. Além disso, ser um *yellow* implica ostentar uma série de símbolos de identidade, geralmente decodificados na expressão de “farofeiros”.

Percebe-se também que os membros de um território nem sempre serão bem vistos ao freqüentarem um outro. “Pessoas do Pepê” no Alfabarra são “*playboys*” e “*patricinhas*”. “Pessoas do Alfabarra” no Pepê são farofeiros e favelados, e caso haja muitos “deles”, a praia está mal freqüentada. Embora não haja, concretamente, nenhum impeditivo para pessoas de qualquer lugar freqüentem qualquer trecho da orla, o rígido código de condutas que define o *habitus* de cada um dos trechos da praia, desestimula, ou mesmo impede, seu uso verdadeiramente indiscriminado. A adoção de determinadas roupas e outros acessórios, a música que é executada nos quiosques, os produtos que são disponibilizados para o consumo e mesmo o preço deles, determinam o perfil do público freqüentador.

Não é por acaso que nas outras praias da cidade vai-se notar territorializações mais ou menos nesse mesmo sentido. Marisol do Valle analisa um processo análogo em Ipanema.¹⁵⁷ Segundo a autora, a abertura do túnel Rebouças nos anos 1960 criou dois grupos claramente distintos, no que toca a freqüência às praias da

¹⁵⁷ VALLE, Marisol R. A província da ousadia: representações sociais sobre Ipanema. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Zona Sul: os “do lado de lá do túnel”, referindo-se aos moradores da Zona Norte, e os “do lado de cá do túnel”, moradores da própria Zona Sul. A permissão à circulação de ônibus pelo Rebouças agravou as tensões, sendo mal recebida pelos moradores “do lado de cá”.

Os habitantes do “além-túnel” quase sempre são tratados com termos depreciativos, carregam um estigma e uma certa discriminação, além de serem representados de maneira estereotipada. O farofeiro é quem leva sanduíche para a praia, dá cambalhota na areia, enterra-se nela, faz uma escultura, em suma, é quem representa a falta de controle dos impulsos e nesse sentido é gente mal educada e incivilizada. A autora reproduz parte de um texto de Carlos Leonam, que diz: “as praias – antes tão curtíveis – perderam aquela quase privacidade, aquele lugar de ponto de encontro, virando um paraíso de ambulantes e pivetes, de farofeiros interurbanos e interestaduais”.¹⁵⁸ Dessa maneira:

Sutis divisões em Ipanema se fazem sentir por meio de sua própria paisagem urbana e pela diferença na qualidade e no preço do comércio, da moradia e dos serviços. De um modo geral, quanto mais próximos do bairro do Leblon, mais caros, luxuosos e seletivos são os produtos e serviços. De modo inverso, quanto mais próximos de Copacabana, mais populares, baratos e acessíveis”.¹⁵⁹

E é assim que determinadas representações vão sendo associadas a determinados territórios: o pobre, o feio, o *gay*, o luxuoso, o alternativo, o vanguardista, o esportivo e assim por diante. Referências territoriais vão expressando valores e crenças e o espaço vai estruturando e ordenando valores e símbolos.

Teoricamente, a grande complexidade que essas formas de apropriação espacial apresenta é o de se tratar de um fenômeno que conjuga, a um só tempo, elementos de reestratificação e de construção de laços de sociabilidade. O documentário *Faixa de Areia*, de Daniela Kallamann e Flávia Lins e Silva (2007), mostra como as praias cariocas são espaços de um sincrético relacionamento entre distintas classes sociais. Ou seja, além da dimensão perversa que tal fenômeno de territorialização expressa, também é responsável pela criação de um conjunto de atributos que são geradores de identidade para os que perfilham tal comportamento.

Dito de outra forma, cada um desses códigos de conduta das diversas tribos urbanas que frequentam os espaços da cidade não representa apenas fontes de agressividade e violência. Esses comportamentos podem ser vistos também como veículos de expressão de um estado de coisas muito particular.¹⁶⁰ Em suma, elas

¹⁵⁸ Ibid., p. 76.

¹⁵⁹ Ibid., p. 66.

¹⁶⁰ COSTA, Pere-Oriol; TORNERO, José M. P.; TROPEA, Fabio. *Tribus urbanas – el ansia de identidad juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violencia*. Paidós: Barcelona, 1996.

encerram o resultado de tensões e contradições mais gerais, sendo, inclusive, a expressão mais acabada e bem definida de um processo de privatização dos espaços públicos que é capaz de gerar um sentimento de pertencimento entre os que compartilham essa cosmologia. Se o *shopping center* tem sido apontado como o lugar que teatraliza o público no interior do privado, poderíamos perguntar o quanto esses usos de determinados espaços públicos não têm sido capazes de teatralizar o domínio do privado no público.

A observação desses comportamentos esportivos no Rio de Janeiro permite-nos visualizar a natureza das novas identidades culturais que se formam no quadro da contemporaneidade. Uma identidade que, seguindo o que ocorre com a própria territorialidade, apresenta-se de maneira cíclica e efêmera.

A observação do sentimento de pertencimento gerado entre esses esportistas, acaba servindo como uma espécie de fresta, por onde é possível perceber que as novas formas públicas de lazer vivenciadas coletivamente constroem redes de sociabilidades organizadas sob a égide de padrões que se diferem, em alguma medida, daqueles que orientaram a sociabilidade característica ao século XX.



AS INSTITUIÇÕES

Com o propósito de tentarmos compreender o significado dos esportes na natureza e os desdobramentos concretos que práticas desse tipo vêm impondo a configuração do próprio campo esportivo, julgamos que seria útil empreendermos uma análise do modelo institucional assumido por esses esportes.

Do mesmo modo como não se poderia compreender o que é uma religião instituída, tal como o catolicismo, sem se estudar em detalhes a estrutura e o funcionamento da organização que o sustenta, no caso, a Igreja Romana, também não se pode elucidar o significado do esporte na sociedade contemporânea sem se examinar as tramas das relações que se tecem no interior e ao redor das instituições que organizam essas práticas.¹⁶¹

Nesse sentido, concretamente, decidimos investigar quantas instituições gravitam hoje em torno das modalidades de esporte na natureza e qual o desenho organizacional assumido por elas.

Porém, – a fim de evitar futuros mal-entendidos, talvez seja pertinente esclarecer algumas motivações para essa etapa das investigações a uma pesquisa das instituições desses esportes –, parece-nos importante, em face do aumento do número de estudos teóricos que têm-se desenvolvido acerca dessas modalidades. Sob este aspecto, é inegável que o próprio aumento do interesse acadêmico já ilustre um processo de popularização a que esses esportes vêm experimentando nos últimos anos. Esse processo de popularização e de difusão massiva de seus símbolos deve-se, entre outras coisas, a estreita interface que esses esportes têm assumido diante do segmento turístico.

¹⁶¹ WACQUANT, Loic. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 31.

E a indústria do turismo tem sido atividade econômica muitíssimo atraente e promissora. Todos os seus números são bastantes promissores. Nesse segmento de mercado, as atividades ligadas especificamente ao consumo simbólico da natureza (o ecoturismo) compõem um subsetor que tem se apresentado como um dos mais dinâmicos. Pode-se mesmo dizer: o de mais rápido crescimento do grande mercado internacional de turismo.

Atividades desse tipo quando aliadas aos símbolos da cultura esportiva parecem potencializar-se ainda mais. Provavelmente, isso se deve ao fato de que todas essas esferas simbólicas – esporte, ecologia e turismo – tornam-se muito adequadas para a comunicação publicitária do mundo contemporâneo. Esses esportes conseguem aliar a idéia de juventude, cultura alternativa e contato com a natureza, coisas muito valorizadas atualmente. Desse modo, os esportes na natureza apresentam simbolismos muito atraentes tanto para a indústria turística, como para a publicitária, quanto para a esportiva.

No entanto, é preciso discernir que o recente desenvolvimento do segmento de turismo de aventura (elemento bastante visível) refere-se a um fenômeno social distinto do desenvolvimento dos esportes na natureza, embora estabeleça, inegavelmente, inúmeras interfaces e semelhanças. Se o desenvolvimento esportivo esteve, de alguma maneira, atrelado, desde os primórdios, ao surgimento do turismo de massa, essas interfaces intensificam-se quando referimo-nos especificamente aos esportes praticados em ambientes naturais.

A popularização da região montanhosa de Chamonix está articulada tanto com o desenvolvimento do montanhismo europeu quanto com a expansão do mercado de turismo. Não por acaso, as estações de montanha foram os primeiros destinos de viagem a criar centros de informações turísticas.¹⁶² Em suma, “a relação de complementaridade entre esporte e práticas turísticas não é um fenômeno recente. Turismo e esporte interligam-se historicamente desde o surgimento dos esportes de inverno nos Alpes, início do século XX”.¹⁶³

Todavia, parece-nos que a articulação ou a diferenciação entre ecoturismo e aventura esportiva tem sido bastante controversa. Tomemos o exemplo do relatório diagnóstico em turismo de aventura organizado pelo Ministério do Turismo. Esse relatório apresenta um mapeamento do número de organizações que oferecem produtos e serviços no segmento de turismo de aventura. Nessa identificação constam organizações de caminhada, 454 canionismo, 275 rapel, 180 escalada, 103 de montanhismo, 87 e técnicas verticais, 68.¹⁶⁴

¹⁶² WEBER, Eugen. *França fin de siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁶³ MASCARENHAS, Gilmar. *A leviana territorialidade dos esportes de aventura*. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003. p. 81.

¹⁶⁴ BRASIL. *Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura*: relatório diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2005. p. 14. Para ler alguns comentários sobre o processo de normalização e certificação do turismo de aventura, atualmente em curso no Brasil ver também ABREU, José Augusto Pinto; TIMO, Gustavo Fraga. *Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil*. In: UVINHA, Ricardo (Org.). *Turismo de aventura*: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 43-70.

Se é correto diferenciar essas atividades do ponto de vista turístico, numa perspectiva esportiva as atividades exemplificadas constituem a mesma atividade, mais abrangente e unificada: o montanhismo. Pois qual seria a diferença entre rapel, escalada, montanhismo, caminhada e técnicas verticais? São todas atividades que envolvem técnicas e equipamentos englobados dentro do esporte montanhismo que diz respeito a práticas esportivas realizadas em ambientes de montanha. Nesse caso, os dados apresentados não constituem fonte de relevância para a condução de estudos que pretendam investigar, especificamente, o campo esportivo dessas atividades.¹⁶⁵

A importância na diferenciação desses dois setores pode ser explicada recorrendo-se a um exemplo bem corriqueiro. Imaginemos um turista realizando um rapel num fim de semana. Os sentidos atribuídos por ele a essa vivência de lazer, efêmera e pontual, provavelmente divergiriam dos sentidos que seriam atribuídos a essa mesma atividade quando realizada por um montanhista – considerando, é claro, que estamos no nível das especulações. Nesse caso, não se trata de desqualificar um em detrimento do outro. A questão é saber definir o que se pretende realmente compreender: se o fenômeno turístico ou o esportivo. Do mesmo modo, os vínculos associativos e as redes de sociabilidade produzidas no interior de uma instituição especificamente esportiva tendem a ser bastante diversos daqueles gerados no interior de um empreendimento turístico.

Geralmente, a diferenciação entre esses dois grupos de praticantes, bem como suas motivações iniciais, baseia-se numa possível disparidade estruturante assumida pela atividade, isto é, se de caráter predominantemente comercial ou esportivo (como se este último não envolvesse comercialização). Ainda que esse critério seja válido e razoavelmente operacional, deve-se sempre salvaguardar o fato de que a cadeia produtiva ligada às atividades esportivas envolve algum grau de comercialização, seja através da venda de equipamentos, seja através de oferecimento e venda dos serviços de iniciação esportiva. Logo, esse costumeiro critério mostra-se bastante subjetivo.

Lembremos que historicamente, o desenvolvimento do campo esportivo sempre esteve articulado com uma ampla cadeia de oferecimento de produtos e serviços. O desenvolvimento do ciclismo esteve organicamente ligado a comercialização das próprias bicicletas, pneus e venda de jornais. Aliás, a criação de algumas provas tradicionais do ciclismo, como o Tour de France, foi mesmo uma iniciativa da família Michelin, preocupada em divulgar seus novos produtos, associados a proprietários de jornais, interessados em notícias atraentes que estimulassem a venda de jornais.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Pelo mesmo motivo, o mesmo poder-se-ia dizer dos dados referentes à frequência de práticas de determinadas modalidades ou do percentual médio de práticas em parques nacionais e estaduais – Brasil, op.cit.

¹⁶⁶ WEBER, Eugen. **França fin de siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Portanto, embora a diferenciação entre esporte e turismo não seja fácil, é importante destacar essas pequenas problematizações, mas apenas com um caráter introdutório, já que isso nunca constitui o propósito dos nossos trabalhos. Nosso objetivo aqui é apresentar as instituições esportivas ligadas aos esportes na natureza.

Ainda devemos esclarecer uma aparente contradição. No capítulo Conceitos, havíamos mencionado a intenção de extrapolar o ambiente institucional esportivo, através da tentativa de se aproximar de espaços mais micro-sociais, focando nos agentes propriamente ditos. Agora, apontamos uma etapa do estudo destinada à dimensão institucional dos esportes na natureza. No entanto, como dissemos, a contradição é apenas aparente. Nosso foco de interesse permanece no nível da experiência e um olhar sobre as instituições em nada contraria. Nesse caso, as instituições estarão sendo compreendidas como instâncias privilegiadas onde a ação esportiva desses atores se inscreve. Em outras palavras, a dimensão institucional desses esportes estará sendo abordada como um meio de efetivação histórica dessas subculturas esportivas; lugar onde um emaranhado de idéias e convicções se organiza e ganha corpo palpável.

Ao mesmo tempo, trata-se de algo longe daquelas críticas que sumariamos também no capítulo Conceitos a respeito desse tipo de conduta investigativa no esporte em geral. Aqui não se perde de vista – e isso é o mais importante – disputas, conflitos e negociações. Pretende-se mesmo, apreender tais instituições como espaços sociais eivados de tensões.

Nessa perspectiva, resolvemos catalogar suas principais instituições. Mais especificamente, concentramo-nos nas organizações do montanhismo e de maneira um tanto marginal, do surfe, tentando compreender sua estruturação básica, seu organograma e suas regras, a fim de saber quais as possíveis determinações que tais modulações exercem sobre esses comportamentos esportivos.

Mapa institucional

Em abril de 2002, foi criada em São Paulo a Associação Brasileira de Esportes de Aventura (ABEA). Entidade sem fins lucrativos tem a finalidade de reunir os diversos segmentos de cada esporte de aventura, a fim de promovê-los e divulgá-los. Em julho do mesmo ano era criada a NATURESPORTE (Associação Brasileira de Esportes na Natureza), sediada em Florianópolis, Santa Catarina, com objetivos semelhantes.

Outrossim, iniciativas institucionais para organizar práticas dessa natureza não chegam a constituir algo muito original. Há bastante associações, clubes, federações e confederações que se fazem presentes na prática de esportes na natureza tempo, e nesse sentido, o montanhismo apresenta-se como grande precursor,

tendo sua primeira associação fundada em 1857, na Inglaterra, a qual seguiram-se muitas outras iniciativas análogas nos países vizinhos.¹⁶⁷

A idéia de fundar uma entidade que se encarregasse de organizar e divulgar o montanhismo foi algo sempre presente. O número de entidades, clubes e outras associações existentes por todo o mundo ilustra bem esse processo. Somente a Federação Francesa de Clubes de Alpinismo e Montanhismo (Fédération Française de la Montagne et de l'Escalade - FFME), fundada em 1901, registra atualmente mais de 1100 clubes em todo o país, sendo o mais antigo destes o Clube Alpino Francês, criado em 1874 e ativo hoje. A Federação Espanhola de Esportes de Montanha e Escalada (Federación Española de Deportes de Montaña y Escalada - FEDME), de 1922, representa um coletivo de entidades e pessoas que, somadas, chegam a mais de 1300 clubes e 70 mil associados.

Além da fundação dos clubes e federações de alpinismo na Europa, tem-se, em 1932, a criação de uma iniciativa internacional: a União Internacional de Associação de Alpinismo, a UIAA (Union Internationale des Associations d'Alpinisme - Internacional Mountaineering and Climbing Federation). Atualmente, é essa a entidade internacional oficial responsável pela organização do esporte em todo o mundo. Ela já conta com mais de 90 entidades associadas num total de mais de 60 países.¹⁶⁸

Especificamente no Rio de Janeiro, encontraremos inúmeras entidades de caráter esportivo responsáveis pela organização e divulgação desse esporte na cidade, sobretudo clubes de excursionismo¹⁶⁹. Dentre esses empreendimentos,

¹⁶⁷ DIAS, Cleber; MELO, Victor; ALVES JUNIOR, Edmundo. Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. *Revista Portuguesa de Ciência dos Desportos*, [S.l.], 2007.

¹⁶⁸ Diferente de outros órgãos esportivos internacionais, como a FIFA (Federação Internacional de Futebol), por exemplo, a UIAA admite mais de uma entidade representante de um mesmo país. Desse modo, alguns países possuem, duas, três e às vezes quatro associações filiadas a entidade. Isso explica a diferença entre o número de instituições associadas e o número de países participantes.

¹⁶⁹ É preciso registrar que, apesar de muitos clubes evocarem em seu nome a palavra excursionismo, as atividades a que eles se dedicaram desde o começo, bem como os sentidos e significados atribuídos a essas atividades sempre disseram respeito ao que hoje é popularmente chamado de montanhismo. A própria UIAA reconhece a variedade de termos para designar estas práticas. E pelo fato do seu desenvolvimento ter ocorrido primeiramente nos Alpes europeus, o designio alpinismo foi o que se popularizou mais rapidamente. Inclusive, é este o termo que dá nome a entidade internacional do esporte. No entanto, com a difusão internacional do esporte, este começou a ocorrer nos Andes, no Himalaia e em outras formações rochosas diversas, dando início ao surgimento de uma série de neologismos como andinismo, himalaianismo ou montanhismo. No Brasil, chegou-se a usar os nomes rochedismo, escaladismo e marumbinismo. Porém, e apesar disso, o termo montanhismo pode facilmente ser usado de maneira mais abrangente, pois, para além das especificidades regionais, consegue descrever, de maneira mais genérica, o ambiente físico comum a todos, isto é, a montanha.

¹⁷⁰ Mais tarde apareceriam o Clube Andino de Bariloche (1931), o clube Andino do Chile (1933) e o Clube Andino Boliviano (1939). Anos depois, geralmente ao longo da década de 90, muitos desses clubes dariam início a federações nacionais de esportes de montanha como é a Federação Argentina de Ski e Andinismo, a Federação de Andinismo do Chile ou a Federação Boliviana de Ski e Andinismo.

destaca-se o Centro Excursionista Brasileiro (CEB), fundado em 1919, constituindo iniciativa pioneira em toda a América Latina.¹⁷¹

Desde os primórdios aquelas associações assumiram uma modulação tipicamente clubística. No Rio de Janeiro, durante a década de 1930, divergências internas levaram a uma dissidência do CEB e a fundação de um outro clube, o Centro Excursionista Rio de Janeiro (CERJ). Outras iniciativas análogas começaram a surgir pela cidade. Alguns clubes não conseguiram sobreviver muito longa e foram fechando (caso do Clube Alpino do Grajaú).¹⁷¹

De todos os clubes que foram fundados, apenas cinco conseguiram manter-se em funcionamento até hoje: o Centro Excursionista Brasileiro, o Centro Excursionista Rio de Janeiro, o Clube Excursionista Carioca (CEC), fundado em 1946, o Clube Excursionista Light (CEL), de 1957 e o Centro Excursionista Guanabara (CEG), fundado em 1959. No Estado, encontraremos ainda o Centro Excursionista Friburguense (CEF, de 1932), o Centro Excursionista Petropolitano (CEP, de 1958), o Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN, de 1962), o Centro Excursionista Teresopolitano (CET - 1998) e mais recentemente o Clube Niteroiense de Montanhismo (CNM), criado em 2003.

Todos esses clubes se autoproclamam guardiões de uma série de antigas tradições. Fazem questão de manter determinados hábitos e rituais, além de reproduzirem discursos acerca do amadorismo e da dimensão afetiva e fraternal em torno da participação nos clubes. Nesse sentido, tornar-se alpinista significa “juntar-se a uma sociedade auto-suficiente, de um idealismo ferrenho, mas quase ignorada e surpreendentemente resguardada do grande mundo”¹⁷².

Exemplo da vitalidade desses ideais pode ser observado com relação ao tratamento dedicado aos montanhistas que se tornaram profissionais, ou seja, que resolveram tentar extrair lucro das suas atividades, contestando a validade dessas idéias. São atitudes, que em geral, produzem polêmicas e controvérsias. Esportistas como Steph Davis, que tem patrocínio para realizar viagens e expedições, cheguem até mesmo a serem chamadas de “vendidas”.

Ela é paga para viajar pelo mundo fazendo aquilo que adora: treinar, escalar e ocasionalmente dar uma força à Patagônia no desenvolvimento e planejamento de produtos. Só tem um probleminha. Desde que se juntou à Patagônia, ela teve que se reconciliar com sua crença de que a escalada, além de ser uma “trilha pura de alegria espiritual”, é também um negócio. “Para ser um atleta profissional, é preciso se vender e convencer todo mundo que você é demais” [...] Nem todos do mundo das rochas acreditam em sua humildade. Alguns

¹⁷¹ LUCENA, Waldecy Mathias. *História do montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

¹⁷² KRAKAUER, Jon. *No ar rarefeito*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 32.

reclamam que ela só sabe se autopromover e não tem habilidade para fazer valer a sua palavra. “Não dá nem para mencionar o nome dela na presença de Beth Rodden” [...] Outros apontam essa negatividade como pura inveja. “Os profissionais podem ser alvos fáceis”, explica Jimmy Chin, um fotógrafo de aventura que escalou com Stephen a torre Tahir, no Paquistão, em 2000. “Escaladores falam merda sobre os colegas o tempo todo, mas é possível contrabalançar a exposição com a escalada e preservar a alma mesmo trabalhando para uma empresa”. Pelo menos por enquanto, Stephen concorda. “Eu mesmo tenho sentimentos negativos a respeito do marketing, mas esse é o meu trabalho e minha vida, e eu adoro”¹⁷³.

No Rio de Janeiro, foi só recentemente que surgiu uma associação que, em alguma medida, incorpora outro tipo de concepção de escalada, forjando, inclusive, uma nova mentalidade esportiva para a modalidade. É esse o caso da Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro (AGUIPERJ), criada em 2001¹⁷⁴. A fundação dessa entidade marca a consolidação de um personagem que não existia até bem pouco tempo atrás na cidade: o guia profissional.

O surgimento dessa figura vai evidenciando a cristalização de novas influências no esporte. Essas influências podem ser descritas como o aparecimento de uma tendência a relações contratualmente estabelecidas, onde o guia contratado e pago pelo cliente, tem um dever meramente profissional e contratual na condução de alunos pagantes. Amiúde, possuiu interesses eminentemente financeiros com sua atividade, rompendo com a tradição amadorística dos clubes. Não por acaso, o momento em que o profissional aparece no Rio de Janeiro com as primeiras escolas de escalada (início dos anos 1980), é o mesmo em que uma nova concepção de montanhismo, e particularmente de escalada vai-se fixando não apenas no Rio de Janeiro, mas no plano internacional. Trata-se, nesse caso, da escalada esportiva, inclusive, com o surgimento de uma federação na França dedica especificamente a esta modalidade.¹⁷⁵ Aliás, esta será também outra particularidade, pois nota-se uma ênfase desse grupo numa concepção técnica de escalada diferenciada. Trata-se do destaque para a escalada esportiva¹⁷⁶.

¹⁷³ A DAMA das rochas. *Go Outside*, São Paulo, n. 19, dez. 2006. p. 132.

¹⁷⁴ Um outro exemplo na mesma direção é a aparição de associações de natureza diferenciada daquela presente nos clubes, como é o caso da Associação de Amigos da Zona Oeste.

¹⁷⁵ GLORIA, Aurélien; RASPAUD, Michel. Émergence des compétitions d’escalade en France (1980 – 1987): genèse d’une offre fédérale. *Staps*, Paris, n. 71, p. 99-114, 2006.

¹⁷⁶ A escalada esportiva caracteriza-se por ser praticada normalmente em pequenas paredes e com proteções muito próximas o que, em tese, garantiria maior segurança, liberando o esportista para desafios técnico-atléticos maiores do que aqueles possíveis numa longa escalada. Pode-se dizer, inclusive, que se enfatiza o detalhe e não a escalada como um todo.

Com o incremento do mercado em torno dessas práticas, a proliferação de lojas de equipamentos esportivos, o avanço técnico e tecnológico (que facilita seu aprendizado e sua prática), os tradicionais clubes foram perdendo o monopólio que exerciam sobre o esporte e passam a dividir espaço com praticantes que acessam a modalidade por outras vias que não os clubes. Algo inimaginável até o fim da década de 1970.

Nesse caso, alunos que se socializam no universo do montanhismo por intermédio daquelas relações contratuais, onde não há, necessariamente, continuidade no vínculo entre aluno e professor. Uma vez aprendida a técnica, o aprendiz não tem uma instituição para freqüentar, como acontece no aprendizado no interior dos clubes.

Do mesmo modo, e até por isso, não haverá garantia da reprodução de tradições e ideologias dominantes no mundo da escalada. Os novos praticantes tendem a não compartilhar as mesmas concepções e visões de mundo daqueles esportistas iniciados na atmosfera dos clubes. Em alguns casos, pode até mesmo acontecer de os novos praticantes descumprirem o acordo tácito que garante o equilíbrio de forças e confere legitimidade a determinadas convenções comportamentais do montanhismo.

Em outras palavras, por não estarem imbuídos dos mesmos ideais, pode ser que haja um desrespeito à ética do montanhismo. Esta ética pode ser ferida por discordância, falta de conhecimento ou, o que é mais emblemático ainda, por puro desprezo.

Esse quadro traz implicações importantes para a configuração do esporte. O característico processo informal de criação de regras do montanhismo, visa, paradoxalmente, garantir a liberdade e a espontaneidade dessa prática.¹⁷⁷ O estabelecimento de uma ética funcionaria como uma espécie de cordão de isolamento que afastaria quaisquer interferências externas ao grupo. Isto é, ao elaborarem, através dos seus usos e costumes, um conjunto mínimo de diretrizes comportamentais a que se chama ética, os montanhistas estão tentando garantir um certo tipo de retratação pública respeitosa e que projete para o conjunto da sociedade uma imagem de austeridade, sobriedade e seriedade. Nesse sentido, pretende-se sempre a imagem de um esporte seguro e de risco calculado. Desse modo, acredita-se desestimular tentativas de normatização entre os leigos, que podem ver tais atividades como suicidas ou loucas.

Esse contexto geral vai explicar, em parte, as diferenças ou a “grande divisão” que pode existir entre os diferentes grupos desse esporte. De um lado, os participantes de clubes, que se declaram adeptos do “montanhismo tradicional”.

¹⁷⁷ DONNELLY, Peter. The great divide: sport climbing vs. adventure climbing. In: RINEHART, Robert; SYNOR, Synthia (Ed.). *To the extreme: alternative sports, inside and out*. New York: Suny, 2003. p. 291-307.

Do outro, os “escaladores independentes”, que não possuem vínculos com nenhum tipo de associação. Muito freqüentemente, pessoas desse último grupo são vistas por integrantes do outro grupo como esportistas ilegítimos, filhos bastardos que não dominam adequadamente as técnicas de segurança e que, por nunca terem se submetido a um processo mais formal e sistemático de iniciação (cursos básicos de formação oferecidos pelos clubes, cuja experiência e tradição garantiriam elevado *know how*), “não sabem o que estão fazendo” e podem facilmente se envolver em acidentes ou ter condutas que contrariam a ética da montanha, “queimando o filme dos montanhistas de verdade”.

Dessa forma, o sistema de convicções do escalador independente, com todas as suas próprias concepções sobre o esporte, tende a diferir razoavelmente daquele sistema de referências praticado pelos esportistas ligados a alguma instituição.

Portanto, estamos chamando de “montanhistas independentes”, não aqueles que se iniciaram nos clubes e depois deixaram de freqüentá-los. Estamos chamando por esse nome praticantes que aprenderam o esporte fora dos clubes e em alguns casos, desconhecem sua existência, de modo que não compartilham uma série de pressupostos que há muito fazem parte do cotidiano daqueles. Por vezes, quando tem-se notícia da existência dos clubes, estes passam a ser vistos como sinônimos de conservadorismo e ortodoxia, um “lugar de gente careta”.

Esse quadro habilita-nos a falar de “dois montanhismos” no Rio de Janeiro: um, através dos clubes e um outro que se realiza por outros canais, absolutamente alheios a qualquer nível de institucionalização. Expondo as fissuras entre essas visões de mundo, pode-se citar um lúdico cartaz afixado na cantina do Centro Excursionista Brasileiro onde se lê: “o turismo é o irmão granfino do montanhismo proletário”.

Curiosamente e a despeito das diferenças, no Rio de Janeiro, “profissionais” e “amadores” farão parte de um mesmo círculo de relações. É possível que o aparecimento de esportistas independentes a partir de meados dos anos 1980 tenha induzido a essa aliança. Nesse caso, a existência de um terceiro elemento estranho a ambos, pode ter exigido uma combinação entre a rígida moral amadorística dos clubes e os princípios profissionais, contratuais, economicistas dos escaladores profissionais. Entre esses dois últimos grupos pode existir, inclusive, quem transite efetivamente entre eles, integrando simultaneamente o quadro dos clubes e da AGUIPERJ. Em conjunto, esses dois grupos integram uma mesma rede institucional, onde a disputa pela determinação da legitimidade e da autenticidade está dirigida a outros fóruns, aos quais se incluem “os independentes”, os praticantes ocasionais, os turistas ou os “rapeleiros”.

Toda essa reconfiguração a que o esporte se submetia impôs algumas mudanças. Por volta da primeira metade da década de 1990, entre os clubes, geriu-se uma iniciativa coordenada para a recuperação de cabos de aço em algumas

antigas vias de escalada do Estado, notadamente as do Dedo de Deus.¹⁷⁸ Desde então, seguiram-se encontros com outras finalidades.

Na mesma época começaram a aparecer iniciativas de “perfurar agarras na rocha” (fazer buracos que facilitassem a realização de certas escaladas). Embora movimentos desse tipo estivessem em curso na Europa, sobretudo na França, nunca fora algo consensual entre os montanhistas. No Rio de Janeiro, em especial, já se tinha publicado até mesmo uma “Manifesto da Escalada Natural”, que propugnava exatamente o contrário disso: a prática do esporte com o menor número possível de apoios artificiais.

A fim de coibir tais práticas – avaliadas como abusivas e “antiéticas” – organizou-se o “Interclubes”, uma reunião formal ou um fórum permanente de discussões entre todos os clubes de montanhismo da cidade e outros interessados na organização do esporte, tal como alguns dos principais guias profissionais da época. Com o tempo, o encontro foi ganhando cada vez mais representatividade. Uma das principais decisões tomadas a partir daí foi a recomendação para que os guias profissionais formassem uma associação junto aos clubes, e com isso pudessem formar uma federação de montanhismo. Essa sugestão culminou na AGUIPERJ. O projeto de uma federação efetivou-se em 2000.

No caso do surfe, tem-se, em âmbito internacional, a Associação Internacional de Surfe (Internacional Surfing Association - ISA), responsável pela organização dos eventos e competições do surfe profissional e amador. No nível nacional, testemunha-se a criação da Associação Brasileira de Surfe Amador (ABRASA) em 1987. Onze anos depois, em 1998, seria criada a Confederação Brasileira de Surf, sucedânea legal da ABRASA. Também filiada à confederação brasileira, tem-se a Associação Brasileira de Surf Profissional (ABASP).

Numa dimensão mais regional, a Federação de Surf do Estado do Rio de Janeiro (FESERJ), responsável pela organização de competições em todo o Estado, cuida, em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio, da regulamentação das “escolinhas e surfe” que atuam nas praias cariocas.

A Federação conta basicamente com quatro filiadas: a Associação de Surf de Búzios, Associação de Surf da Barra da Tijuca, Associação de Surf de Niterói, Associação de Surf de Saquarema e o Recreio Surfe Clube. Em seu calendário configuraram uma infinidade de competições. Diferentemente do que ocorre no montanhismo, no caso do surfe é essa dimensão competitiva que mais se destaca no âmbito institucional-federativo do esporte.

Além da Federação e dessas associações, o surfe tem outros “espaços institucionais” que o dotam de certa particularidade. Nele, existe uma configuração institucional que não é exatamente um clube, mas que, ao mesmo tempo, reproduz de certa forma a lógica dos espaços associativos. Trata-se das escolinhas de

¹⁷⁸ O Dedo de Deus é um pico situado na cidade de Teresópolis, interior do Estado, e que compõe o complexo de montanhas da Serra dos Órgãos, região com farta disponibilidade de escaladas.

surfe. Essas constituem um fenômeno que cresceu vertiginosamente nos últimos anos e que merece estudos mais aprofundados.

* * *

Um conhecimento mais pormenorizado dessas instituições – que, como vimos, têm um campo bem estruturado – pode oferecer subsídios para futuras investigações nesse sentido. Interpretações como as que acabamos de apresentar parecem confrontar-se com a idéia de que esses esportes são praticados de maneira espontânea, informal ou desregulamentada. Parece-nos bastante razoável entender que a organização institucional burocrática desses esportes não só existe, como é ampla e complexa. A existência de normas e regulamentos de conduta, por vezes bastante rígidos, contraria esses entendimentos.

Essa regulamentação pode assumir um caráter mais informal – caso da ética montanhista, que é enormemente determinada pelos usos e costumes da própria comunidade. Apesar disso, o caráter normativo dessas regras não deve ser menosprezado. Recentemente, houve grande polêmica envolvendo a escavação de agarras numa via de escalada em Itacoatiara, Niterói (inclusive, ficou conhecida¹⁷⁹ como “Buraco do Cuzão”). As críticas foram tão intensas e impiedosas que o artífice das agarras decidiu, com espantosa presteza, desmontar a via retirando-lhes todos os grampos.¹⁸⁰ Há também a formulação mais sistemática, como o registro de um código de ética; a organização de comissões e grupos de trabalho ou ainda a criação de leis proibitivas como acontece na Inglaterra.

Ainda assim, poder-se-ia argumentar, de maneira até relativamente aceitável, que essa dimensão burocrática institucional diz respeito a uma parcela minoritária na composição desses esportes e que muitos dos seus praticantes (mesmo os mais regulares) não possuem nenhum tipo de vínculo associativo com nenhuma das entidades que foram aqui apresentadas. Poder-se-ia dizer, que o número de surfistas “independentes é esmagadoramente superior do que aqueles ligados a esses órgãos.

No entanto, a questão não é de ordem meramente quantitativa ou estatística. O ponto nodal de toda essa discussão é que no âmbito de uma sociedade do espetáculo, onde todas as relações sociais são mediadas por imagens,¹⁸¹ aquele esporte de alto nível, com uma dimensão predominantemente performática, praticado de maneira intensa e acrobática, que leva seus praticantes aos limites do desafio

¹⁷⁹ É uma tradição no montanhismo que a pessoa que conquiste uma nova via de escalada tenha o direito de determinar sua trajetória e seu nome. Chama-se isso de “*direito autoral de conquista*”. Na prática, não se trata de um direito, mas de um princípio ético. Esse princípio reza que nenhuma via de escalada pode sofrer alterações sem a autorização do seu conquistador. E embora este seja “autorizado” a fazê-las, não é de bom grado que isso seja exagerado.

¹⁸⁰ VIACRUX. *Buracos do c... cavada, drogada e prostituída*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

¹⁸¹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

técnico e físico assume uma dimensão preponderante – capaz de influenciar mesmo aqueles alheios a essa atmosfera.

Quem oferece o modelo esportivo a ser seguido é o esporte praticado sistematicamente por uma minoria de indivíduos obstinados. Ainda mais se considerarmos a farta e onipresente difusão da imagem pelos meios de comunicação do esporte praticado por esses esportistas. A presença insistente dessas imagens acaba reforçando todo o imaginário popular em torno dessas atividades.

As fotografias divulgadas nas revistas especializadas não retratam um cidadão comum surfando convencionalmente uma onda regular de uma praia corriqueiramente freqüentada por outros cidadãos comuns. Essas fotografias divulgam imagens de homens (quase nunca mulheres) quase-heróis enfrentando ondas poderosíssimas, de muitos metros de altura num balneário longínquo e desconhecido, em algum lugar do Oceano Pacífico. Do mesmo modo, quase não se divulga a impressão pessoal e as sensações desencadeadas em um profissional liberal qualquer por ter alcançado o alto de uma montanha. Ao invés disso, divulgam-se minuciosas descrições de expedições arrojadas a lugares inóspitos.

Na medida em que os esportes na natureza não mobilizam uma massa de espectadores, mesmo quando praticado de maneira competitiva e transmitido por canais de televisão, sua prática ou a assistência de suas competições só consegue atrair um público muito particular. Logo, nos dias de hoje, o canal de acesso mais poderoso a essas culturas esportivas é o espetáculo imagético que elas proporcionam. A TV, o cinema, as revistas especializadas e a publicidade parecem as principais vias de entrada a esse universo simbólico carregado de valores.

Ainda que possamos conviver diariamente com esses esportistas (Como no caso da população do Rio de Janeiro), que se já se acostumou a dividir determinados espaços com alguns desses praticantes), onde o fascínio e a admiração, se desdobram e se consolidam num imaginário desejante por essas vivências, pode ser tributada. Diferentemente do que ocorre com o futebol, a herança dessas mentalidades esportivas não é transmitida de pais para filhos ou através do contato direto com essas práticas, seja através da adoção do estilo de vida esportiva, seja através da assistência das suas competições. Ao menos não, predominantemente. Inversamente, o desejo e a paixão por essas práticas (que não necessariamente, transformam o admirador em praticante) são transmitidos por vias mais pessoais, como os anúncios publicitários. Dito de outra forma, muitas das pessoas que consomem artigos esportivos ligados a essas modalidades, nunca entraram em contato com elas, nem como praticantes, nem como espectadores.

Para o espetáculo dos veículos de massa, interessa apenas os grandes feitos esportivos, realizados por aqueles praticantes mais ávidos, que se dedicam de maneira quase integral a sua prática, que, enfim, consagram quase todo o seu tempo disponível à prática dos seus esportes preferidos, mesmo que de maneira amadorística, (sem remuneração).

E é nesse sentido que a concepção esportiva adotada como modelo hegemônico é aquela vinculada as suas instituições. Somente nas instituições encontramos praticantes com perfil e com capacidade técnica de realização dos feitos adequados à linguagem midiática. É esse tipo de praticante, portanto, aliado e integrado a uma poderosa indústria da cultura, o principal responsável (direta ou indiretamente) pela popularização desses esportes enquanto um símbolo de consumo. São estes os esportistas capazes de fitar a atenção estupefada de um sem-número de espectadores ávidos por proezas cada vez mais arrojadas e mirabolantes. Eles parecem, inclusive, capazes de influenciar uma legião de ecoturistas rumo a uma repetição das aventuras esportivas testemunhadas por intermédio dos meios de comunicação.

Devemos insistir para que nada disso esvazie o interesse pelas formas de expressão e atribuição de significados que ocorrem fora desses círculos institucionais. Ao contrário, seria interessantíssimo saber como se dão as acomodações, apropriações e transculturações entre essas esferas esportivas e aquelas formadas por outros grupos. Conhecer as inúmeras formas possíveis de encarar e relacionar-se com o esporte é tarefa grande demais. Da nossa parte, limitamo-nos a tentar pensar uma delas, que é a das instituições, e mesmo assim, de forma bastante parcial, já que são muitos os conflitos no seu interior.



○ VÔO LIVRE NO RIO DE JANEIRO: UMA VISÃO PANORÂMICA¹⁸²

“Quando você tiver provado a sensação de voar, andar­á na terra com os olhos voltados para o céu, onde esteve e para onde desejar­á voltar.”

(Leonardo da Vinci)

A atual configuração do sistema econômico mundial apresenta o lazer, a indústria do entretenimento que gravita ao seu redor, como um dos segmentos mais promissores do mercado de serviços.

Diante desse quadro de crescente expansão, o Brasil apresenta-se como uma das regiões com maior potencialidade de desenvolvimento no setor. Isso porque possui, reconhecidamente, algumas características que o colocam em uma posição privilegiada. Dentre essas menciona-se a exuberante beleza natural de seu território e o já consolidado imaginário popular sobre seu povo, sempre cordial e notavelmente hospitaleiro.

Não por acaso, os investimentos nacionais no setor não param de crescer. Segundo dados do Empresa Brasileira de Turismo, a EMBRATUR, os investimentos privados em novos projetos turísticos nos últimos anos somaram US\$ 6 bilhões, gerando 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, estima-se que apenas 20% do potencial turístico do país são aproveitados.¹⁸³

¹⁸² Texto baseado no artigo publicado na revista *Lecturas em Educacion Fisican*, [S.l.], n. 105, fev. 2007.

¹⁸³ WERNECK, Christianne; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder. *Lazer e mercado*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Contudo, esses elementos “potenciais” podem-se tornar ainda mais notáveis se levarmos em consideração um promissor e recente ramo do turismo que se encontra em fase de franca expansão e que envolve parcelas cada vez mais amplas da sociedade: o ecoturismo.

O ecoturismo faz parte de um processo de ampliação no número de segmentos do mercado turístico que pode ser atribuído à tendência de superespecialização observada no setor. A principal peculiaridade desse processo é, fundamentalmente, a adjetivação das práticas turísticas tradicionais, criando assim, novas modalidades: turismo ecológico, religioso, cultural, rural, turismo esportivo etc.

A disseminação do turismo ecológico está ligada ao consumo de conteúdos simbólicos da natureza. Com a emergência do ecologismo como um movimento social organizado – fenômeno observável a partir do final da década de 1960 – todas as questões ligadas ao meio ambiente entraram, definitivamente, na pauta política oficial.

Com isso, a questão ecológica passou a integrar discussões de áreas diversificadas. No turismo, esse impacto pode ser percebido através da vertiginosa expansão deste, que segundo Mascarenhas “é o segmento de mais rápido crescimento no mercado internacional de turismo”.¹⁸⁴

A expansão desse segmento específico está organicamente associada ao processo social de hiper valorização do discurso ecológico. Este último, por sua vez, foi fortemente promovido pela espetacularização da latente e onipresente tragédia ambiental, através dos típicos mecanismos sensacionalistas da mídia.¹⁸⁵ Esse processo, aliado ao intenso trabalho das entidades ambientalistas, elevou as questões ecológicas ao patamar de grave problema social, criando uma representação coletiva de apego e preocupação com a natureza que se manifesta no desejo generalizado de estar junto a ela.

Em parte, isso vai explicando esse súbito interesse em estar próximo à natureza que, por conseguinte, aumenta a demanda do turismo ecológico. Soma-se a isso, um outro processo, que diz respeito à injeção do já rentável mercado ecoturístico ao não menos promissor mercado da aventura esportiva.

Essa injeção está expressa nas práticas esportivas na natureza; os esportes na natureza. A necessidade de uma geografia acidentada para prática e um imaginário ricamente permeado pelo risco, aventura e incerteza, cria nesses esportes, uma predisposição intrínseca para viagens rumo ao desconhecido. Esses esportes são, em si mesmo, um convite ao turismo.

As empresas ligadas ao segmento dos esportes na natureza tentam, a todo o custo, se aproveitar dessas representações. Recentemente, uma empresa ligada à

¹⁸⁴ MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003. p. 75.

¹⁸⁵ GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental*. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

fabricação de equipamentos para o surfe, a “Mormaii”, inaugurou uma campanha publicitária que consiste na organização de uma expedição que, de acordo com os dizeres da propaganda, “viaja para as mais diversas regiões em busca de condições para que os nossos atletas possam interagir com a natureza na sua forma mais intensa, testando seus limites e [evidentemente] nossos produtos”.¹⁸⁶ Os objetivos das novas linhas de produto explicitados na mesma propaganda também ilustram bem essa apropriação quando dizem: “para melhor interagir com o planeta a ‘Mormaii’ lançou uma nova e revolucionária linha de sandálias”.¹⁸⁷

As características dessas práticas esportivas permitem a justaposição e congregação de três rentáveis símbolos de consumo: ecológico, turístico e esportivo. A justaposição entre esporte e turismo, e ainda mais especificamente entre os esportes na natureza e o ecoturismo, pode permitir um considerável incremento na economia desses segmentos.

Nos Estados Unidos, um quarto de toda a receita turística já é gerada pelo esporte. No Brasil, estima-se que os esportes na natureza atinjam 500 mil praticantes e 5 mil empresas, gerando 30 mil empregos no setor ecoturístico.¹⁸⁸

A relação de complementaridade entre esporte e práticas turísticas não é um fenômeno recente. Turismo e esporte se interligam historicamente desde o surgimento dos esportes de inverno nos Alpes, início do século XX. Mas o turismo esportivo como uma entidade em si mesma apenas emerge nos anos 1950. O termo turismo esportivo, por sua vez, aparece finalmente em meados da década de 1970. Mais recente ainda é a articulação entre ecoturismo e aventura esportiva, provavelmente um fenômeno que adquire evidência somente nos anos de 1990.¹⁸⁹

O fato é que o crescimento dos esportes na natureza – ainda mais quando consideramos sua relação com o turismo ecológico – está vinculado as recentes aspirações de preservação e retorno à natureza. Ambos os setores – turismo ecológico e esportes na natureza – parecem estar atrelados às recentes fórmulas ambientalistas expressas nos discursos de desenvolvimento sustentável.

Dentre as questões que este quadro nos lança está o de investigar as condições sociais que tornaram possível o surgimento de instituições ligadas às práticas e consumos de esportes na natureza. É com esse objetivo que gostaríamos de nos deter no estudo de um caso muito particular: o desenvolvimento do vôo livre na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸⁶ FLUIR. São Paulo, Ano 22, n. 8, ed. 238, agosto/2005, p. 14.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ MASCARENHAS, op.cit.

¹⁸⁹ MASCARENHAS, op.cit., p. 81.

Nosso propósito é reconhecer, localizar e avaliar as formas de organização dessas atividades na cidade. Trata-se, a exemplo do que já fora realizado com o surfe e com o montanhismo, de realizar um mapeamento dos agentes envolvidos e dos lugares utilizados na dinâmica cotidiana desses esportes.

O vôo livre no Rio de Janeiro

O vôo livre é um esporte aeronáutico ou um aerodesporto, que compreende duas modalidades: asa delta e parapente. Essas atividades começaram a se desenvolver na cidade do Rio de Janeiro, porto de entrada para esses esportes no Brasil, desde os meados de 1974.

No Brasil, conta-se aproximadamente 180 pontos de salto espalhados por todo o país. Na cidade do Rio de Janeiro existe somente um ponto, que é a rampa da Pedra Bonita, também conhecida como rampa de São Conrado. Esta rampa está sob a tutela da Associação Brasileira de Vôo Livre (ABVL), cuja sede está localizada exatamente no único ponto da cidade autorizado a receber pousos: o trecho final da praia de São Conrado. Todos os espaços de vôo, assim como as áreas de decolagem e pouso, são espaços aéreos condicionados e cadastrados pelo Serviço Regional de Aviação Civil (SERAC).

Para se obter autorização para o uso da rampa é preciso, entre outras coisas, estar associado a uma associação de vôo livre. Em todo o Estado do Rio de Janeiro, existem três associações ativas: o Clube Oceânico de Vôo Livre, (Niterói), o Clube Caledônia de Vôo Livre, (Friburgo) e o PPC (Petrópolis). Todas estas associações estão ligadas a Associação de Vôo Livre do Rio de Janeiro (AVLRJ), que por sua vez, está ligada a ABVL.

Esta, por seu turno, está associada ao Aeroclube do Brasil. E o vôo livre, de uma maneira geral, está submetido às regulamentações do Departamento de Aviação Civil (DAC), através do “regulamento brasileiro de homologação aeronáutica número 104”. Todo o praticante de vôo livre, portanto, tem uma habilitação emitida pelo próprio DAC, que o autoriza, oficialmente, a praticar o esporte.

Estas autorizações estão subdivididas em seis níveis: I (aluno), II (novato), III (intermediário), IV (avançado), V (máster) e instrutor. Logo, para se ter essa autorização, o praticante interessado deverá passar por um curso, oferecido por instrutores devidamente habilitados pelo DAC e credenciados junto a ABVL. No Rio de Janeiro, contabiliza-se 36 instrutores credenciados, sendo 13 de asa delta e 23 de parapente.

Como o acesso à rampa de São Conrado está condicionado a filiação a uma associação de vôo livre, além da já mencionada autorização emitida pelo DAC, podemos estabelecer com alguma precisão o número de praticantes. Segundo dados da AVLRJ, atualmente contabiliza-se aproximadamente 1500 filiados. E como este é o único órgão associativo com sede na capital, podemos afirmar que estes números representam a totalidade de praticantes do esporte na cidade.

É um número bem expressivo, ainda mais se considerarmos os altos custos dos equipamentos necessários a essas atividades. Uma asa delta custa em média US\$ 8.000 enquanto que os equipamentos básicos para párapente estão orçados na faixa dos US\$ 3.000. Sem mencionar a despesa da mensalidade da associação, fixada em R\$ 30, e os custos do curso e a própria manutenção dos equipamentos.

O investimento inicial é tão grande que muitos o encaram como um empreendimento empresarial. Nesse caso, trata-se de um empreendimento altamente rentável: em períodos de alta temporada, alguns instrutores que oferecem vôos panorâmicos chegam a faturar R\$ 20.000 em apenas um mês. Do total de vôos da rampa de salto da cidade, aproximadamente 80% são vôos duplos, portanto, com finalidades “comerciais”.

A movimentação de consideráveis quantias em dinheiro tem atraído a atenção de vários segmentos da sociedade, onde se destaca o turístico. A rampa de São Conrado têm uma média anual de mais de 20.000 vôos duplos computados. Estes números a colocam como uma das rampas mais utilizadas para vôos duplos do mundo. Em outras palavras, observa-se no vôo livre carioca uma crescente mercantilização. Parte desse impulso é dado pelo crescimento do setor ecoturístico brasileiro. As condições climáticas, favoráveis praticamente o ano inteiro, também colaboram para esse sucesso.

Interessante destacar que a realização de vôo livre com caráter comercial é proibida. Contudo, a lei prevê a realização de vôos duplos para instrução. Logo, todos os vôos duplos que se realizam são, para efeitos legais, vôos de instrução. Provavelmente por isso, todas as operadoras de turismo que oferecem essas atividades, não possuem nenhum vínculo direto com as associações. O único controle que esta tem sobre as operadoras é através da fiscalização dos “instrutores” (estes sim, associados com autorização para vôos duplos), não tendo sequer uma listagem das agências de turismo que operam na rampa de salto.

Mas segundo dados da Secretaria de Turismo, 14 empresas na cidade operam especificamente com o oferecimento do vôo livre como atividade turística: “hang gliding tour”, “come to tandem flight in Rio”, “fly with me”, “Rio tandem fly”, “sky center rio”, “superfly”, “fly carpe diem”, “gávea sky walkears”, “dfly”, “bom vôo”, “paraglide in Rio”, “vôo duplo”, “go up brazil” e “adrenalina adventures”.

Mas o crescimento dessas atividades não serve apenas ao desenvolvimento econômico. Nota-se que esse processo também vai atraindo novos adeptos que buscam nesses esportes um suporte para suas vivências de lazer. Observa-se um progressivo aumento do número de saltos registrados na cidade (20% ao ano).

A difusão desses esportes pode ser atribuída ao aumento da qualidade dos equipamentos produzidos no país, que além de aumentarem a segurança e a durabilidade do material, permitem algumas facilidades na sua aquisição, a começar pelo barateamento dos preços e facilidades na forma de pagamento, que inclui aí financiamentos.

Não existem lojas de venda desses equipamentos. Para se adquirir uma asa delta ou um parapente, é preciso comprá-los diretamente do fabricante. No Brasil, existe apenas uma fábrica, localizada em Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. A qualidade dos equipamentos produzidos nesta fábrica é tamanha que 70 % de sua produção já é destinada à exportação e ela é tida como a quinta maior fábrica de equipamentos de vôo livre do mundo.

Mas é no aumento da segurança que reside um dos fatores mais relevantes desse processo de melhoria na qualidade na fabricação dos equipamentos. Isso porque a segurança parece-nos uma das preocupações centrais na prática de vôo livre, não só para o incremento das suas atividades no âmbito turístico como também para a ampliação do seu nível de difusão como suporte de lazer.

Nesse sentido, destacamos as regras de segurança implementadas pela ABVL para o uso da rampa de São Conrado. Recentemente, instituiu-se um procedimento de fiscalização que compreende uma vistoria semestral dos equipamentos de vôo livre. Esta vistoria consiste em uma minuciosa checagem dos 15 itens diretamente ligados a segurança do praticante.

É grande o nível de sofisticação dessa vistoria. A associação chegou a inaugurar atrás de sua sede uma tirolesa para testar o pára-quedas reserva de uso obrigatório. As preocupações com a segurança dos praticantes e com sua fiscalização acentuaram-se após um acidente ocorrido em 2003. Nos dias de hoje, esta preocupação estende-se até o local de partida dos vôos. Antes de ser autorizada à entrada do praticante na rampa, um fiscal verifica se a autorização do departamento de aviação civil está em ordem, assim como a atualização da vistoria. É claro que tudo isso corresponde a posição oficial das entidades, pois em conversas com praticantes, tivemos notícias de casos em que tais procedimentos são burlados.

* * *

A incorporação dos esportes na natureza por regiões já consagradas no circuito turístico tradicional, como é o caso do Rio de Janeiro, pode ser uma real possibilidade de diversificar o leque de atrativos, ampliando o número de produtos turísticos oferecidos. Sobretudo atualmente, onde se sabe que a tendência de crescimento desse mercado aponta na direção de privilegiar áreas que possuem relevo acidentado e estejam próximas as grandes metrópoles.

E o Rio de Janeiro, como cidade detentora desses indicativos, e já prestigia-do roteiro turístico nacional e internacional, talvez agora já possa se candidatar como o mais novo pólo de turismo ecológico e esportivo do Brasil. Uma cidade com notável potencial e apelo para o turismo em suas diversas manifestações.

Contudo, cabe-nos indagar: quem tem se beneficiado dessa potencialidade? Que pessoas procuram essas atividades para suas vivências de lazer? Como essas atividades podem se converter em benefícios para a população local?

Ainda não dispomos de dados acerca do perfil dos praticantes de vôo livre do Rio de Janeiro. Mas parece que há uma predominância de pessoas provenientes dos estratos mais abastados da sociedade. Segundo pesquisa de Nilson Junior, Renata Martins e Kássio Gomes, que levantaram o perfil dos competidores do “Valadares Paragliding Open”, 50% tinham entre 30 e 39 anos. Segundo eles, isso “pode estar relacionado a questões socioeconômicas”, pois nesse momento da vida é maior a probabilidade de ter se conquistado estabilidade profissional e, por conseguinte, ter mais tempo disponível para o lazer.¹⁹⁰

Ainda que a possibilidade de prática do vôo livre por camadas mais populares tenha aumentado por conta das facilidades de financiamento oferecidas pelos fabricantes, além da consolidação do parapente no âmbito do vôo livre, seu acesso ainda é praticamente exclusivo a classe média alta. A diferença no preço entre os equipamentos de asa delta e parapente para a prática do vôo livre é significativa e o fato de parapente possibilitar o transporte dos equipamentos, até mesmo de ônibus, é realmente um elemento facilitador. Mas isso ainda é pouco, sendo muito provável que o vôo livre continue circunscrito a uma camada muito restrita da população.

A partir disso, parece-nos que seria interessante buscar mecanismos que pudessem ampliar as possíveis vantagens desse crescimento. Como bem afirma Melo, referindo-se a indústria do entretenimento de modo geral:

A questão é que esse mercado e essas oportunidades têm se desenvolvido de forma bastante seletiva, somente acessível em sua plenitude a pequena parcela da população. O desafio maior nesse momento parece ser estruturar estratégias que permitam e estimulem os extratos excluídos da população brasileira a ter acesso a tais bens culturais.¹⁹¹

¹⁹⁰ JUNIOR, Nilson; MARTINS, Renata; GOMES, Kássio. Valadares paragliding open: um tempo para o lazer. In: ISAYAMA, Helder; GOMES, Christianne; SILVA, Silvio (Org.). Coletânea do VII seminário o lazer em debate. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 339-345.

¹⁹¹ MELO, Victor. L'animation culturelle au Bresil: un panorama. In: GILET, Jean Claude (Org.). *L'animation professionnelle et volontaire dans 20 pays*. Paris: [s.n.], 2005. v. 2, p. 70-81.



ABERTURA DA TEMPORADA DE MONTANHISMO: Notas ETNOGRÁFICAS¹⁹²

A elaboração dessa etapa do estudo partiu do pressuposto de que qualquer sistema cultural é um contexto formado por símbolos interpretáveis, os quais podem ser descritos de forma compreensível.¹⁹³ Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é buscar informações através de uma observação sistemática e participação direta no contexto específico pesquisado, a Abertura da Temporada de Montanhismo do Rio de Janeiro. O propósito era investigar as peculiaridades comportamentais do fenômeno dos esportes na natureza, observando a forma de pensar e agir dos montanhistas. A obtenção e subsequente elaboração desses dados deu-se através de uma pesquisa de campo de caráter antropológica, mais especificamente numa abordagem etnográfica.

É claro que a descrição que agora apresentaremos também é fruto de uma incursão preliminar e, nesse sentido, representa uma continuidade de outros contatos que já havíamos estabelecido noutras oportunidades. Mas por conta de ser breve, este estudo não preenche totalmente nossos anseios e não assume, por isso mesmo, contornos conclusivos; ao mesmo tempo em que nos oferece novas questões e problematizações a serem aprofundadas ao longo das subseqüentes investigações que ainda estão em andamento no âmbito do Grupo de Pesquisa. Assim sendo, julgamos úteis torná-lo público com o intuito de oferecer alguma contribuição aos estudos que vêm acontecendo sobre essa modalidade.

¹⁹² Texto baseado no artigo publicado na revista *Arquivos em Movimento*, vol. 2, n. 1. Jan- Jun, 2006.

¹⁹³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Metodologia

A compreensão dos sentidos de uma determinada prática cultural é sempre um trabalho árduo e invariavelmente audacioso. Em meio às relações sociais são incontáveis os elementos que podem incidir na formação das subjetividades as quais serão alvos da investigação etnográfica. Estas compõem um número tão grande que é impossível dar conta de apreciá-las meticulosamente, como é exigido pela própria natureza dos trabalhos científicos. A ação desses grupos se dá em função de suas crenças, percepções, sensibilidades e valores, da sua cosmologia em geral, e por isso mesmo, seu comportamento tem um sentido cujo significado somente pode tentar ser inferido, com alguma fidedignidade, dentro dessa tradição interpretativa. Daí, inclusive, nossa opção em lançar mão de procedimentos etnográficos.

Um estudo etnográfico consiste num estudo descritivo e interpretativo de um ou mais aspectos socioculturais de um grupo específico e que procura descobrir como se constroem e se desenvolvem determinadas práticas e valores culturais. Assim sendo, esse estudo pode e deve ser compreendido como mais uma tentativa no esforço de coletar e tratar dados empíricos no âmbito dos esportes na natureza.

Esse estudo presume a penetração nesse universo cultural, numa tentativa de familiarizar-se com normas e valores que orientam as ações do grupo investigado. A essa penetração segue-se uma interpretação desses padrões culturais, que estão incorporados nos seus discursos e ações. No intuito de alargar as possibilidades de acesso ao universo de significações desse grupo, decidimos utilizar como procedimento metodológico, mais precisamente, três elementos de um estudo etnográfico: a captura de falas discursivas através do estabelecimento de conversas informais, as quais somou-se a realização de entrevistas semi-estruturadas, a observação direta e sistemática dos acontecimentos e o registro fotográfico.

A captura das falas discursivas é mais uma tentativa de decifrar a percepção retida no pensamento. Uma das categorias-chave para tratar o campo das idéias é a consciência, que por sua vez manifesta-se, não somente, mas também pela linguagem que é uma das maneiras de expressar o pensamento e os sentimentos. Nesse caso, as “técnicas verbais” acabam impondo-se como material de trabalho, sendo as mais comumente empregadas, tornando-se instrumentos potenciais dessas análises que buscam a interpretação da realidade; e mais precisamente, a compreensão de como e porque os escaladores agem de determinada maneira. Contudo, a tentativa de compreender os sentidos vinculados pela fala, por intermédio da análise do discurso, deve salvaguardar o fato de que a subjetividade não pode ser reduzida somente à linguagem.

A expressão de todo esse universo simbólico é altamente complexa, e tentar interpretá-la presume, primeiramente, reconhecer a sua complexidade. Nesse sentido, parece-nos fecundo a realização dessas análises numa perspectiva poli-

fônica, cujo tipo de interpretação considera ao mesmo tempo, as fontes dialógicas explícitas e implícitas. E o que buscamos aqui, é a articulação desses procedimentos etnográficos; dessas duas fontes dialógicas, reconhecemos que ambas constituem fontes documentais alternativas e muito ricas para uma etnografia. Além do mais, discursos e ações não são realidades que se opõem, mas formas diferentes e complementares de expressão de um mesmo universo simbólico. Por isso mesmo, um estudo etnográfico não pode deles prescindir, mas ao contrário, deve estar concomitantemente vinculado a esses dois elementos no tratamento das suas informações.

Por fim, acrescentemos um terceiro instrumento: o registro fotográfico. A fotografia é uma espécie de testemunho; um registro físico e material da nossa identidade coletiva e que conta um pouco sobre nós, revelando nossa história e apresentando nossa diversidade cultural; um “suporte da memória”, que pode facilmente potencializar-se como registro etnográfico.

DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA E TRABALHO INTERPRETATIVO

O trabalho interpretativo de uma descrição etnográfica deve ser minucioso, preocupando-se com a fidelidade da cena que está sendo relatada. É dessa maneira que tentamos conduzi-lo.

Domingo, dia 01 de maio de 2005, feriado do dia do trabalho, aconteceu a abertura oficial da temporada de escalada do Rio de Janeiro. A narração dessa cena esportiva é muito elucidativa para a compreensão dos significados e sentidos dessa modalidade esportiva, a começar pela dimensão temporal. O motivo pelo qual os montanhistas elegem essa data ou esse período é bem claro: condições climáticas e meteorológicas. Nesse período do ano a temperatura ambiente tende a ser um pouco mais amena, quando comparada às outras estações, sobretudo o verão, o que faz com que as montanhas da cidade também se encontrem com temperaturas menos elevadas, tornando a escalada mais agradável e bem menos tortuosa.

A influência do ambiente é, na verdade, a marca desse tipo de esporte, onde a natureza estabelece as regras e as condições de prática, delimitando os limites da aventura. Provavelmente por conhecerem bem de perto esses limites, fruto de um íntimo e constante contato, é que os montanhistas proclamam em alto e bom som seu apego afetivo e seu incondicional respeito pela natureza. Logo, não é de se surpreender que no dia da abertura, um enorme contingente de escaladores se confraternizavam alegremente, mesmo tendo que enfrentar uma chuva que em alguns momentos era torrencial.

Mas a bem da verdade, a abertura da temporada de montanhismo, presta-se tão somente a ritualizar simbolicamente o início do período de escaladas, já que em nenhum período do ano chega a ser interrompida efetivamente. Isso habilita-nos a tratar desse dia como uma “ritualização festiva”.

SIMBOLISMO TERRITORIAL

O local onde ocorreu essa festividade, dá algumas pistas para interpretação desse fenômeno social que são os esportes na natureza e particularmente o montanhismo. A concentração acontece na Praça General Tibúrcio, situada em frente à histórica Praia Vermelha, exatamente entre o conjunto montanhoso da Urca – formado pelo Morro do Pão de Açúcar e pela Pedra da Babilônia que juntos compõem um complexo de montanhas com uma incomensurável representatividade simbólica para qualquer escalador carioca. Trata-se de um lugar privilegiado no imaginário da cidade, tendo sido o local da sua fundação, numa paisagem reproduzida à exaustão. Além disso, tem-se uma enorme quantidade de grampos fincados em suas rochas, constituindo-se em uma das maiores escolas de montanha do Brasil; um verdadeiro parque de diversões para os que por ali ousam aventurar-se.

Numa área de fluxo central do bairro da Urca, um elegante, abastado e quase aristocrático bairro da Zona Sul do Rio, a Praça General Tibúrcio já há algum tempo transformou-se em ponto de encontro desses esportistas, uma espécie de acampamento base, local de encontro que antecede os ataques ao pico dessas montanhas. Essa localização geográfica, num bairro tradicionalmente ocupado pela classe média alta, já dá-nos uma breve dimensão do caráter seletivo que permeia essa modalidade. A exigência por um aparato tecnológico super desenvolvido, que ao mesmo tempo em que garante a segurança necessária, também permite um aumento expressivo nas possibilidades performáticas durante a escalada. Entretanto, isso tem um preço, por sinal, bastante elevado. Tudo parece corroborar para um quadro de elitização do montanhismo, onde apenas as classes sociais economicamente privilegiadas têm condições de acessá-lo, criando um perfil mais ou menos homogêneo dos seus praticantes, ao menos no que diz respeito ao aspecto econômico.

No evento de 2007 retornamos e entrevistamos 125 montanhistas, através de um questionário fechado. De parte das respostas obtidas, pode-se observar alguns traços característicos do perfil de quem compõe esta comunidade esportiva. Do total, 30% têm entre 20 e 29 anos, mais ou menos o mesmo índice dos que têm entre 30 e 39 anos. Entre 40 e 49 anos encontrar-se-ão 22%. Com mais de 50 anos vemos um índice de aproximadamente 15%. Considerarmos a reflexão sobre as chances de estabilidade profissional das pessoas acima de determinada idade, geralmente na faixa dos 30 anos, poderemos depreender também que tal posição garante a possibilidade de se dedicar a este tipo de esporte no lazer. Tal dedicação é relativamente grande, pois quase 60% declararam que praticam o montanhismo regularmente, quer dizer, uma ou duas vezes na semana. Nesse sentido não deixa de ser curioso que apenas um entrevistado tivesse menos de 20 anos e apenas pouco mais de 5% sejam estudantes.

Do total, mais de 41% residem na Zona Sul e mais de 64% possuem automóvel. As ocupações se distribuem entre 30% de empregados do setor privado, 31% (aproximadamente) de profissionais liberais e 16% (aproximadamente) de funcionários públicos. Todos esses são importantes indicadores de classe e que de certa forma, explicarão os valores e convicções atrelados a esse esporte.

Segundo Olivier Aubel e Fabien Ohl, que tomaram a escaladores franceses como exemplo, a posição social do grupo que compõe majoritariamente este esporte pode mesmo ajudar a entender suas perspectivas, sobretudo seu distanciamento e rejeição à iniciativas de exploração comercial dessas práticas.¹⁹⁴ Segundo os autores, para esse grupo social, formado basicamente por membros da classe média com mais capital cultural que econômico (trabalhadores de colarinho branco, funcionários públicos ou professores com elevada posição intelectual), profissionalismo é sinônimo de compromisso. E à medida que se trata de um grupo cuja “estrutura de necessidades” transita, fundamentalmente, na reafirmação de certos valores simbólicos, sua escala de virtuosidade tenderá a se afastar da economia.

E no caso do Rio de Janeiro, chamamos atenção para o fato de que a riqueza simbólica desse território, não pode ser vista considerando-se apenas suas dimensões utilitárias, como, por exemplo, sua proximidade às sedes dos clubes ou à própria residência dos montanhistas, em sua grande maioria na Zona Sul. Isto porque o lazer em geral é impregnado por uma espécie de “intencionalidade zero”; uma negação à razão prática e utilitarista e um subseqüente dimensionamento estético e nesse caso, amadorístico. Ainda mais se considerarmos seus valores intelectuais.

De outro modo, pedimos durante a entrevista que os praticantes pontuassem de um a cinco alguns critérios de preferência e atribuição dos locais de prática esportiva. Em outras palavras, queríamos saber o que faz com que um montanhista goste de um lugar e o tenha como um bom local para a prática desse esporte. Interessante é que na média geral, os dois critérios que obtiveram o menor coeficiente foram “facilidade de acesso” e “ser afastado”. Ou seja, dentre os elementos que um montanhista considera no momento de escolher aonde ele vai praticar seu esporte, esses são os dois menos importantes (com média 2,96 e 2,84, respectivamente).

Para um determinado local ser tido como ideal para a prática do montanhismo, não precisa ser acessível muito facilmente, mas também não precisa ser muito afastado. Em suma, o local ideal deve estar a meio caminho desses dois pólos. Talvez por isso a Urca apareça como o lugar preferido. Trata-se de um lugar que oferece “belezas cênicas e paisagísticas” (o maior coeficiente geral, com média de 4,39), “variedade de vias e trilhas” (o segundo maior coeficiente, com média de 4,10) e com acessibilidade relativa, isto é, nem muito acessível nem muito distante.

¹⁹⁴ AUBEL, Olivier; OHL, Fabien. The denegation of the economy: the example of climbing in France. *Internacional Review for the Sociology of Sport*, London, v. 39, n. 2, p. 123-137, 2004.

Se centrarmos nossa análise para além do bairro em questão, expandindo nossa observação para o espaço da cidade como um todo, desembocaríamos em um quadro urbano peculiar. O Rio de Janeiro é uma megalópole que conta com mais de 6 milhões de habitantes, amontoados em 1.264 km², o que significa dizer que a cidade possui uma densidade populacional em torno de 4.420 habitantes /km². Este cenário produz, evidentemente, problemas urbanos corriqueiros a qualquer cidade dessa proporção: lentidão de trânsito cada vez mais caótico, ritmo frenético imposto pelo trabalho estonteante e etc. Características essas que, somadas, acabam estrangulando o tempo disponível para as vivências de lazer, já que o tempo decorrente do trabalho pode somar um quarto do tempo da jornada em si, sem mencionar o dispositivo moral que impele o homem moderno a competir e trabalhar cada vez mais. Neste quadro, estar em contato com a natureza pode assumir uma dimensão de fuga do mundo cinzento marcado pela obrigação e pelo compromisso.¹⁹⁵

Caso aceitemos essa relação entre o crescente progresso urbano e o subsequente desencadeamento da busca pelo prazer no lazer e, mais ainda, no lazer na natureza, poderemos então arriscar dizer que os escaladores, de certa forma, almejam outro estado de coisas. Esse “outro estado de coisas” é uma outra forma de viver, com outros valores, mais natural, mais orgânico e menos superficial.

Nesse sentido, o lazer, tido aqui como um espaço social afeto ao espaço das festas, será um tempo social destinado aos excessos e euforias coletivas, destinado, enfim, a um outro estado de coisas (para insistirmos na expressão). Se remetermos-nos a Antiguidade Greco-Romana, encontraríamos lá menções a Baco, Pã e Saturno, os deuses das festas abundantes.¹⁹⁶

As festas são momentos de esquecimento e fuga do cotidiano; de subversão temporária da ordem estabelecida. É o momento de admitir o inadmissível e, no caso em questão, negar a ética do trabalho. É o espaço conclamado a inverter e alterar os tabus do mundo cotidiano e colocá-lo do avesso, rompendo as interdições moralistas e hierárquicas. A dureza da vida diária é substituída pela generosidade; o rancor pela alegria; a escassez pela abundância; o comedimento pela histeria, e nesse caso, as inescapáveis e rígidas leis da gravidade pela lúdica e excitante inversão vertiginosa do corpo.

A prática de montanhismo em si mesmo, independente do encontro de caráter festivo tal como a Abertura da Temporada é uma festa. Nessa prática, as ações são orientadas pela busca de um prazer estético¹⁹⁷ e desinteressado. Numa sociedade

¹⁹⁵ DIAS, Cleber. *Montanhismo e urbanismo no Rio de Janeiro*. In: MELO, Victor. *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007b. No prelo.

¹⁹⁶ CATELLI JUNIOR, Roberto. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. In: DEL PRIORE, Mary et.al. *500 anos de Brasil: história e reflexões*. São Paulo: Scipione, 1999. p. 53.

¹⁹⁷ VILLAVERDE, Sandoval. *Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão ética*. In: BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. *Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas, SP: Autores Associados: UNICAMP, 2001.

altamente regrada e regulamentada, onde podemos assistir a ampliação da submissão das esferas sociais aos critérios de decisão racional, numa característica marcante da modernidade, as vivências lúdicas e de lazer não têm muito espaço, a não ser quando devidamente enquadradas e incorporadas no domínio do controle instrumental da razão. Por isso mesmo, momentos como esses, marcam a presença de um impulso lúdico. A consolidação dessa predisposição é uma espécie de “escapada cotidiana” da qual nos fala Certeau¹⁹⁸; uma espécie de evasão do cotidiano rotinizado.

A suspensão do tempo contínuo da vida diária é a marca dessa temporalidade cíclica própria desses momentos.¹⁹⁹ Os ritos em geral, são instâncias sociais que se prestam a vivências emocionais extremas, tal como o montanhismo. Por isso, não é de estranhar que esse tipo de esporte, a exemplo de quase todos, esteja impregnado de cerimoniais.

OS BANDEIRANTES PÓS-MODERNOS: TRIBOS URBANAS

Outro elemento facilmente identificável é que os escaladores incorporam uma maneira peculiar de ser. “Sinais tribais de reconhecimento”, diria Maffesoli,²⁰⁰ com mochilas, botas, todo um vestuário e indumentárias características, quase um uniforme, além dos jargões de linguagem que testemunham o pertencimento a uma vida em grupo, coletiva, tribal, em que se compartilha uma mesma identidade.

Identidade tribal que pode ser identificada à distância. Uma experiência ilustrativa nesse sentido é a do percurso até o bairro da Urca. Realizado de ônibus, permitiu-nos, além da contemplação da paisagem, sempre magnífica, uma observação estreita com outras pessoas que se dirigiam ao mesmo local, com objetivos os mais diversos. Contudo, nossa aprazível viagem também contou com a presença marcante de um grupo de pessoas que se diferenciavam das demais. Ficou evidente: tratavam-se de integrantes dessa tribo urbana, com todos seus apetrechos e penduricalhos à mostra.

Essa vida tribal consolida-se exatamente no desejo de estar em contato e comunhão com o outro. Na esteira das novas sensibilidades ecológicas, marcantes nessas práticas, esse outro pode personificar-se na natureza. Não por acaso, distribui-se incontáveis mensagens chamando à atenção para a necessidade de preservação das encostas etc.

¹⁹⁸ CERTAEU, Michel de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. 10.ed. São Paulo: Vozes, 2004. v. 1.

¹⁹⁹ MAFFESOLI, Michel. *O instante eterno: retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk, 2003.

²⁰⁰ MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

No caso específico da “Abertura”, essa busca pelo contato e comunhão com o outro manifesta-se mesmo através do profundo interesse desses aventureiros em confraternizar-se. O encontro com outros montanhistas parece despertar um sentimento de pertencimento, que, como consequência, desencadeia uma alegria pelo encontro com a coletividade. As vivências corporais no esporte apresentam, invariavelmente, aspectos socializados, “que pela sua amplitude e estabilidade, adquiriram direito de cidade na vida coletiva” cuja eminência social potencializa-se exatamente nessa “cúmplice ressonância”²⁰¹, que é o prazer de ter satisfeito a necessidade de ver e ser visto, além de compartilhar as presenças atentas e simpáticas de outras pessoas, de estar, finalmente, vivendo em comunidade.

Entre os entrevistados, 48% disseram que sua principal motivação para ir a Abertura da Temporada é rever os amigos. Muito mais que uma simples diversão, é um espaço destinado a vivências coletivas. Sob este aspecto, importante sublinhar que os momentos festivos contêm uma característica essencialmente coletiva, numa união passageira e momentânea, que não possui nenhuma intenção a não ser o próprio prazer da comunhão.

Isso torna-se tão mais evidente em “jogos vertiginosos”, que nada mais são do que jogos que permitem experimentar, ao menos temporariamente, transtorno de estabilidade e de equilíbrio corporal, através de sensações de susto e pânico psicológico (caso dos esportes na natureza), em geral e do montanhismo, em especial. Mas não fosse a presença do outro, esse pânico psicológico poderia tornar-se desagradável, ou mesmo insuportável. Nas palavras de Caillois, “o grupo é cúmplice dessa epilepsia, dessas convulsões sagradas”.²⁰²

A aventura pode tornar-se, nesse caso, além do saciamento das tentações primitivas expressas pela necessidade humana de vertigem; da busca pelo desejo lúdico e de embriaguez, apenas o pretexto para a almejada “fusão comunitária”. O que já de antemão pode ajudar a desmentir a idéia de que essas práticas têm um ideal egocêntrico e individualista, atribuído, geralmente, pelo simples fato desses esportes poderem ser vivenciados individualmente. A maior parte dessas vivências organiza-se em pequenos grupos²⁰³ – o que pode ser atribuído ao fato de que assim é mais provável o estreitamento dos laços afetivos. Logo, o montanhismo pode ser um esporte individual, mas raramente um montanhista é um esportista solitário. Em geral, eles são tomados por uma predisposição tanto à aventura quanto ao encontro.

Essas questões levam-nos a discussão sobre o espírito do nosso tempo. Discussão que é travada entre os defensores da continuidade ante a conjuntura da modernidade e os apologistas da pós-modernidade. No caso do primeiro grupo, encontramos

²⁰¹ FEIO, Noronha apud BETTI, Mauro. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 93.

²⁰² CALLOIS, Roger. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990. p. 108.

²⁰³ COSTA, Vera L. M. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.

prerrogativas de que o tempo e o espírito social contemporâneo não possibilitaria mais a conglomeração e a aglomeração física, num tipo de desligamento imobilizante, individualista e egocêntrico do corpo coletivo como afirma Sloterdijk:

A massa não reunida e não reunível na sociedade pós-moderna não possui mais, por essa razão, um sentimento de corpo e espaço próprios; ela não se vê mais confluír e agir, não sente mais sua natureza pulsante; não produz mais um grito conjunto. Distancia-se cada vez mais da possibilidade de passar de suas rotinas práticas e indolentes para um aguçar revolucionário. Seu estado corresponde ao de um grupo gaseiforme cujas partículas oscilam cada uma por si em espaços próprios, com respectivas cargas próprias de força de desejo e negatividade pré-política, e cada uma por si resistindo diante dos receptores de programa, renovando a dedicação à tentativa solitária de levar-se ou divertir-se.²⁰⁴

Nesse sentido, devemos deixar registrado algo que nos parece esclarecedor. Ao expor as razões que faziam-no envolver-se de tal maneira na organização de uma associação de montanhismo, um escalador deixou claro que era o desejo de estar com outros escaladores. Isto só reitera o que os números dizem sobre as motivações de estar na Abertura da Temporada. O gosto de se misturarem, conduz a alguns ritos cerimoniais, tais como uma animada conversa regada à cerveja. Nessa ocasião, houve a oportunidade de solidariamente compartilhar – condição sine qua non para uma investigação etnográfica – onde a análise está invariavelmente vinculada a nossa experiência pessoal.

ASSOCIATIVISMO ESPORTIVO E MERCANTILIZAÇÃO: CONFLITO ESTRUTURANTE

Os esportes na natureza parecem forjar uma representação que lhes codifica como sendo de um tipo de organização anárquica, própria ao espírito desbravador, transgressor e aventureiro que seus praticantes assumem aos olhos da sociedade. Entretanto um observador mais atento logo percebe que entre eles predomina um nível altamente elaborado e complexo de organização, podendo mesmo ser tida como burocrática. Para se ter uma idéia do nível de complexidade assumido, este evento contou com uma grande operação de infra-estrutura, que incluía a contratação de uma empresa especializada responsável por toda a organização da estrutura operacional; a Green Company. Essa estrutura que incluía também: aparelhagem de som; aluguel e distribuição de barracas entre os clubes

²⁰⁴ SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 21.

e lojas especializadas, além de todos os tramites burocráticos que disso decorrem, tais como autorização na prefeitura para uso do espaço e solicitação de apoio da Polícia Militar; o que dá uma idéia aproximada do que estamos falando.

Também não chega a ser surpreendente o crescente interesse da indústria do entretenimento sobre esse setor, que tem como atrativo adicional o fato de congregarem num mesmo espaço dois tipos distintos de mercado consumidor: o verde e o esportivo. Esse interesse que está expresso na marcante presença das lojas de equipamentos esportivos, como a “Equinox” e a “Casa do Alpinista”; das indústrias de equipamentos como a “Trilhas e Rumos”, “Black Diamond”, “Snake”, “Timberland”, “Lanex”, “Solo”, “Singingrock”, só para citar alguns exemplos; além das agências de turismo e toda sua rede de serviços que apelam sem nenhum constrangimento para o ímpeto desbravador e o desejo de consumo da paisagem e do lugar de que são dotados esses “bandeirantes pós-modernos”.

Uma barraca que muito nos chamou atenção: a do Governo da Paraíba. Já uma primeira visualização dava a idéia do que estaria por vir. No slogan principal estava escrito: “Paraíba, na rota do ecoturismo”. Em todas as propagandas perpassava esse apelo à aventura num lugar desconhecido, consolidando o valor de repúdio a qualquer tipo de territorialização preestabelecida, pedra angular na formação das identidades desses ‘andarilhos nômades’, além do contato com uma natureza intocada, dizendo “Cariri: aqui as trilhas se abrem através de pedras gigantescas, inscrições milenares, mistérios desenhados na terra do sol. A pé ou a cavalo, o caminho está para ser descoberto”. Em outro panfleto se lia: “litoral agreste, um mar verde, de mata atlântica, a imensidão do oceano atlântico, cordas, *bikes*, oxigênio, adrenalina, desafios. A aventura está começando”.

Consoante com essas representações, ter-se-á entre os montanhistas uma valorização do verde, da natureza intocada, da via não escalada, do lugar desconhecido. Valorização que se torna ainda mais evidente na fala de um montanhista presente na abertura, onde podemos constatar que além dessa valorização, essa tribo, em geral, vê com maus olhos o praticante que não está totalmente imbuído desse mesmo espírito desbravador. Por exemplo, quando indagado sobre a realização ou não de uma preparação especificamente voltada para uma melhora no desempenho das suas escaladas, revela-nos que esta inclui corridas matinais, musculação, controle nutricional dentre outros procedimentos. Ainda segundo ele, todo o esforço empreendido é proporcional ao tamanho dos desafios impostos pela via de escalada desconhecida e por isso, tal empenho seria justificável, onde subentende-se que esse mesmo desconhecimento agrega uma crescente dificuldade e mais a frente fustiga em tom um tanto quanto depreciativo: “Tem gente que se contenta em escalar sempre a mesma via!”.

Esse quadro paradoxal – proveniente da colisão e do convívio antagônico entre o espírito anárquico e subversivo dos praticantes com o caráter institucionalmente burocrático assumido por essas associações esportivas, – é reflexo dos

novos tempos. De maneira mais profunda expõem a dualidade e a ambivalência inexorável à estruturação social. Trata-se do convívio dos elementos antagônicos em um mesmo espectro social, a aceitação e o reconhecimento da complexidade e ambigüidade intrínseca a todo e qualquer fato social. Ambigüidade que não deve ser compreendida como carência de um sentido rigoroso.

O mundo esportivo não é um universo simbólico de ordem pura e perfeita, capaz de desenvolver de maneira implacável suas próprias lógicas [...] no montanhismo há sempre (e no mínimo) um duplo foco: um no relacionamento estratégico e outro no comunicativo. O montanhismo, dentro da sua complexidade e variabilidade, pode estar, a um só tempo, a favor e contra o ideal heróico tradicional. Ele pode estar, simultaneamente, concentrado no individualismo e nos relacionamentos estratégicos formados em um molde de dominação, bem como nas cooperativas relações de amizade fundadas sob os auspícios de um “agir comunicativo”.²⁰⁵

MONTANHISMO E ECOLOGISMO

Cabe retomar um assunto central em quase todos os esforços de analisar esses esportes: sua relação com o meio ambiente. A mudança do ambiente de prática desses esportes, caracteriza, e impõe alguma distinção e especificidade diante dos esportes tradicionais. Nesses últimos, prevalece um espaço de jogo totalmente domesticado, o que os marca por uma elevada dose de previsibilidade espacial. A quadra, pista ou campo apresentar-se-ão sempre, e invariavelmente, nas mesmas condições e dimensões.

Já no caso dos esportes na natureza, prevalece um tipo de espaço esportivo marcado pela imprevisibilidade, onde não se sabe como esse espaço vai-se apresentar à prática. Assim, influência do ambiente é uma das marcas fundadoras dos esportes na natureza. É nisso que reside uma das suas maiores peculiaridades.

Tentamos identificar os desdobramentos disso sobre o montanhismo. Dentre os praticantes predomina um pacto ecológico, ao menos oficialmente, ou seja, é essa a postura das associações, que em todo momento faziam lembrar que no montanhismo reside um ideal de sensibilidade ecológica. De fato, a popularização e a consolidação dos esportes na natureza na cena esportiva carioca, acontecem depois da deflagração do movimento ecológico em âmbito mundial.²⁰⁶

A incidência dessas preposições sobre esse tipo particular de esportista é bem óbvia, sobretudo no montanhismo e no surfe. Em ambos os casos, os praticantes encontram-se em contato íntimo e subjetivo com a natureza durante a

²⁰⁵ DIAS, Cleber. Convergências, divergências e interseções: diálogos sobre o montanhismo. *Esporte e Sociedade*, ano 2, n. 7, nov./ mar. 2007a. p. 20-21. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/>>.

²⁰⁶ DIAS, Cleber. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007d.

prática, o que ajuda a forjar no imaginário popular uma representação da postura preservacionista dos adeptos a esses esportes.

Não pretendemos desmentir ou confirmar essa idéia. Nos limitaremos, a dizer que os praticantes de escalada em rocha parecem ser dotados de um espírito de contestar a ordem; no sentido de estarem imbuídos de uma disposição a uma fuga da cinzenta rotina cotidiana; desejosos por uma outra forma de vida.

Tudo isso remete a uma questão, que inclusive é pertinente às próprias indagações ecológicas: é possível viver sob outro arranjo civilizacional diante do atual estágio neoliberal? É possível levar uma vida pautada sob valores culturais que abdicam dessa cultura do excedente e da super produção em prol de uma vida mais simples? Ou ainda, as manifestações culturais que se auto-rotulam “alternativas”, são formas de resistência, subversão, rebeldia, contestação e revolução dos costumes ou são apenas formas de dominação diferenciadas e originais?

* * *

A lenda de Ísis e Osíris fala de um tempo de euforia, breve e intenso, seguido de um tempo de resignação, longo e metódico.²⁰⁷ Lembra-nos a todo instante que não há abundância sem carência, riqueza sem pobreza, o que reitera a proposição teórica de que só é possível compreender os rituais de inversão a partir da observação do seu oposto, o que, por sua vez, acaba reafirmando a tese, já há muito debatida, de que a partir desses momentos podemos aprofundar as reflexões sobre a vida social mais geral.

Não é novo relembrar a idéia de que o homem tem predisposição para o lúdico e a errância, e de que esses elementos configuram constantes antropológicas. A vivência desses aspectos que consideram o ser humano em sua totalidade estruturante; nas suas dimensões irracionais e que reconhecem os poderes dos afetos, dos sentidos, da subjetividade e da imortal memória de nossa animalidade parece propagar-se na sociedade contemporânea, e oferece-nos a prerrogativa teórica de que contradição, conflito e paradoxo são elementos estruturantes da nossa vida.

Caminho sobre um solo cuja inclinação se eleva suavemente. Em um determinado momento, paro e “ponho mãos à obra”; a verdadeira montanha começa e eu a escalo. A partir do momento em que meu dorso se inclina, volto a ser quadrúpede? Quase: meu corpo se altera, os pés transformam-se, as mãos e as duas presas manuais passam a garantir o equilíbrio. *O Homo erectus* retorna ao arcaico quadrúmano de quem descende. Essa consternadora recordação se fez tão sombria em mim que não temo mais falar do animal: lembro-me de quem fomos²⁰⁸.

²⁰⁷ CATELLI JUNIOR, Roberto. *Um olhar sobre as festas populares brasileiras*. In: DEL PRIORE, Mary et.al. *500 anos de Brasil: história e reflexões*. São Paulo: Scipione, 1999.

²⁰⁸ SERRES, Michel. *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável: este é um trabalho de caráter claramente inconclusivo. Se muito, foi assimilado que a crescente disseminação de práticas esportivas na natureza é um fenômeno circunscrito a uma determinada camada da população. Pontuou-se que sua dinâmica de funcionamento e organização está inextricavelmente articulada com processos sociais mais gerais, notadamente os das novas formas de uso e apropriação do espaço público. Em outras palavras: os esportes na natureza referem-se a uma esfera social que integra uma maior e mais complexa cadeia interdependente de acontecimentos, da onde é possível instrumentalizar suas análises para depreender reflexões mais gerais. Reconhecer grandes questões sociais por intermédio de objetos singulares de investigação. Eis a mais elementar das tarefas colocada às pesquisas e às teorizações sociais.

Nesse caso, por tratar de um fenômeno que aciona e coloca em marcha novas formas de se utilizar o espaço das cidades, pode-se entrever algumas ressignificações na esfera pública, de modo geral. Novas maneiras de exibição, identificação, relacionamento, que vão, ora mais, ora menos, desmantelando ou remodelando maneiras específicas de se tecer redes de sociabilidade e padrões de comportamento.

Do ponto de vista teórico, é esse o eixo central de nosso trabalho. E esse, em especial, é uma tentativa de dar-lhes forma mais clara e sistemática.

A adesão a um desses esportes representa a possibilidade de se criar uma esfera de convívio mais propícia ao contato pessoal e a interação afetiva. Ao mesmo tempo, tem-se aí a movimentação de toda uma indústria de consumo, onde os equipamentos de alta tecnologia e a produção de símbolos de consumo não fogem a estandardização. Portanto, são tensas, as articulações desses fenômenos culturais com as lógicas de funcionamento do mercado.

Ao lado dos elementos mercadológicos e consumistas convivem (paradoxalmente) elementos de interação afetiva e comunitária, lembrando que a indústria cultural também permite fluxos multidirecionais. Mas em que medida o alvorecer do século XXI defronta-nos com uma possível dissolução das formas públicas de lazer? Os momentos de lazer vivenciados coletivamente estão perdendo espaço para outras formas de fruição do tempo livre? E quais as conseqüências desse processo? Por outro lado, o quanto as novas formas públicas de lazer representam novas maneiras de se relacionar com o mundo? Os vínculos estabelecidos durante a prática dessas modalidades entre seus esportistas é sólido consistente ou ilusório e efêmero?

Não saberíamos dizer o quanto respondemos a essas questões. Provavelmente, elas foram abordadas tangencialmente. Mas em que pese a precariedade das formulações, esperamos ao menos ter sido capazes de lançar novas questões ou, melhor ainda, de as ter colocado sobre bases mais adequadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Augusto Pinto; TIMO, Gustavo Fraga. Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, Ricardo (Org.). Turismo de aventura: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 43-70.

A DAMA das rochas. Go Outside, São Paulo, n. 19, dez. 2006.

ADRENALINA... e venda em alta nos esportes radicais. O Globo, Rio de Janeiro, p. 30, 20 ago. 2005.

ALMA Surf, [S.l.], ano 7, n. 38, Especial Rio de Janeiro, maio/jun. 2007.

AUBEL, Olivier; OHL, Fabien. The denegation of the economy: the example of climbing in France. *Internacional Review for the Sociology of Sport*, London, v. 39, n. 2, p. 123-137, 2004.

AZEVEDO, Ana Lúcia. Rochas e corpos. O Globo, Rio de Janeiro, 30 out. 2005. Revista, p. 12-16.

BARBOSA, Cláudio L. de A. Educação física escolar: as representações sociais. Rio de Janeiro: Shape, 2001. p. 60.

BASS, Dick; WELLS, Frank; RIDGEWAYS, Rick. Sete picos. São Paulo: Marco Zero, 1995.

BETRÁN, Javier Oliveira. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa. Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003.

BETTI, Mauro. A janela de vidro: esporte, televisão e educação física. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BOCÃO, Ricardo. O surf é o pai de todos os esportes de prancha. *Fluir*, [S.l.], maio 2007.

BOTH, David. Ambiguities in pleasure and discipline: the development of competitive surfing. *Journal of Sport History*, [S.l.], v. 22, n. 3, 1995.

- BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 207-220.
- BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 2.ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRANDÃO, Túlio. Em praia de kite surfe, os banhistas perdem a vez na água e na areia. O Globo, Rio de Janeiro, 22 dez. 2002.
- BRASIL. Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura: relatório diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. A escrita da história. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRHUNS, Heloísa. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, Célia (Org.). A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000. p. 25-46.
- BROHM, Jean-Marie. Sport: a prison of measured time. Londres: Pluto, 1978.
- BRUNO, Cássio. Na selva, mas sem sustos. O Globo, Rio de Janeiro, 26 jan. 2006. Caderno Boa Viagem.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: UNESP, 2002.
- CALIL, Guilherme. Surf Bus vira atração turística. O Globo, Rio de Janeiro, 01 fev. 2006.
- CALLOIS, Roger. Os jogos e os homens. Lisboa: Cotovia, 1990.
- CASTELO BRANCO, Adriana. Uma perfeita para quem já passou dos cinquenta. O Globo, Rio de Janeiro, p. 25, 24 jul. 2005.
- CATELLI JUNIOR, Roberto. Um olhar sobre as festas populares brasileiras. In: DEL PRIORE, Mary et al. 500 anos de Brasil: história e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999.
- CERTAEU, Michel de. A invenção do cotidiano: arte de fazer. 10.ed. São Paulo: Vozes, 2004. v. 1.
- CONSOLO, Cláudio. Cartas. Veja, Rio de Janeiro, p. 24, 23 jul. 2003.
- CORBIN, Alain. Território do vazio: a praia e o imaginário social. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORRÊA, Roberto L. A geografia cultural e o urbano. In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, Pere-Oriol; TORNERO, José M. P.; TROPEA, Fabio. Tribus urbanas – el ansia de identidade juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violencia. Paidós: Barcelona, 1996.
- COSTA, Vera L. M. Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.
- DAFLON, Flávio; QUEIROZ, Delson de. Urca: guia de escalada. 3. ed. Rio de Janeiro: Montcamp, 2002.

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1994.
- DIAS, Cleber. *Convergências, divergências e interseções: diálogos sobre o montanhismo*. *Esporte e Sociedade*, ano 2, n. 7, nov./ mar. 2007a. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/>>.
- _____. *Montanhismo e urbanismo no Rio de Janeiro*. In: MELO, Victor. *História comparada do esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007b. No prelo.
- _____. *Notas e definições sobre esporte, lazer e natureza*. *Licere*, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, dez. 2007c. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/licere/home.html>>.
- _____. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História Comparada)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007d.
- _____; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Caracterização conceitual dos esportes na natureza*. In: ISAYAMA, Helder; GOMES, Christianne; SILVA, Silvio (Org.). *Coletânea do VII seminário o lazer em debate*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 329-338.
- DIAS, Cleber; MELO, Victor; ALVES JUNIOR, Edmundo. *Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais*. *Revista Portuguesa de Ciência dos Desportos*, [S.I.], 2007.
- DONNELLY, Peter. *The great divide: sport climbing vs. adventure climbing*. In: RINEHART, Robert; SYNOR, Synthia (Ed.). *To the extreme: alternative sports, inside and out*. New York: Suny, 2003. p. 291-307.
- D'OREY, Fred. *A lei do haole*. *Fluir*, São Paulo, abr. 2004.
- _____. *Crowd*. *Fluir*, São Paulo, set. 2006.
- ECOTURISMO.Globo, Rio de Janeiro, 03 fev. 2005. *Caderno Boa Viagem*.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- _____; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- EM BUSCA da viagem perfeita. *Fluir Girls*, São Paulo, nov./ dez. 2006.
- EVEREST: viajando alto. *Go Outside*, São Paulo, n. 26, jul. 2007.
- FARIA, Antônio Paulo. *Montanhismo brasileiro: paixão e aventura*. Rio de Janeiro: Montanhar, 2006.
- FATOR 2. *Rio décimo grau*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 7 – 10, maio 2007.
- FAZENDO a mala. *Fluir*, São Paulo, maio 2007.
- FILGUEIRAS, Mariana. *Linha dura até na praia*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2005.
- FLUIR. São Paulo, ano 22, n. 8, p. 14, ago. 2005.
- FORD, Nick; BROWM, David. *Surfing and social theory*. New York: Routledge, 2006.

FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael. Comunicação, consumo e lazer: o caso da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. In: _____. Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. Barra da Tijuca: o lugar. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

GRÜN, Mauro. Ética e educação ambiental. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUZMÁN, Kiko León. Deportes de sliz: equilibrio y acrobacia - clasificación. Lecturas, Buenos Aires, año 7, n. 34, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

_____. Modalidades deportivas de sliz. Lecturas, Buenos Aires, año 7, n. 37, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

_____; BOYERO, Parra. Nuevas tendencias deportivas: deportes de sliz. Lecturas, Buenos Aires, año 6, n. 30, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Ed. 70, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização In: SANTOS, Milton et al. (Org.). Território: ensaios sobre ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOIBIAN, Olivier. De l'alpinisme à l'escalade libre: l'invention d'un style? Staps, Paris, v. 995, n. 36, [199-?].

HUMPHREYS, Duncan. Snowboarders: bodies out of control and in conflict. Sporting Traditions, [S.l.], v. 13, n. 1, Nov. 1996.

ILHA, André. Guaratiba: guia de escalada em rocha. Rio de Janeiro: A. Ilha, 2000.

_____. Leis de mais, aventuras de menos. Agência carta maior, [S.l.], [200-?]. Disponível em: <<http://agenciacartamaior.uol.com.br/>>.

_____; DUARTE, Lúcia. Catálogo de escalada: Estado do Rio de Janeiro. [200-?]. Disponível em: <www.femerj.org.br>.

JUNIOR, Nilson; MARTINS, Renata; GOMES, Kássio. Valadares paragliding open: um tempo para o lazer. In: ISAYAMA, Helder; GOMES, Christianne; SILVA, Silvio (Org.). Coletânea do VII seminário o lazer em debate. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 339-345.

KRAKAUER, Jon. No ar rarefeito. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. Sobre homens e montanhas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAJE, Amarílis. País cria regras para esportes radicais. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 ago. 2005. Folha Cotidiano, p. C1.

LAURO, Flavio; DANUCALOV, Marcello. O elemento aventura no meio universitário: a formação acadêmica pelos esportes de prancha. In: UVINHA, Ricardo. Turismo de aventura: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 103 – 136.

LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. Barueri: Manole, 2006.

- LEFEVRE, Henri. O direito à cidade. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- LENOBLE, Robert. História da idéia de natureza. Lisboa: Ed. 70, 1990.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.
- LÉSÉLEUC, Eric de. Etnografia de un acantilado: territorialidad en la práctica de la escalada contemporánea. *Lecturas*, Buenos Aires, año 9, n. 60, may 2003.
- LÉSÉLEUC, Eric; GLEYSE, Jacques; MARCELLINI, Anne. The practice of sport as political expression?: Rock Climbing at Claret, France. *International Sociology*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 73–90, March 2002.
- LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. Trajetórias da cidade moderna. In: VIEIRA, Fernando; ROEDEL, Hiran (Org.). Rio de Janeiro: panorama sociocultural. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.
- LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. Nova sociedade emergente: consumidores de produtos ou produção discursiva? *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 12, p. 11-24, 2004.
- LOCALISMO no século XXI. *Fluir*, São Paulo, jun. 2005.
- LUCENA, Waldecy Mathias. História do montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.
- GASPAR, Claudia Braga. Orla carioca: história e cultura. Rio de Janeiro: Metalivros, 2004.
- GLORIA, Aurélien; RASPAUD, Michel. Émergence des compétitions d’escalade en France (1980 – 1987): genèse d’une offre fédérale. *Staps*, Paris, n. 71, p. 99-114, 2006.
- HEYNEMANN, Cláudia. Floresta da Tijuca: natureza e civilização. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 1995.
- MACFARLANE, Robert. Montanhas da mente: história de um fascínio. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. O instante eterno: retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.
- _____. Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MARIANO, Zenaide. Acesso aos parques públicos do Rio de Janeiro e seu uso. Monografia (Graduação em Educação Física)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MARINHO, Alcyane; BHRUNS, Heloísa. Apresentação. In: MARINHO, Alcyane; BHRUNS, Heloísa. (Org.). Viagens, lazer e natureza: o espaço da natureza. São Paulo: Manole, 2006.
- MARQUES, Maria Helena Duarte. Iniciação à semântica. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

MASCARENHAS, Gilmar. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003.

MELO, Victor. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. Licere, Belo Horizonte, ano 5, n.2, 2003.

_____. Cidade sportiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Dicionário de história do esporte. São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. L'animation culturelle au Bresil: un panorama. In: GILET, Jean Claude (Org.). L'animation professionelle et volontaire dans 20 pays. Paris: [s.n.], 2005. v. 2, p. 70-81.

_____; PERES, Fábio. Espaço, lazer e política: desigualdade na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: FREITAS, Ricardo; NACIF, Rafael (Org.). Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 83-110.

MONTEIRO, Sandoval V. Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão ética. In: BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas, SP: Autores Associados: UNICAMP, 2001.

_____. Modernidade, formas de subjetivação e amizade: potencialidades das experiências de lazer e aventura na natureza. Tese (Doutorado em Educação Física)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

_____. Refletindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa (Org.). Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003.

NATUREZA em alta atrai investimentos. O Globo, Rio de Janeiro, 08 ago. 2002. Caderno Zona Sul, p. 12-16.

OCCHILUPO, Mark. Occy: o ano do touro. São Paulo: Gaia, 2006.

PADARATZ, Teco. Sem tempo para o crowd. Fluir, [S.l.], jun. 2006.

PÁDUA, José Augusto. O Jardim dentro da máquina: breve história ambiental da floresta da Tijuca. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 8, 1991.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PINGÜINS de luxo. Go Outside, São Paulo, n. 25, jun. 2007.

PINHO, Cláudio. Les cultures sportives. Paris: PUF, 1995.

_____. Tigre domado. Isto é, São Paulo, 25 ago. 2004.

POCIELLO Christian. Les cultures sportives. Paris: PUF, 1995. p. 32

_____. Sports et sciences sociales. Paris: Vigot, 1999.

PRAZER e perigo. Veja, Rio de Janeiro, ano 36, n. 28, 16 jul. 2003.

PRONI, Marcelo W. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo W.; LUCENA, Ricardo (Org.). Esporte: história e sociedade. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

- RINEHART, Robert; SYDNOR, Synthia (Ed.). To the extreme: alternative sports, inside and out. New York: New York Press, 2003.
- RYBCZYNSKI, Witold. Esperando o fim de semana. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTIN, Silvino. Educação Física no terceiro grau: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Unijuí, 1987.
- SANTOS, Mariana de Almedia. Nas ondas da comodidade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 jan. 2006.
- SAUER, Carl. O. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SCHELLE, Karl Gottlob. A arte de passear. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SERRES, Michel. Variações sobre o corpo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SLATER, Kelly. A biografia de Kelly Slater: pipe dreams – com Jason Borte. São Paulo: Gaia, 2004.
- SLOTERDIJK, Peter. O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SOARES, Natália. Rumo ao topo da montanha no Grajaú. O Globo, Rio de Janeiro, 05 abr. 2007. Tijuca, p. 8.
- SOUZA, Fabiana R.de. O imaginário no rafting: uma busca pelos sentidos da aventura, do risco e da vertigem. São Paulo: Zouk, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Rico de. Boas ondas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- STRANGER, Mark. The aesthetics of risk: a study of surfing. *Internacional Review for the sociology of sport*, London, v. 34, n. 3, p. 265 – 276, 1999.
- STRUMINSKI, Edson. A ética no montanhismo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S.l.], n. 7, p. 121-130, jan./jun. 2003.
- STTIGER, Marco Paulo. Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico. Campinas, SP: Autores Associados/CBCE, 2002.
- THOMAS, Keitch. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TURNER, Frederick. O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- UIAA. Climbing the olympic mountain. [200-?]. Disponível em: <<http://www.uiaa.ch/article>>.
- UVINHA, Ricardo. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L. G.G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. p. 437-447.
- _____. Juventude, lazer e esportes radicais. São Paulo: Manole, 2001.

- VALLE, Marisol R. A província da ousadia: representações sociais sobre Ipanema. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.
- VILLAVERDE, Sandoval. Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão ética. In: BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas, SP: Autores Associados: UNICAMP, 2001.
- VIACRUX. Buracos do c... cavada, drogada e prostituída. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.
- WACQUANT, Loic. Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da geografia cultural. In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- WEBER, Eugen. França fin de siècle. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WERNECK, Christianne; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder. Lazer e mercado. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- WRIGHT MILLS, Charles. A nova classe média. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.

ANEXO 1

○ GRUPO DE CAMINHADA ECOLÓGICA ALTERNATIVA DE VIDA²⁰⁹

Introdução

A proposta que desenvolveremos a seguir é fruto das inquietações acadêmicas que surgiram na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1998,²¹⁰ no âmbito de uma disciplina que faz parte de um Curso de Especialização em Educação Física Escolar (EspEFE-UFF).²¹¹ Em nossas sondagens iniciais, quando os alunos do curso se manifestaram sobre sua prática pedagógica, uma visível insatisfação profissional muitos deles não crêem que possa haver alguma mudança no cenário profissional do professor de EFE. Entre as dificuldades por eles relatadas, alguns confessaram que não têm argumentos suficientes para convencer seus alunos a conhecerem outras atividades, apresentando-os a uma educação física distinta da que Jacqueline Marsenach chama de “educação física de ontem”.²¹² Ficou claro que eles não se sentem à vontade para atuar fora dos esportes tradicionais, da utilização da competição como fim e do modelo centrado no professor.

²⁰⁹ Publicado em: **Coletânea do II Seminário lazer em debate**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 146-152.

²¹⁰ De lá para cá a cada semestre duas novas turmas são matriculadas a cada semestre e o perfil dos alunos mantém-se semelhante.

²¹¹ O curso é freqüentado por professores de educação física. Destes, mais de 90% atuam na rede pública de ensino.

²¹² MARSENACH, Jacqueline et al. *Education physique et sportive quel enseignement?* Paris: INRP, 1991.

Ao mesmo tempo em que questionávamos a exacerbação do esporte, formas alternativas de educação física escolar foram debatidas bem como a melhor forma de incorpora-las ao tempo de lazer. Considerando o lazer uma possibilidade de contribuir no desenvolvimento cultural discutimos a dicotomia “educação pelo lazer e a educação para o lazer”.²¹³

Um primeiro momento: como discutir diferentemente a educação física escolar a partir do nosso próprio lazer

Como outros autores, entendemos o lazer como representação da cultura de uma determinada sociedade, logo, devemos estar atentos ao fato de que ele “pode constituir-se num elemento de conformismo ou de resistência à ordem social estabelecida”.²¹⁴ Por este motivo, acreditamos ser de vital importância sua abordagem pelos educadores dentro do projeto pedagógico destes.

Ao discutir as relações entre lazer e cultura popular, Joffre Dumazedier, argumenta que o lazer é prioritário na sociedade contemporânea onde “a busca por um estilo de vida é, pois, inseparável de uma tomada de consciência dos problemas da vida social”,²¹⁵ e a questão ambiental, parece ser hoje bastante atual. Este autor, já identificava, há quase 30 anos, a necessidade de a civilização urbana industrializada se voltar para a natureza.²¹⁶ Este fato está evidenciado, atualmente, na multiplicidade de atividades físicas esportivas que surgiram nos últimos anos, cuja prática extrapola o ambiente escolar. Jorge Mota afirma que é o lazer fornecendo

a oportunidade de uma exploração rápida e de uma vivência no meio natural... favorecendo e eventualmente garantindo algumas das necessidades mais presentes dos sujeitos face à natureza, seja individual ou coletivamente.²¹⁷

A partir dessas reflexões, passamos a discutir com nossos alunos a possibilidade de as caminhadas ecológicas virem a ser incluídas em sua prática pedagógica em cidades como Niterói e Rio de Janeiro.

Neste curso também discutimos as dinâmicas das relações sociais, levando sempre em consideração as incoerências de uma sociedade que tem como um dos seus principais valores o imediatismo de resultados, que só beneficiarão o indivíduo ou um pequeno grupo. Pensando numa sociedade que seja mais justa e de que maneira poderíamos contribuir enquanto educadores. Procuramos difundir

²¹³ MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas, SP: Papirus, 1983.

²¹⁴ BRUHNS Heloisa Turini. *Relações entre a educação física e o lazer*. In: BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). *Introdução aos estudos do Lazer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 33.

²¹⁵ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 264.

²¹⁶ Ibid

²¹⁷ MOTA, Jorge. *A actividade física no Lazer, reflexões sobre sua prática*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. p. 63.

novas concepções pedagógicas da educação física escolar, como, por exemplo, a contida na obra conhecida como “Coletivo de Autores”.²¹⁸ Levantamos a seguinte questão para nossos alunos: de que forma os estudantes da rede pública de ensino, após passarem pelo período obrigatório de educação física, podem utilizar os conteúdos com eles trabalhados, em práticas informais não conduzidas por professores de educação física, na vida adulta. Dito de outra forma, como a atividade física poderia ser incorporada no envelhecimento do indivíduo como mais uma prática de lazer à sua disposição. Naquele instante, nossa opção metodológica recaiu no aprofundamento de nossas fundamentações teóricas a partir de participação de nossos alunos do EspEFE-UFF numa atividade prática.²¹⁹ Ao mesmo tempo em que discutíamos os princípios da proposta: cooperação, intergeracionalidade, atividade física informal, percebemos que a estratégia escolhida poderia auxiliar na integração dos alunos do curso já que foi desenvolvida em um dia normalmente destinado ao lazer, em que não havia aula.²²⁰

Como as aulas do EspEFE-UFF são em em Niterói, com muitos alunos residindo tanto nesta cidade como no Rio de Janeiro, intercalamos a atividade proposta nas duas cidades, que, juntas têm mais de uma centena de opções de escolha. Optamos por algo bastante simples: um aluno da turma ficaria responsável pela condução do grupo a um local de sua própria escolha. Com a antecedência necessária eram passadas as informações básicas sobre o local da Caminhada, tais como seu grau de dificuldade, tempo de duração, horário de encontro e outras que se fizessem necessárias.

As atividades esportivas de volta à natureza uma alternativa à educação física tradicional

De certa forma, podemos dizer que as atividades físicas consideradas como esportivas tiveram sua origem e difusão no contato direto com o meio ambiente. Num momento posterior, elas foram interiorizadas com o advento dos novos esportes realizados em ambientes fechados ou delimitados por uma arquitetura criada pelo homem. Nos últimos anos, assistimos a um movimento inverso, que é a volta para os esportes em contato com a natureza. A este fato devemos acrescentar que o homem do século XXI “avança com o espírito de aventura”²²¹ e que suas novas conquistas estão “inseridas no modo simbólico”, seria a “aventura lúdico-esportiva na natureza”.

²¹⁸ SOARES, Carmem Lúcia et al. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1994.

²¹⁹ Foi frisado que não haveria nenhum caráter de participação obrigatória, ou qualquer tipo de cobrança daqueles que não desejassem participar da atividade.

²²⁰ Nossa idéia foi de que enquanto atividade de lazer, com característica intergeracional, poderia extrapolar o ambiente do Curso, ficando aberto também a participação dos familiares e amigos.

²²¹ COSTA, Vera Lúcia de Meneses. **Esportes de aventura e risco na montanha**: uma trajetória de jogo com limites e incertezas. Tese (Doutorado)-Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999. p. 14.

Nestas atividades reorganiza-se “o sistema de esportes, ocasionando uma renovação simbólica e de signos que constituíam o imaginário esportivo”.²²² É, portanto, uma ruptura com as práticas convencionais, “o aleatório e o inesperado passam a ser as condições de desafio e excitação para o praticante”²²³, que a teoria de Norbert Elias (1995),²²⁴ caracteriza como a procura por um tipo de tensão/excitação agradável. Poderíamos considerar o início de uma trilha como a passagem do espaço profano para o espaço sagrado, que, neste caso, seria simbolizado pelo desafio do percurso a ser vencido.²²⁵ Para um praticante de esportes de aventura atingir o topo da montanha pode possibilitar “o rompimento com o nível terrestre, penetrando uma região pura, divina, que transcende o mundo profano”.²²⁶ Temos encontrado algumas classificações para essas atividades físicas também chamadas de aventura ou de adrenalina máxima,²²⁷ que têm um contato direto com a natureza, seriam: os esportes californianos, ecoturismo, esportes outdoor, esportes radicais, esportes na natureza etc.

No que tange à questão da cooperação e da competição, tão presente nos discursos dos professores de educação física, Pierre Parlebas²²⁸ procurou responder à afirmação de que os esportes considerados coletivos são aqueles que mais favorecem o desenvolvimento da solidariedade interpessoal e a coesão. Ele investigou, em situação de prática efetiva, diversas atividades físicas esportivas concluindo que, contrariamente ao que se imaginava, os esportes coletivos não favorecem o crescimento da solidariedade sócio afetiva no conjunto dos praticantes. Esse resultado só era plenamente atingido com atividades como “as Caminhadas em contato com a natureza que estimulam eficazmente a solidariedade e a interação afetiva do grupo”.²²⁹ No site da internet do grupo Trilharte, a Caminhada Ecológica é entendida como uma atividade que

não é apenas andar no meio do mato. Trata-se de um esporte não competitivo, onde cada participante deve colaborar com o companheiro de aventura para que todos superem os obstáculos e possam atingir o objetivo da chegada. Exige ritmo, equilíbrio, e passada regular, sempre devagar, queremos nos divertir e não bater recordes. (TRILHARTE, 2000)

²²² Ibid., p. 16.

²²³ Ibid., p. 22.

²²⁴ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Sport et civilisation, la violence maîtrisée**. Mesnil-sur-l'Éstrée: Fayard, 1995.

²²⁵ COSTA, Vera Lúcia de Menezes. *Esportes de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas*. Tese (Doutorado)-Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

²²⁶ Ibid., p. 56.

²²⁷ Caberia tudo, desde a competição formal à competição simbólica, o desafio a ser superado pelo escalador, a melhor onda, a primeira via etc.

²²⁸ PARLEBAS Pierre. Crise et meprise en education physique. In: RENÉ, Bernard Xavier (Dir.). **A quoi sert l' EPS**. Paris: EPS, 1997.

²²⁹ Ibid., p. 86.

Avançando com a proposta, um segundo momento: o surgimento do Grupo Caminhada Alternativa de Vida

No decorrer do ano de 1999, devido à assiduidade dos alunos do curso bem como de seus familiares e amigos, e posteriormente amigos dos amigos e familiares, formou-se uma rede de relações sociais bastante interessante. Logo percebemos que a frequência não estava mais restrita aos alunos do EspEFE-UFF, que foi o nosso primeiro objetivo. Em média conseguíamos reunir em cada final de semana entre 20 a 30 pessoas sendo que 25% a 30% eram alunos do curso. Naquele momento já estávamos certos de que: não queríamos qualquer tipo de liderança baseada numa hierarquia; de que a atividade estava aberta a todos, independentemente de pertencerem ao EspEFE-UFF ou não; estabelecemos também que todas as atividades deveriam ser gratuitas e que ninguém salvo aquele que propôs a caminhada, tinha o compromisso firmado de ir à atividade; por este motivo os horários previstos eram respeitados e se, por algum motivo, ninguém comparecesse, o responsável pela atividade fazia a caminhada sozinho, já que ela estava incorporada às suas atividades de lazer daquele dia. Quanto ao ritmo adotado, empregava-se o do membro mais lento do grupo sendo dado a ele, ou a qualquer dos presentes, o direito de solicitar pausas para descanso.

No final de 1999, por iniciativa de um dos mais participativos frequentadores, foi proposto um nome para o grupo, imediatamente adotado por aqueles que estavam presentes no momento da sua proposta. Paralelamente foi criada uma página na internet²³⁰ que, no primeiro momento, serviu para divulgar a idéia. Na página foi incluída uma galeria de fotos, alguns textos com informações básicas e a relação dos locais por nós visitados. A divulgação na internet permitiu apresentar a proposta para pessoas que não conheciam ninguém do grupo, mas se interessavam pela atividade que era veiculada pela página,²³¹ a partir daí, novas redes foram sendo estabelecidas.

Tivemos a atenção de discutir com os participantes das atividades realizadas pelo Grupo Alternativa de Vida, que nos manteríamos alerta para não incorrer em erros semelhantes aos já detectados nas análises do movimento do Esporte para Todos. Sobre este movimento, Libaneo citado no Coletivo de Autores, afirma que

tendência liberal não diretiva, na qual o social é entendido como uma extensão do individual, ou seja, trata-se de desenvolver atitudes de cooperação e solidariedade, a fim de inserir-se de maneira positiva no meio social já dado.²³²

²³⁰ O endereço a disposição é <<http://www.alternativavid.hpg.com.br>> administrado por Júlio Cesar Paes de Melo que foi o idealizador da página e que sugeriu o nome para o grupo.

²³¹ No início só era divulgado o que já havíamos feito, pois não tínhamos ainda claro como proceder com pessoas que se interessassem em fazer parte do grupo e não conhecêssemos as suas possibilidades de enfrentar os diversos níveis de dificuldade das diferentes caminhadas.

²³² SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 56.

Para nós estava claro, desde o início, que mesmo atuando de forma informal e tendo o nosso lazer também como objetivo, não iríamos desenvolver uma atividade sem propósito, sempre reconhecemos as limitações de propostas “que desconsideram os conflitos de classe onde interesses antagônicos se colocam no interior do processo educativo”.²³³

Conclusão

Professores de diversas disciplinas vêm abordando, em suas aulas, questões relacionadas ao meio ambiente. Este é um tema que o professor de educação física não pode se furtar a discutir em sua prática pedagógica, merecendo sua integração com outras disciplinas no projeto pedagógico da escola.

Enquanto professor da disciplina “A escola preparando para um envelhecimento saudável” no curso EspEFE-UFF, no início pensávamos em formas alternativas de educação física: que extrapolassem o ambiente escolar formal, que pudessem, de imediato, vir a ser incorporadas na forma de uma atividade de lazer, possibilitando a integração de diversas gerações. O relativo sucesso do Grupo de Caminhada Alternativa de Vida, que hoje pode contabilizar mais de 300 participantes, pode ser creditado ao modo informal como ele se apresentou. A este grupo convergiram pessoas, que, enquanto homens urbanos, sentiam a necessidade de ocupar seu tempo disponível com uma atividade física esportiva que pudesse ser praticada enquanto lazer. A intenção da proposta é a de que se vá além de um mero passatempo de final de semana, e que fundamentalmente haja um compromisso com a idéia, que extrapole a sua presença pontual. No caso específico dos profissionais de educação física que já participaram de nossas atividades, temos relatos de alguns que dizem ter incluído em seus planejamentos escolares a caminhada ecológica. Futuramente esperamos desenvolver uma pesquisa para verificar de que maneira isto foi percebido pelos seus alunos, e se a prática da caminhada ecológica passou a ser incorporada no tempo de lazer destes novos praticantes.

O que vem sendo desenvolvido no Grupo Alternativa de Vida é o (re) encontro do homem urbano com a natureza, onde, na forma de um lazer consciente, são incorporados novos compromissos, tanto individuais como coletivos, capazes de contribuir positivamente para a melhor interação do homem com o seu meio ambiente.

²³³ Ibid.

REFERÊNCIAS

BRUHNS Heloisa Turini. Relações entre a educação física e o lazer. In: BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). Introdução aos estudos do Lazer. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

COSTA, Vera Lúcia de Meneses. Esportes de aventura e risco na montanha: uma trajetória de jogo com limites e incertezas. Tese (Doutorado)-Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1975.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. Sport et civilisation, la violence maîtrisée. Mesnil-sur-l'Éstrée: Fayard, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e humanização. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MARSENACH, Jacqueline et al. Education physique et sportive quel enseignement? Paris: INRP, 1991.

MOTA, Jorge. A actividade física no Lazer, reflexões sobre sua prática. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

PARLEBAS Pierre. Crise et meprise en education physique. In: RENÉ, Bernard Xavier (Dir.). A quoi sert l' EPS. Paris: EPS, 1997.

SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1994.



ANEXO 2

LAZER E ESPORTES NA NATUREZA FACE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTRE O POSSÍVEL E O NECESSÁRIO²³⁴

“O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico [...] Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.”

(Felix Guattari, 2003, p. 8-9)

Introdução

O momento histórico em que vivemos pode ser caracterizado por um profundo quadro de crises e contestações que se abatem sobre inúmeras áreas de atuação humana. Crises paradigmáticas que permeiam desde questões referentes a reflexões do universo científico, até as de ordem social e cultural. A configuração dessa crise, – tão comum e freqüente no universo acadêmico –, diz respeito, em última análise, a questionamentos do caráter racional e utilitarista assumido pelas sociedades ocidentais, com sua exacerbada exaltação aos valores pragmáticos orientados, pura e simplesmente pela lógica do mercado e da lucratividade.

²³⁴ Publicado em: *Seminário o Lazer em Debate*, 5., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/LAZMIN, 2004. p. 187 – 193. 1 CD-ROM.

A partir dessas formulações, o pensamento contemporâneo passa a, cada vez mais, pôr em dúvida os valores e fundamentos epistemológicos mais elementares de toda a cultura ocidental. Uma enorme incredulidade permeia as formulações teóricas contemporâneas, e desmoronam as certezas e convicções do passado. Nesse cenário, uma questão em especial ganha nobre vitalidade: a crise ambiental, que acaba por marcar os limites da racionalidade moderna e emerge como tema fundamental a ser tratado até mesmo pelas agendas governamentais. Por conta disso, o movimento ambientalista ganhou força, e a educação ambiental passou a ser formulada com um corpo teórico mais sólido.

Partindo do pressuposto de que a origem da atual crise ambiental está no sistema cultural da sociedade industrial, ou, em outras palavras, de que a crise ambiental representa com fidedignidade a crise de toda uma civilização, pretendemos aproximar teoricamente os esportes na natureza, enquanto manifestação própria e vivência característica do lazer, e os pressupostos metodológicos da educação ambiental, apontando as semelhanças existentes entre ambas as manifestações.

Educação ambiental e revolução epistemológica

O cerne das discussões que se desenrolam no movimento ambientalista é de que a crise ecológica reflete a crise de toda uma civilização. De acordo com esses argumentos, a crise ecológica seria fruto de uma determinada forma de conceber o mundo natural e social. Referimo-nos aqui à dicotomia existente entre natureza e sociedade proveniente do projeto científico modernista, que idealizava exercer controle, domínio e simplificação do mundo. Essa mesma lógica que tem sido apontada por muitos como responsável por aquilo que se convencionou chamar de crise na cultura ocidental, pois os referenciais mais elementares que orientam o agir humano, estariam então, estremecidos. É essa crise que tem sido frequentemente associada à crise ecológica, pois como menciona Alvarez:

[...] a problemática ambiental ligada, por sua vez, a outras questões não menos importantes, como a crise econômica, armamentista e energética, e a deteriorização da vida nos países de terceiro mundo e nas grandes cidades dos países industrializados, com graves repercussões na saúde e na deteriorização das relações humanas.²³⁵

Essas ligações podem ser consideradas causadoras do interesse pelas questões propriamente ambientais. Entretanto, outro fator significativo para tal difusão, tem sido a ampla comercialização de imagens sensacionalistas que criam no imaginário popular um cenário catastrófico e alarmista quanto à degradação do meio ambiente, criando a incerteza e gerando um medo global diante da possibili-

²³⁵ ÁLVAREZ, Maria et al. *Valores e temas transversais no currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 31.

dade de extinção da vida humana. Esse crescente interesse contribui também para a formulação da idéia de que uma mudança de atitude frente ao meio ambiente deveria iniciar-se.

Mas a associação entre a crise ambiental e os demais aspectos da vida social e política, reflete um problema maior, de caráter filosófico, que é a dificuldade de legitimação da cultura ocidental, ou, em outras palavras, da modernidade, representada pelo paradigma mecanicista-cartesiano. Tal concepção filosófica acaba por estabelecer uma visão de mundo que além de criar uma dicotomia entre homem e natureza, os coloca em pólos antagônicos e, ainda mais, põe o homem em posição exterior e de superioridade frente a esta, inaugurando, assim, uma ética antropocêntrica, na qual a natureza é sumo meio instrumento em função dos seus interesses. E é neste tipo de concepção de mundo, que repousa o ideal modernista de que o desencantamento dos mistérios da natureza, a fazer-se através de uma racionalidade científica, livraria a humanidade.

O ideal modernista não se concretizou, e a crença na racionalidade científica-positivista começava a ser contestada, pois, segundo Adorno e Horkheimer “a Terra totalmente esclarecida, resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”.²³⁶ A catástrofe, aqui, pode ser compreendida para além dos desastres ecológicos, que, por si só, já representariam algo digno de nota, mas que pode ser ampliada para a verificação de que outras “catástrofes” se fazem presente em nosso cotidiano. Nos referimos às imensas mazelas sociais, às condições exploratórias a que se expõem milhares de trabalhadores urbanos e rurais; ao abismo social provocado pela má distribuição de renda entre países desenvolvidos e periféricos, ou mesmo entre os cidadãos mais ricos e mais pobres, e a uma infinidade de situações recorrentes na sociedade capitalista.

A crise ambiental é a crise da civilização ocidental; é a crise do capitalismo, pois como bem afirmam McLaren e Farahmandpur “o capitalismo é mais que uma lição circunspecta para historicistas; ele oferece a demonstração ideal para a tragédia da espécie humana”.²³⁷

Ainda como exemplo do nefasto e predatório quadro capitalista, citemos a emergência e a cristalização de uma ética pragmática, que ocasiona a expansão de um consumismo desenfreado, que só reitera a valorização da natureza enquanto há possibilidades de utilização imediata, enquanto valor de uso.

O que estamos tentando evidenciar com isso é a nossa posição de que a instrumentalização da natureza, manifesta na atual crise ecológica, é a essência

²³⁶ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. p. 19.

²³⁷ McLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. *Pedagogia revolucionária na globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 27.

de muitos dos problemas que enfrentamos atualmente, pois “o próprio paradigma industrial capitalista jamais teria se sustentado, e mesmo iniciado, sem que a natureza tivesse sido completamente objetivada.”²³⁸

Logo, para se efetivar, o projeto de educação ambiental deve acontecer por intermédio de uma difusão de valores ecológicos capazes de transformar a realidade, em vez de se restringir à transmissão de informações sobre o meio ambiente. A esse respeito fala-nos Philippe Layrargues:

O objeto da educação ambiental não é propriamente a ausência de conhecimentos ecossistêmicos, a desinformação a respeito dos aspectos ecológicos. Antes disso, é a própria visão de mundo instrumental que favorece uma atitude utilitarista, face aos valores culturais da nossa sociedade.²³⁹

Entretanto, ainda segundo o autor, devemos salientar que “a educação ambiental não é neutra, é ideológica”,²⁴⁰ e isso significa dizer que qualquer projeto de educação ambiental deve considerar os aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais e éticos,²⁴¹ já que o próprio problema ambiental é consequência dessa complexa relação.

Na tentativa de redefinir os referenciais dessa ética pragmática-utilitarista, que a tudo instrumentaliza, em função, principalmente, das exigências mercadológicas postas pela lógica da lucratividade, própria da sociedade capitalista, é que elegemos o fomento de valores ecológicos, não como salvação messiânica das contradições sociais a qual estamos imersos, mas como possibilidade de questionamento de tais circunstâncias a partir do redimensionamento da simbiótica e inextricável relação entre homem e natureza.

Contestações e questionamentos endereçados à lógica empírico-cartesiana, e seu paradigma do conhecimento, trazem à tona a necessidade de reformulação dos eixos epistemológicos da nossa cultura. E a educação ambiental cuja tarefa “é proceder uma tematização a respeito dos valores que regem o agir humano em sua relação com a natureza”²⁴² pode ser ferramenta extremamente útil na tentativa desta reformulação, já que tem intrinsecamente uma lógica complexa, globalizante e transdisciplinar.

²³⁸ GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 43.

²³⁹ LAYRARGUES, Philippe P. A resolução de problemas ambientais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, Marcos (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 139.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 140

²⁴¹ *Ibid.*, p. 137.

²⁴² GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 22.

O lazer como veículo de educação ambiental

Elegemos o lazer para operacionalizarmos nossa teleologia ambiental de ruptura paradigmática. Obviamente, essa decisão não se deu ao acaso. A legitimidade desta aproximação está no fato de o lazer ser um fenômeno contemporâneo e que tem permeado as discussões sobre as dimensões da essência humana.

Para além disso, podemos interpretá-lo como fenômeno social historicamente produzido, e, sendo assim, cheio de tensões oriundas do estabelecimento de complexas relações entre este, e os aspectos econômicos, políticos e sociais da realidade. Exatamente por isso é que vemos neste fenômeno a possibilidade de questionamento da ordem social, devido a sua configuração não-neutra; propriamente ideológica “educar pelo lazer significa aproveitar o potencial das atividades para trabalhar valores, condutas e comportamentos”.²⁴³

Obviamente que o próprio lazer guarda suas facetas pejorativas e ponderáveis, sob uma ótica de reordenação paradigmática e epistemológica, tal como a defendida até aqui. Estamos nos referindo às concepções funcionalistas do lazer, que acabam por se apropriar do fenômeno para fins utilitaristas e mercadológicos, basta observar sua valorização como um mercado rentável e promissor, no qual o consumo “vem definindo novos contornos e determinações para o lazer”.²⁴⁴

Observe-se por exemplo, a indústria do entretenimento e do turismo, que enfatiza a utilização do tempo disponível para o lazer. O problema que se coloca nesse caso, é a impertinência das práticas turísticas estarem demasiadamente impregnadas por uma lógica do capital e sua conseqüente, e inevitável, desapropriação dos conteúdos éticos. Uma proposta de educação ambiental que pretende valer-se de referenciais de valores humanizadores e democratizantes; correria o risco de cair nas tentadoras e maléficas teias do consumismo.

Ao compreendermos a ambigüidade presente nas atividades de lazer, situando-as entre a manutenção e a superação da ordem social, explicitamos nossa compreensão de que momentos de opressão e resistência compartilham o mesmo espaço. Entretanto devemos ter sempre em mente nosso projeto de reordenação dos fundamentos que orientam nossas práticas sociais cotidianas, em especial nossa relação com a natureza. É nesse sentido que devemos nos valer dos conteúdos do lazer como um espaço de questionamento e superação do sistema social vigente. E consideremos que as práticas de lazer não se prestam tão somente ao entretenimento ou preenchimento do tempo disponível, mas exatamente ao oposto disso,

²⁴³ MELO, Vcitor; ALVES JÚNIOR, Edmundo. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 53.

²⁴⁴ WERNECK, Christianne. *O lazer na sociedade contemporânea: via de diferenciação entre classes e grupos sociais ou estratégia de mobilização e engajamento político?* In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA, Helder (Org.). *Coletânea III seminário lazer em debate*. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2002. p. 31.

prestam-se ao questionamento da ordem social vigente, já que o próprio lazer, enquanto fenômeno, constitui uma dimensão cultural, historicamente produzida e acumulada da qual podem emergir valores capazes de questionar a atual estrutura social, ao mesmo tempo em que representa mais um aspecto administrado pela lógica do mercado.²⁴⁵

E mesmo a apropriação do lazer como expressão transformadora, pode flutuar entre uma remota possibilidade e uma urgente necessidade; em que diante do atual quadro de desestabilidade social gerado pela lógica capitalista, nos coadunamos com a posição de Melo & Alves Jr., quando afirma que “os momentos de lazer *não podem* ser compreendidos como instantes de alienação, desconectados da realidade social”.²⁴⁶ Trata-se então de “[...] considerá-lo como tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças na ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social”.²⁴⁷

Vivências de lazer e esportes na natureza

Presenciamos hoje, uma crescente popularização das práticas esportivas na natureza, e esta configura uma possibilidade de vivência do tempo disponível para o lazer. Sua principal característica é a utilização de espaços naturais para sua prática. Posto isso, consideremos agora que existe uma crença geral de que o íntimo contato do homem com a natureza já seria suficiente para transformar a maneira pela qual ele relaciona-se com esta, trazendo em sua prática, intrinsecamente, a necessidade de uma consciência ambientalista.

Entretanto, o surgimento da indústria do entretenimento, do lazer e do turismo – e agora do ecoturismo – como promissores e já lucrativos mercados, já explicita a incorporação desse tipo de prática por esse mercado, que permite “sua interpretação como mais um artifício para a continuidade da reprodução da lógica capitalista”.²⁴⁸

Tal incorporação nos suscita uma reflexão acerca desta conjugação, pois representa a adaptação e a codificação de uma experiência corporal de lazer a uma filosofia cartesiana – instrumental com sua subsequente ideologia liberal cientificista, que traz em seu bojo elementos intrínsecos a tal concepção filosófica, tais como a valorização e a exaltação da performance e a dominação e instrumentalização da natureza. Nesse caso, as vivências de lazer na natureza passam a ser mediadas por relações de consumo; valores pragmáticos e utilitaristas, já que envolvem o desenvolvimento de toda uma indústria de produtos e serviços relacionadas aos esportes na natureza.

²⁴⁵ MELO, Victor; ALVES JÚNIOR, Edmundo. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 51, grifo nosso.

²⁴⁷ MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e Educação*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 40-41.

²⁴⁸ SERANO, Célia. A educação pelas pedras: uma introdução. In: SERRANO, Célia (Org.). *A educação pelas pedras*. São Paulo: Chronos, 2002. p. 7.

Contudo, não desconsideramos a dimensão educativa dessas vivências para que se potencialize um projeto de educação ambiental coerente com o desejo de transformação do arcabouço epistemológico que permeia nossa atual relação com a natureza, mas para bem longe disso, reconhecemos e valorizamos tal dimensão, pois conforme nos afirma Serrano:

O recurso às viagens para estudos do meio como meio de ruptura da compartimentação do saber e para o estímulo à construção singular do conhecimento, facilitada pela experiência direta, coloca-se de modo privilegiado por tudo o que pode oferecer, analogamente aos momentos de lazer, de favorável a sensibilização e à percepção.²⁴⁹

O reconhecimento do potencial educativo de tais atividades deve, em primeiro lugar, fazer-se com cautela, para que não se operacionalizem como prática compensatória, pois assim, a ida a um desses locais, representaria uma mudança no local de intervenção, mas os pressupostos filosóficos e metodológicos continuariam os mesmos. E reiteramos a urgente necessidade de que ambas as variáveis: o lazer na natureza e a própria educação ambiental sejam compreendidas a partir de uma perspectiva crítica. “Procurar a natureza para lazer, descanso e relaxamento seja através da contemplação, seja através da “adrenalina”, não deve servir para que esqueçamos o humano que marca nosso cotidiano, mas para que reflitamos sobre ele”.²⁵⁰

Nessa perspectiva, o contato com a natureza já nos permite ensaiar uma ruptura com nossa forma de relação com a mesma, e ainda mais quando este contato é mediado por vivências de lazer e esportes na natureza, pois nesse tipo de vivência “está em jogo muito mais uma relação de contrato, de negociação com os elementos da natureza, do que uma relação de domínio e controle”.²⁵¹ É a necessidade de relação dialógica, de sintonia com os elementos naturais, imposta pela prática de esportes na natureza que potencializa a difusão de um sistema de valores necessários à mudança de postura e consciência ambiental, pois a imprevisibilidade característica desses esportes, faz com que seus praticantes tenham de sincronizar suas ações a diversos outros elementos, o que traz por consequência o redimensionamento do paradigma moderno que concebe homem e natureza como pólos distintos. Para que as ações dos esportes na natureza sejam bem sucedidas é preciso que homem-natureza sejam encarados em uníssono. Como bem nos alerta Sandoval Villaverde, a essência desse tipo de prática, é presidida por

²⁴⁹ Ibid., p. 12.

²⁵⁰ Ibid., p. 17.

²⁵¹ VILLAVERDE, Sandoval. *Corpo, lazer e natureza: elementos para uma discussão ética*. In: BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. *Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas, SP: Autores Associados: UNICAMP, 2001. p. 110.

uma lógica predominantemente estética, ou seja, as práticas de lazer nos esportes na natureza, não assumem compromissos com paradigmas performáticos ou de produtividade.

Trata-se de um desempenho muito mais guiado pela habilidade e beleza dos gestos do que por sua funcionalidade, mais pelo prazer do que pela sua utilidade. Trata-se do triunfo do estilo sobre a força [...] passam a ser dirigidas antes de tudo pela sensibilidade. Trata-se de sentir, experimentar, compor e negociar.²⁵²

E o autor continua dizendo:

O que é importante reter é que elas apresentam, exatamente pelo que trazem de novo na relação com o corpo e com a natureza, uma possibilidade concreta de exercitar uma nova relação consigo próprio, de vivenciar de forma diferente o mundo e de experimentar formas renovadas de sociabilidade e de relação com a alteridade. Tal exercício deve visar sobretudo subjetividades autônomas, capazes de, entre outras coisas, contrapor-se aos apelos constantes da lógica da superprodução capitalista e do consumo [...].²⁵³

Ao considerarmos os esportes na natureza enquanto fenômeno próprio do Lazer, e colocar este último nestes termos, estamos tentando vinculá-los aos pressupostos de uma educação ambiental, que como já mencionamos, requer uma reorientação, um questionamento para com o paradigma cartesiano e aos seus valores subjacentes.

A dimensão estética e contemplativa, presente nessas práticas, é que viabiliza de maneira lúcida e tangível sua articulação com a ética, imprescindível ao questionamento paradigmático reclamado pela educação ambiental, pois “determinadas percepções, sensibilidades podem se ajustar ou contestar um determinado conjunto de valores”.²⁵⁴

* * *

Diante da crise ecológica, que em sua essência retrata uma crise civilizatória, apontamos a necessidade de lançarmos um novo olhar, crítico e questionador, sobre os princípios filosóficos e epistemológicos que orientam nosso agir cultural. Citamos a valorização da acumulação de bens, e, em última análise, a incorporação dos principais temas sociais pelo mercado.

²⁵² Ibid., p. 110.

²⁵³ Ibid., p. 112.

²⁵⁴ MELO, Victor. Educação estética e animação cultural. *Licere*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2002. p. 45.

Esse último ponto é um problema que se manifesta tanto no âmbito da educação ambiental, quanto no do lazer. E no afã de buscarmos vivências de lazer mais significativas e comprometidas, que possibilitassem a referida transformação social e epistemológica, tentamos fazer uma aproximação entre os esportes na natureza, o lazer e a educação ambiental, apontando não só sua urgência e necessidade mas também suas reais possibilidades, já que este primeiro elemento, pode funcionar como um mediador, um elo de ligação entre as particularidades da educação ambiental e do lazer, por contemplar ambas as perspectivas. Não pretendemos com um projeto de educação ambiental determinar de maneira definitiva o rumo da construção das subjetividades, mas sim, por intermédio das vivências de lazer pela prática de esportes na natureza, apresentar uma nova maneira de se relacionar face à natureza, e, com isso, possibilitar um novo pensar, agir e sentir não só ante as questões propriamente ecológicas, mas também em face dos elementos políticos, econômicos e sociais que permeiam inextricavelmente tais práticas, configurando, assim, o caráter ideológico dessa forma de educação, capaz de subsidiar uma verdadeira e radical revolução na realidade social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- ÁLVAREZ, Maria et al. Valores e temas transversais no currículo. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- GRÜN, Mauro. Ética e educação ambiental. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- HOBBSAWM, E. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAYRARGUES, Philippe P. A resolução de problemas ambientais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, Marcos (Org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MARCELLINO, Nelson C. Lazer e educação. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- McLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. Pedagogia revolucionária na globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MELO, Victor. Educação estética e animação cultural. Licere, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2002.
- _____; ALVES JÚNIOR, Edmundo. Introdução ao lazer. Barueri, SP: Manole, 2003.
- SERANO, Célia. “A educação pelas pedras: uma introdução”. In: SERRANO, Célia (Org.). A educação pelas pedras. São Paulo: Chronos, 2002.
- VILLAVERDE, Sandoval. “Corpo, lazer e natureza”: elementos para uma discussão ética. In: BRUHNS, Heloísa T.; GUTIERREZ, Gustavo L. Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas, SP: Autores Associados: UNICAMP, 2001.
- WERNECK, Christianne. “O lazer na sociedade contemporânea: via de diferenciação entre classes e grupos sociais ou estratégia de mobilização e engajamento político?” In: WERNECK, Christianne; ISAYAMA, Helder (Org.). Coletânea III seminário lazer em debate. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2002.

ANEXO 3

ESPORTES NA NATUREZA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR²⁵⁵

Introdução

Este trabalho pretende fazer uma reflexão teórica acerca da apropriação da prática de esportes na natureza enquanto elemento educativo nas aulas de Educação Física escolar (EFE).

Antes de nos aprofundarmos nessa temática, faremos uma breve contextualização sobre as motivações que nos impulsionam a vislumbrar possibilidades educativas para a EFE no estabelecimento de relações com essas novas práticas. Isso significa enunciar nossas intencionalidades nesse tipo de articulação.

Trabalho, escola e sociedade: configuração ideológica do espaço escolar

Em primeiro lugar, compreendemos a escola – espaço onde se desdobram as intervenções na EFE, não como um espaço tão somente de reprodução, mas para longe disso, como um possível espaço de questionamento da ordem social instituída; sendo,

²⁵⁵ Publicado originalmente em: *Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*, 8., 2004, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, GEF, 2004. p. 215 – 218.

²⁵⁶ ONFRAY, Michel. *A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão*. São Paulo: Rocco, 2001.

portanto, um rico e fecundo espaço de resistência e luta contra-hegemônica; logo, a escola potencializadora de uma oferta pedagógica rica e diversificada.

É nesse sentido que buscamos uma proposta, na qual as escolas constituam-se como um espaço de prática e vivência de lazer. Residindo aí uma contraposição àquilo que é um dos elementos norteadores da atual sociedade, e, conseqüentemente, da escola: o trabalho. Deixamos claro, então, nossa crença de que as práticas pedagógicas das escolas são fundamental e prioritariamente orientadas pela lógica do trabalho.

Obviamente, somos levados a tal posição por conta da aceitação da relação inexorável entre escola e sociedade. As escolas, como instituições sociais, têm seus códigos culturais e simbólicos, em alguma medida, condicionados pela estrutura social mais ampla. Em outras palavras, não são as escolas que determinam seus próprios conteúdos, mas ao contrário, é a sociedade que a conclama a estimular as habilidades e competências tidas como úteis para o jogo social.

Posto isso, devemos agora considerar as circunstâncias históricas que num determinado período, contribuíram para esse tipo específico de constituição ideológica. A ascensão do capitalismo mercantil que, paulatinamente, corroborou para a ascensão da burguesia como classe dominante. A burguesia era, nessa ocasião, composta basicamente por negociantes. A origem semântica da palavra negócio, deriva do latim, *negocium*, que significa negar o ócio. A compreensão dessas correlações nos parece importante, na medida em que desejamos apontar para a plausibilidade de uma educação para e pelo lazer na EFE, e a compreensão do conceito de lazer está fortemente atrelada à idéia de ócio. A classe que acabara de ascender ao poder negava o ócio como dimensão principal de suas vidas, a partir daí, é compreensível a idéia da constituição de uma sociedade cujo trabalho seria o valor principal. E, nesse tipo de sociedade, predominava a idéia de acumulação de bens e capitais, formando-se uma cultura do excedente.

Os avanços tecnológicos permitiram, mais tarde, a consolidação exacerbada dessa ideologia com o advento da indústria. A crescente industrialização permite, desde então, otimizar em muitas vezes as *performances* produtivas. Logo, se os valores dominantes supervalorizavam o incremento de sua produtividade, que por sua vez era mais fácil e rapidamente alcançado com o advento de toda a indumentária tecnológica, não demoraria muito para que esse tecnicismo se cristalizasse na sociedade.

A escola que se moldava nessa ocasião, assumia ares altamente tecnicista e objetivos, nos quais não havia espaço para o estímulo das subjetividades, num predomínio de elementos racionais, utilitários, pragmáticos, performáticos e tecnocráticos, pois, em última análise, todos esses elementos condizem com os códigos culturais do capitalismo.²⁵⁶

²⁵⁵ Publicado originalmente em: *Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*, 8., 2004, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, GEF, 2004. p. 215 – 218.

²⁵⁶ ONFRAY, Michel. *A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão*. São Paulo: Rocco, 2001.

Talvez, também por isso, o trabalho nas condições dadas pela sociedade capitalista, assuma um caráter tão depredatório e pouco significativo em si mesmo²⁵⁷ e é por isso também que pretendemos ampliar a composição de vida humana puramente centrada no trabalho, rumo a uma composição de vida dialética, que considere também as dimensões do lazer.²⁵⁸

Não se trata de execrar o trabalho como se fosse uma entidade maligna em si, pelo contrário, o trabalho é uma especificidade humana, no qual “o ato da produção e reprodução da vida humana realiza-se por meio do trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não-humanas.”²⁵⁹ Contudo, há se fazer uma restrição no que tange ao pensamento único e unidirecional, além das condições sociais em que este se dá.

É nesse sentido que surgem as manifestações do lazer como possibilidades reais de intervenção, sobretudo daquele tipo de intervenção almejada por nós, uma intervenção questionadora, comprometida com o ideal de transformação da estrutura social. Vejamos agora o motivo pelo qual acreditamos que no fenômeno lazer reside um potencial educativo e questionador.

Operacionalização dos conceitos de lazer: a perspectiva dos esportes na natureza

Na busca de um conceito de lazer, nos apropriamos da definição de Dumazedier:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entregar-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações [...].²⁶⁰

Ou seja, possui intrínseca e invariavelmente, um caráter *desinteressado*, não utilitário, que não busca outra recompensa senão a satisfação provocada pela própria atividade de lazer. O lazer traz em seu bojo relações éticas diferenciadas daquelas contidas no trabalho, é um espaço privilegiado de trocas culturais. E são exatamente essas dimensões éticas e culturais arraigadas no lazer que pretendemos disseminar entre nossos alunos, por acreditarmos que sejam mais coerentes com nosso ideal de sociedade pois prezam pelo desenvolvimento pessoal, pela valorização estética das sensibilidades, do gosto, do prazer e das subjetividades.

²⁵⁷ MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e Educação*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

²⁵⁸ MELO, Victor; ALVES JÚNIOR, Edmundo. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: 2003.

²⁵⁹ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2003. p. 123.

²⁶⁰ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 34.

O lazer dá-se no âmbito da cultura, que vai além das linguagens ou manifestações e incorpora normas, princípios e valores. E a cultura deve ser compreendida como um campo de luta e de tensões, e isso, obviamente aflige por consequência, o próprio fenômeno do lazer, que também adquire ambigüidades e tensões.²⁶¹

Tudo isso foi posto para ressaltar que a maioria dos elementos constitutivos das aulas de EFE, quase sempre pautados numa informalidade e em aspectos lúdicos e corporais que são, quase sempre, menosprezados pelo atual sistema educacional, mas que, entretanto, são dotados de um forte valor educativo, conforme afirma Jocimar Daolio, “talvez seja justamente seu caráter diferencial em relação a outras disciplinas, e seu caráter extracurricular, analisados como problemáticos em estudos atuais, que têm dotado a educação física de alta eficácia simbólica”.²⁶²

É no intuito de potencializarmos pedagogicamente as práticas de lazer no âmbito da EFE, que pensamos ser útil fazê-lo por meio de uma apropriação da prática de esportes na natureza. Em primeiro lugar, porque os conteúdos esportivos são tradicionalmente tidos como elementos culturais e simbólicos associados ao ensino da EFE.

A prática esportiva aqui preconizada é dotada de contornos alternativos se comparada aos modelos esportivos tradicionais e institucionalizados, sobretudo os esportes de alto rendimento. O que propomos é uma prática esportiva calcada em princípios fundamentalmente diferentes,²⁶³ a começar pelo deslocamento do objeto de competição do outro para a natureza ou até para si mesmo, o que possibilita criar uma atmosfera solidária e cooperativa, na medida em que todos naquele grupo compartilham de interesses em comum, podendo, portanto, articular-se, mais fácil e espontaneamente, de maneira coletiva para alcançarem suas metas.²⁶⁴ Nesse caso específico, não se trata de uma cooperação forjada artificialmente, como no caso do *fair-play*, mas sim de uma cooperação que é fruto de um senso de pertencimento coletivo.

Tal atitude incorre em uma postura de ruptura; uma ruptura que é desejável dentro das perspectivas educacionais que nos propomos a desenvolver, ou seja, a construção de práticas pedagógicas em EFE que assumam um caráter prioritariamente humanista. E, para ilustrarmos melhor a potencialidade de ruptura presente

²⁶¹ CEVASCO, Maria E. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

²⁶² DAOLIO, Jocimar. “A antropologia social e a educação física: possibilidades de encontro”. In: CARVALHO, Yara Maria; RUBIO, Kátia. (Org.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 33.

²⁶³ BÉTRAN, Javier O. “Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza”. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa T. (Org.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Manole, 2003.

²⁶⁴ COSTA, Vera. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.

nessas práticas, mencionaremos a idéia de *intergeracionalidade*,²⁶⁵ como sinônimo para inter- relação e compartilhamento harmonioso dos espaços de prática.

Nas práticas esportivas tradicionais, os elementos performáticos obrigam que a organização de tais práticas siga os ditames excludentes da aptidão física. Isso explica o porquê em práticas dessa natureza é comum a separação por categorias, havendo uma profunda segregação quando se segue indiscriminadamente tais critérios. Já no caso dos esportes na natureza, o tempo/espaço de prática é comum a todos, independentemente do seu nível de aptidão física, já que este critério não é um elemento que orienta prioritariamente essas práticas. Desse modo, atinge-se mais facilmente um ambiente de convívio harmonioso entre homens e mulheres; adultos, crianças e idosos tornando-se, portanto, intergeracional.

Um outro exemplo que pode nos esclarecer quanto ao valor educativo desse tipo de modalidade, é o estímulo às sensibilidades corporais, criando a possibilidade de reencontro com as sensações corporais, em um mundo cada vez mais centrado na estimulação audiovisual. Experimentar o próprio corpo é forjar sensibilidades integrais, nas quais podemos sentir com todo o corpo.²⁶⁶

O tratamento pedagógico do lazer no contexto escolar, especificamente no da EFE, permite também a operacionalização de projetos inter ou mesmo *transdisciplinares*, já que incontáveis assuntos podem emergir e perpassar pelas linguagens do lazer e, mais diretamente, dos esportes na natureza. A título de exemplo, poderíamos mencionar a discussão acerca do crescimento urbano desordenado que a visita a alguns parques possibilitam. Em geral, elementos ligados à educação ambiental podem emergir com certa facilidade nessas práticas. Conforme afirma DIAS (2004) “a dimensão estética e contemplativa, presente nessas práticas, é que viabiliza de maneira lúcida e tangível sua articulação com a ética, imprescindível ao questionamento paradigmático reclamado pela educação ambiental”.

* * *

Ao sugerirmos que o lazer e os esportes na natureza sejam instrumentalizados como ferramenta de intervenção nas propostas pedagógicas em EFE, estamos vislumbrando um tipo específico de educação física, na qual haja uma superação do enfoque ao aprendizado puramente técnico, rumo a um projeto que possa abarcar, além dessa dimensão, as correlações entre o esporte e as vivências corporais praticadas no âmbito da EFE e todo o espectro social,

²⁶⁵ ALVES JÚNIOR, Edmundo. *Pastoral do envelhecimento ativo*, Tese (Doutorado Educação Física)– Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

²⁶⁶ BRUHNS, Heloísa T. *Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação*. In: SERRANO, Célia. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, 2000; TRINDADE, Azoílda L. da. Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar. In: _____. (Org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

acreditando que, com isso, conseguiríamos colaborar com uma aprendizagem mais significativa dos alunos, contribuindo mais efetivamente com o processo educacional desenvolvido nas escolas.

É possível que pensar as práticas esportivas na EFE dimensionadas pelo viés do lazer, signifique acreditar na possibilidade de construção de vivências corporais que contemplem a população de um modo geral, e não somente os indivíduos hábeis, tal como acontece nos esportes de rendimento.

Buscar elementos constituintes de um currículo escolar alternativo para educação física, é tentar pôr fim a práticas educacionais anacrônicas que se justificam apenas conforme o cânone estabelecido.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Edmundo. Pastoral do envelhecimento ativo, Tese (Doutorado Educação Física)– Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BÉTRAN, Javier O. “Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza”. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa T. (Org.). Turismo, lazer e natureza. Barueri, SP: Manole, 2003.

BRUHNS, Heloísa T. “Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação”. In: SERRANO, Célia. (Org.). A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

CEVASCO, Maria E. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Vera. Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

DAOLIO, Jocimar. “A antropologia social e a educação física: possibilidades de encontro”. In: CARVALHO, Yara Maria; RUBIO, Kátia. (Org.). Educação física e ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIAS, Cleber Augusto G. “Lazer e esportes na natureza face a educação ambiental: entre o possível e o necessário”. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 5., 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ/LAZMIN, 2004. 1 CD-ROM.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MASCARENHAS, Gilmar. “A leviana territorialidade dos esportes de aventura: um desafio a gestão do ecoturismo”. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa T. (Org.). Turismo, lazer e natureza. Barueri, SP: Manole, 2003.

MARCELLINO, Nelson C. Lazer e Educação. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

MELO, Victor; ALVES JÚNIOR, Edmundo. Introdução ao Lazer. Barueri, SP: 2003.

ONFRAY, Michel. A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão. São Paulo: Rocco, 2001.

TRINDADE, Azoílda L. da. “Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar”. In: _____. (Org.). Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.